



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DA UFBA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO**

SUZETE VIANA NASCIMENTO

**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL:
EFICÁCIA E EFETIVIDADE DOS CURSOS TÉCNICOS NO
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – CAMPUS CAMAÇARI**

SALVADOR

2014

SUZETE VIANA NASCIMENTO

**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL:
EFICÁCIA E EFETIVIDADE DOS CURSOS TÉCNICOS NO
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – CAMPUS CAMAÇARI**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração, da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, como requisito a obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Souza Santos

Salvador

2014

Escola de Administração - UFBA

N245 Nascimento, Suzete Viana.

Avaliação da política pública de educação profissional: eficácia e efetividade dos cursos técnicos no Instituto Federal Bahia / Suzete Viana Nascimento. – 2014.

196 f.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Souza Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2014.

1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Estudo de caso. 2. Políticas públicas. 2. Políticas públicas - Avaliação. 3. Escolas técnicas. 4. Ensino profissional. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD - 378.013

CDD - 378.013

SUZETE VIANA NASCIMENTO

**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:
EFICÁCIA E EFETIVIDADE DOS CURSOS TÉCNICOS NO INSTITUTO FEDERAL
DA BAHIA – CAMPUS CAMAÇARI**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado Profissional em Administração, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Aprovada em 18 de junho de 2014.

Banca Examinadora

Reginaldo Souza Santos

Orientador

Doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Universidade Federal da Bahia

Cláudio Roberto Marques Gurgel

Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense- UFF
Universidade Federal Fluminense

Elizabeth Matos Ribeiro

Doutorado em Ciências Políticas e da Administração pela Universidade de Santiago de Compostela , USC, Espanha.
Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus pelo seu infinito amor.

A minha querida mãe pela sua dedicação e amor.

Ao Diego pelo seu carinho e apoio.

A minha irmã Elisabeth pelo seu apoio e atenção.

Aos amigos Luiz Cláudio, Vanessa, Glaucia e Elaine pelo apoio e colaboração.

Aos colegas da turma do mestrado pela troca de experiências e saberes ao longo do curso.

Agradeço a todos os professores do mestrado por compartilharem conhecimentos e experiências.

Agradeço, em especial ao meu orientador, Dr. Reginaldo Souza Santos, por acreditar nas possibilidades deste estudo, pelo incentivo, pela sua atenção na orientação deste trabalho, pelas reflexões e recomendações feitas ao longo da pesquisa.

Aos profissionais do IFBA campus Camaçari que disponibilizaram seu tempo e forneceram informações para a pesquisa. Em especial aos administradores do campus, coordenadores de curso e a Coordenação de Registros Escolares.

Aos estudantes egressos do IFBA campus Camaçari pela contribuição.

Ao IFBA e à UFBA pela oportunidade.

RESUMO

Na atualidade, a educação profissional está no centro dos debates sobre a educação no país. A partir de um cenário em que a Rede Federal de Educação Profissional passa por uma fase de expansão com a criação de novos campi e vagas. Desse modo, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- IFBA campus Camaçari se insere nesse contexto de expansão da educação profissional no Brasil. Esta pesquisa buscou avaliar, sob o ponto de vista da efetividade e eficácia das ações voltadas para a formação técnica, o processo e o resultado da implantação da política pública de educação profissional no IFBA-campus Camaçari. No intuito de atender os objetivos da pesquisa foi realizado um estudo de caso. A fim de captar as informações necessárias para a pesquisa foram aplicados questionários aos estudantes egressos dos cursos técnicos de nível médio, modalidade integrada, e realizadas entrevistas com administradores e coordenadores de curso do IFBA campus Camaçari. A partir da análise dos dados, constatou-se que existem fragilidades na implantação do campus e na execução dos cursos técnicos na modalidade integrada. Constatou-se ainda a dificuldade do campus em alcançar a meta estipula pelo MEC relativa à conclusão dos cursos. Foram verificados fatores que dificultam o aumento do número de concluintes nos cursos. Constatou-se a inserção acadêmica dos egressos no nível superior, a maioria dos estudantes pesquisados deu continuidade aos estudos por meio do ingresso em cursos de nível superior e para esses estudantes há uma contribuição do curso técnico de nível médio para o acompanhamento dos conteúdos no nível superior. Em relação inserção profissional dos egressos, verifica-se que o curso de Informática apresenta fragilidades quanto ao alinhamento do curso com as demandas da região, constatou-se que os egressos que atuam na área de informática, na sua maioria atuam fora do município de Camaçari e avaliam de modo geral o mercado na cidade de Camaçari como escasso em oportunidades para a área. Em relação à situação do curso de Eletrotécnica os egressos, administradores e coordenadores no geral avaliam como um mercado de trabalho em ascensão no município de Camaçari tendo em vista o Polo Industrial. A maioria dos egressos, que atua na área técnica em Eletrotécnica, trabalha em Camaçari. O que mostra o alinhamento do curso de Eletrotécnica com as demandas da região. Cabe destacar, que para os alunos que não estão trabalhando na área de atuação dos cursos, os principais motivos para tal situação são a falta de tempo e a prioridade em dar continuidade aos estudos. Seguida da falta de identificação com o curso. Evidencia-se que os estudantes, de um modo geral, buscam os cursos técnicos na modalidade integrada no Instituto Federal – campus Camaçari, prioritariamente, com o propósito de uma formação de qualidade que possibilite uma preparação para o vestibular e conseqüentemente o ingresso no ensino superior. Diante dos resultados desse estudo são feitas algumas recomendações a fim de aprimorar a política pública de educação profissional, em especial as ações voltadas para o ensino médio técnico na modalidade integrada.

Palavras- chave: Políticas Públicas; Avaliação de Políticas Públicas; Educação Profissional.

ABSTRACT

At present, vocational education is at the center of debates about education in the country. From a scenario in which the Federal Network of Vocational Education goes through a phase of expansion with the creation of new campuses and vacancies. Thus, the IFBA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia) Camacari campus is within the context of the expansion of vocational education in Brazil. This research aimed to evaluate, from the point of view of the effectiveness and efficiency of actions for technical training, the deployment process and result of public policy for vocational education in IFBA - campus Northeastern Complex. In order to meet the research objectives a case study was conducted. In order to obtain the necessary information for this research questionnaires were given to students that were graduating from technical secondary courses, integrated mode were applied, and held interviews with directors and course coordinators of the IFBA campus Northeastern Complex. From the data analysis, it was found that there are weaknesses in the implementation of the campus and in the implementation of technical courses in integrated mode. It was further observed that there is the difficulty of the campus in achieving the goal stipulated by MEC on completion of courses. Factors impeding the increase in the number of students completing the courses were observed. It found academic integration of graduates in higher education, most students surveyed continued their studies through the entrance into upper-level courses, and these students there is a contribution of mid-level technical course to monitor the content on the higher level. Regarding employability of graduates, it appears that the course of Informatics has weaknesses regarding the alignment of the course with the demands of the region, it was found that graduates who work in informatics mostly work outside Camaçari and evaluate the general market in the city of Camaçari as scarce opportunities to the area. Regarding the situation of course Electrotechnical graduates, managers and engineers in general assess how a labor market on the rise in Camaçari in the Industrial Pole's view. Most graduates, engaged in the technical area in Electrical works in Northeastern Complex. What shows the alignment of the course Electrotechnical with the demands of the region. It is worth noting that for students who are not working on the scope of the courses, the main reasons for this situation are the lack of time and priority to continue the studies. Then the lack of identification with the course. It is evident that students, in general, seek technical courses in integrated mode at the Federal Institute - Northeastern Complex campus, primarily for the purpose of quality training that enables a preparation for the exam and hence the enrollment in higher education. Given the results of this study makes some recommendations in order to enhance public policy on vocational education, in particular the actions aimed at the average technical education in integrated mode.

Keywords: Public Policy; Evaluation of Public Policies; Vocational Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: ciclo das políticas públicas	25
Figura 2: centenário da rede federal até 2010.....	68
Figura 3: número de matrículas da educação profissional no Brasil no período de 2007-2012	69
Figura 4: ingressantes x egressos do curso técnico em Informática do IFBA campus Camaçari.....	155
Figura 5: estudantes ingressantes x egressos do curso técnico em Eletrotécnica do IFBA campus Camaçari.....	155

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: sistemas de avaliação da educação nacional.....	43
Quadro 2: dimensões e indicadores de avaliação de programas/políticas sociais ...	50
Quadro 3: Síntese do histórico da educação profissional no Brasil.....	54
Quadro 4: Modelo de Análise	78
Quadro 5: problemas relacionados aos conteúdos ministrados nos cursos tendo em vista o atendimento das demandas da empresas	89
Quadro 6: Possibilidades relacionadas aos conteúdos ministrados no atendimento das demanda das empresas	91
Quadro 7: Curso contribuiu para formação crítica e cidadã	93
Quadro 8: Curso não contribuiu para formação crítica e cidadã	95
Quadro 9: opinião dos egressos acerca da didática adota pelos professores.....	96
Quadro 10: problemas explicitados em relação à infraestrutura do campus	99
Quadro 11: aspectos positivos explicitados em relação à infraestrutura.....	101
Quadro 12: opinião dos egressos acerca do quadro de servidores disponíveis no campus para atender as demandas dos cursos.....	102
Quadro 13: Egressos do curso de Eletrotécnica - Tipos de Cursos, Instituição de ensino de nível superior e tipo de instituição.....	105
Quadro 14: Egressos do curso de Informática - Tipos de Cursos, Instituição de ensino de nível superior e tipo de instituição.....	106
Quadro 15: opinião dos egressos acerca da importância do curso técnico de nível médio para o acompanhamento dos conteúdos do nível superior	108
Quadro 16: fatores que dificultaram o ingresso no estágio na área de Informática.....	112
.....	
Quadro 17: fatores que facilitaram o ingresso no estágio na área de Informática.....	113
.....	
Quadro 18: fatores que dificultaram o ingresso no estágio na área de Eletrotécnica....	114
.....	
Quadro 19: fatores que facilitaram o ingresso no estágio na área de Eletrotécnica.....	115
.....	

Quadro 20: motivos que levaram o egresso a não atuar na sua área de formação	118
Quadro 21 : Cidades que os egressos de Eletrotécnica trabalham.....	120
Quadro 22: Cidades que os egressos de Informática trabalham.....	121
Quadro 23: Avaliação acerca do mercado de trabalho na área de Eletrotécnica em Camaçari	121
Quadro 24: Avaliação acerca do mercado de trabalho na área de Informática em Camaçari	123
Quadro 25: Mudanças ocorridas na vida pessoal e profissional	125
Quadro 26: Aspectos positivos e negativos da expansão da Rede Federal de Educação Profissional	128
Quadro 27: Opinião sobre os recursos financeiros	130
Quadro 28: condições de implantação do campus em termos de recursos humanos, materiais e infraestrutura.....	132
Quadro 29: Critérios para definição dos cursos técnicos de nível médio implantados no campus.....	133
Quadro 30: alcance da meta prevista pelo MEC de conclusão dos cursos.....	134
Quadro 31: fatores que facilitam e dificultam a implantação do campus e a execução dos cursos técnicos.....	137
Quadro 32: apoio da instituição no que tange a inserção profissional dos estudantes	140
Quadro 33: alinhamento do currículo dos cursos técnicos com as demandas das empresas da região.....	141
Quadro 34: alunos ingressantes nos cursos técnicos modalidade integrada	154
Quadro 35: alunos concluintes nos cursos técnicos modalidade integrada	155

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: sexo dos egressos	86
Gráfico 2: residência atual dos egressos	86
Gráfico 3 : origem escolar dos egressos	87
Gráfico 4 : tipo de curso técnico de nível médio	87
Gráfico 5 : motivos que levaram os estudantes a optarem por um curso técnico de nível médio	88
Gráfico 6: Opinião dos egressos dos cursos técnicos em Eletrotécnica e Informática em relação aos conteúdos ministrados ao longo do curso e o atendimento as demandas das empresas	89
Gráfico 7: opinião dos estudantes egressos sobre a contribuição dos conteúdos ministrados nos cursos técnicos de nível médio para a formação crítica e cidadã ...	93
Gráfico 8: Avaliação da didática adotada pelos professores	96
Gráfico 9: Avaliação da infraestrutura do campus	98
Gráfico 10: Quadro de funcionários do campus	102
Gráfico 11: principais dificuldades para realização do curso técnico de nível médio	104
Gráfico 12: ingresso dos estudantes egressos dos cursos técnicos no ensino superior	105
Gráfico 13: acompanhamento dos conteúdos do curso de nível superior	107
Gráfico 14: conclusão do estágio obrigatório do curso técnico de nível médio	110
Gráfico 15: dificuldade para conseguir o estágio obrigatório do curso técnico de nível médio.....	111
Gráfico 16: dificuldade para conseguir o estágio na área de Eletrotécnica.....	111
Gráfico 17: dificuldade para conseguir o estágio na área de Informática.....	112
Gráfico 18: inserção no mercado de trabalho.....	115
Gráfico 19: inserção no mercado de trabalho dos egressos do curso de informática	116
Gráfico 20: inserção no mercado de trabalho dos egressos do curso de Eletrotécnica	

.....	116
Gráfico 21: Área de atuação profissional dos egressos	117
Gráfico 22: Área que os egressos do curso Eletrotécnica estão atuando	117
Gráfico 23: Área que os egressos do curso de Informática estão atuando	118

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Problematização	13
1.1.1 Problema	16
1.1.2 Problema	16
1.1.3 Pressupostos.....	16
1.2 Objetivos.....	19
1.3 Justificativa	19
2. POLÍTICAS PÚBLICAS	22
2.1 Conceitos.....	22
2.2 Policy Cycle	24
2.3 Papel dos atores políticos.....	26
2.4 Principais abordagens na área de Políticas Públicas	28
2.5 Políticas Públicas e o cenário neoliberal	30
3. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	33
3.1 Avaliação de políticas públicas no contexto brasileiro	33
3.2 Conceitos e tipos de avaliação de políticas públicas	36
3.3 Contribuições da avaliação.....	40
3.4 Avaliação de políticas públicas na área de educação no Brasil.....	42
3.5 Avaliação de programas e políticas sociais proposta por Minayo e Draibe ..	46
.....	46
4. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	54
4.1 Trajetória da educação profissional no Brasil	54
4.2 Política de educação profissional pós anos 90	59
4.3 Ensino médio integrado a educação profissional.....	64
4.4 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a Política de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.....	67
5. METODOLOGIA	77
5.1 Caracterização da pesquisa	77
5.2 Modelo de análise.....	78
5.3 Técnicas de coleta de dados	79
5.4 Tratamento dos dados	83
6. APRESENTAÇÃO DOS DADOS	86

7. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	143
7.1 A implantação dos cursos técnicos do IFBA campus Camaçari no contexto da Expansão.....	143
7.2 Metas previstas e metas alcançadas em relação à conclusão dos cursos... ..	154
7.3 Cursos técnicos de nível médio modalidade integrada e a inserção acadêmica e profissional dos egressos	161
8. CONCLUSÕES.....	172
REFERÊNCIAS	178
APÊNDICE A: Questionário aplicado aos egressos	184
APÊNDICE B: Roteiros de entrevista	190
APÊNDICE C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	195

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história da educação no Brasil, a educação profissional foi concebida de diferentes formas a depender do contexto político, econômico e social. Na atualidade, a educação profissional está no centro dos debates sobre a educação, pois trata-se de uma área estratégica para o desenvolvimento do país. É comum ver manchetes de jornais e revistas que destacam o problema do déficit de trabalhadores qualificados, em especial nas áreas técnicas. Também a educação profissional tem ganhado destaque nas campanhas eleitorais. Enquanto objeto de políticas públicas, a educação profissional envolve diferentes atores sociais que têm interesses específicos na formação para o trabalho. Trabalhadores, empresários, sindicatos, movimentos sociais e outros atores estão interessados na definição de políticas nessa área.

A educação profissional no Brasil passa por transformações decorrentes de reformas na educação. A Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabelece que o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. O decreto número 5.154 de 2004 reintroduziu a formação integrada em que os alunos voltam a ter matrícula única na educação técnica de nível médio. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, SETEC/MEC, responsável pela construção de políticas públicas na área da educação profissional e tecnológica, vem promovendo ações como a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e a articulação entre o ensino médio à educação profissional através de cursos técnicos na modalidade integrada.

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, por meio da ampliação do número de Institutos Federais (IFs) no país, vem aumentando o número de vagas na educação profissional. Destaca-se também o Termo de Acordo de Metas e Compromissos celebrado entre o Ministério da Educação (MEC) e os Institutos Federais com fins de estruturação, organização e atuação dos IFs no país. Entre as metas estabelecidas no referido termo está a de manter pelo menos 50% das matrículas nos cursos técnicos. Esta meta leva em consideração a experiência centenária dos Institutos Federais no ensino técnico de nível médio, mantendo como principal foco de atuação o ensino técnico, porém possibilita a atuação dos Institutos

nos demais níveis de educação. Destaca-se também a meta referente ao alcance do índice de eficácia dos IFs com o alcance da meta mínima de 80% de eficácia da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 70% no ano de 2013, definindo-se que, o índice de eficácia da Instituição será calculado pela média aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas. (BRASIL, 2009)

A Rede Federal de Educação Profissional no país passa por uma fase de expansão. De acordo com dados do Ministério da Educação (MEC), de 1909 a 2002 foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2010, foram entregues as 214 previstas no plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional. O MEC está investindo mais de R\$ 1,1 bilhão na expansão da educação profissional. Atualmente, são 354 unidades e mais de 400 mil vagas em todo o país. Com outras 208 novas escolas previstas para serem entregues até o final de 2014 serão 562 unidades que, em pleno funcionamento, gerarão 600 mil vagas. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009)

As políticas educacionais do governo federal no que se refere à educação profissional, nos últimos tempos, trazem novas perspectivas e desafios no que tange a ampliação do acesso da população a esta modalidade educacional, necessidade de investir na qualidade de ensino e garantia da permanência e sucesso na conclusão dos cursos. No entanto, a educação profissional no Brasil não conta com um sistema de avaliação nacional que de forma sistemática avalie a eficácia e a efetividade dos cursos e programas ofertados nessa modalidade. Diante deste cenário, a avaliação de políticas públicas no âmbito da educação profissional é necessária a fim de conhecer, orientar e aperfeiçoar as políticas desenvolvidas.

1.1 Problematização

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) é resultado das mudanças através da lei 11.892/2008 que transforma o antigo Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET) em Instituto Federal. Através dessa lei, o Instituto passa a ser equiparado as universidades federais e ampliam-se os seus objetivos e áreas de atuação. O IFBA é uma instituição multicampi e opera

desde a formação básica (nível médio) até a graduação e pós-graduação, com o foco na educação profissional.

O IFBA Campus Camaçari foi criado em outubro de 2007 a fim de potencializar a formação profissional na região. A cidade de Camaçari, principal polo industrial da Bahia, é o município mais industrializado do Estado e abriga empreendimentos de porte como indústrias com atuação no setor químico e petroquímico, montadora de veículos, fábricas de pneus, entre outros empreendimentos. O município também atrai investimentos na área de hotelaria e turismo. Camaçari se destaca por ocupar a segunda posição em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia, com uma economia baseada na indústria e no turismo. (IBGE, 2010)

O polo industrial de Camaçari iniciou as operações em 1978. O município de Camaçari sai de uma população, em 1970, de 33.273 habitantes, passando para 242.970 habitantes, de acordo com o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), realizado em 2010. De acordo com informações contidas no Plano Plurianual do município (PPA – 2010/2013), o crescimento populacional gerado pela demanda por trabalho trouxe mudanças para o município, e passados mais de 30 anos da instalação do Polo Petroquímico, a cidade ainda enfrenta desafios relacionados à inserção social da sua população.

Camaçari é um polo econômico que atrai investimentos e pessoas. No entanto, esse cenário de desenvolvimento econômico não está alinhado a uma estrutura social que atenda adequadamente as demandas da população. Dados do IBGE revelam que o índice de pobreza do município é de 57,51% (IBGE/ Mapa de Pobreza e Desigualdade Municípios Brasileiros, 2003). O município enfrenta ainda o desafio relacionado à qualidade da educação. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2011 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do município atingiu a nota 3,3 para as séries finais do ensino fundamental da rede municipal. O IDEB é um indicador para a qualidade da educação e expressa valores de aprendizagem e fluxo escolar numa escala de 0 a 10. O IDEB do município revela que a cidade precisa evoluir no aspecto qualidade educacional.

No que diz respeito ao acesso à educação, em especial a educação profissional, o município possui demanda de jovens e trabalhadores que buscam a continuidade dos estudos através da formação profissional e da educação superior, por meio da realização de cursos técnicos e de educação superior dentro do próprio município.

Historicamente, o acesso à educação profissional e superior em Camaçari é difícil, pela distância das instituições instaladas em outros municípios e pelo caráter privado do acesso. (PPA 2010/2013 do município de Camaçari)

Diante do problema da dificuldade de acesso dos jovens camaçarienses a educação superior e a educação profissional, o PPA - 2010/2013 do município de Camaçari apresenta o programa de Inclusão Profissional. O referido programa pretende assegurar aos jovens a oportunidade de continuidade dos estudos e da realização de cursos técnicos e de cursos de nível superior dentro do município, alinhando a formação profissional ao potencial industrial e turístico da cidade, criando novas possibilidades de inserção dos jovens no mercado de trabalho. O programa de Inclusão Profissional estabeleceu como uma de suas estratégias a construção da Cidade Técnico-Universitária, que pretende ser um polo de educação profissional e superior. Para esse espaço foi prevista a instalação de universidades públicas (Universidade Federal da Bahia- UFBA e Universidade do Estado da Bahia- UNEB), Senai e IFBA. O campus do IFBA foi implantado no espaço citado, sendo a única instituição instalada no espaço da Cidade Técnico Universitária até o momento.

O IFBA campus Camaçari insere-se nesse contexto ao promover uma educação profissional pública e gratuita. Diante do potencial industrial e turístico do município, a implantação do campus do IFBA com a oferta de cursos técnicos de nível médio em Eletrotécnica e Informática na modalidade integrada e subsequente, cursos de formação inicial e continuada (FIC) e o curso de Licenciatura em Matemática, traz possibilidades de inserção dos jovens e trabalhadores no mercado de trabalho, por meio da ocupação de vagas geradas pela economia local, continuidade dos estudos e perspectivas de promoção da inclusão social através da formação ofertada.

A implantação do IFBA campus Camaçari faz parte do plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, expansão que de acordo com o MEC tem o objetivo de interiorizar e ampliar o acesso à educação profissional no país. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO) Dessa forma, a Rede Federal, através dos Institutos Federais, tem o papel de contribuir para o desenvolvimento educacional e socioeconômico de diversas regiões do país a fim de responder as demandas por educação profissional. (VIDOR; PACHECO; PEREIRA; 2009)

A Rede Federal de Educação Profissional está vivenciando um período de grande expansão com a ampliação da oferta de vagas e criação de novos campi.

No entanto, é preciso caracterizar esta expansão, avaliando a política pública de educação profissional a partir da análise da atuação do Instituto em relação à permanência e êxito dos discentes nos cursos, inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho, financiamento, infraestrutura e suporte a prestação dos serviços educacionais.

Enquanto Pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Camaçari, o processo e o resultado da implantação de políticas públicas na educação profissional, no que tange a eficácia e efetividade dos cursos técnicos ofertados pela instituição me inquietam. Se de um lado, ocorre por parte do governo à definição de uma política. Por outro, é preciso analisar na prática a implantação dessa política, verificando a sua eficácia e efetividade social, as dificuldades envolvidas e o desenvolvimento de estratégias e ações que contribuam para sua concretização.

1.1.2 Problema

Diante dessa inquietação, torna-se necessário saber: do ponto de vista da formação técnica, qual a eficácia e efetividade da política de educação profissional implantada no IFBA- Campus Camaçari? Com vistas a contribuir para o aprimoramento das ações decorrentes de tal política. Este problema desencadeou as seguintes questões:

1. Qual o alcance das metas traçadas pelo MEC quanto à formação técnica, no âmbito da política pública de educação profissional no IFBA – campus Camaçari?
2. Quais os fatores que contribuem para o sucesso ou fracasso dos cursos técnicos, no âmbito da implantação da política pública de educação profissional no IFBA – campus Camaçari?
3. Quais os efeitos das ações voltadas para formação técnica, no que tange a inserção profissional e acadêmica dos estudantes egressos em relação aos cursos técnicos, no âmbito da política pública de educação profissional implantada no IFBA – Campus Camaçari?

1.1.3 Pressupostos

A transformação dos Centros Federais em Institutos Federais e a política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica trazem um cenário repleto de mudanças e desafios. A Lei 11.892/08 estabelece que os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi . O texto legal estabelece ainda que os Institutos Federais são equiparados às Universidades Federais. A lei destaca entre os objetivos dos Institutos o de ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos técnicos na modalidade integrada. Determinando que os Institutos devem garantir 50% das vagas ofertadas para atender o objetivo acima. (Lei 11.892/08, art. 2 e 7)

O Termo de Acordo de Metas e Compromissos, celebrado entre os IFs e o MEC, também destaca a necessidade de garantir a matrícula nos cursos técnicos, com pelo menos 50% das vagas para estes cursos. E prevê ainda que a atuação, dos Institutos Federais - IF, pautada na democratização do acesso e permanência nos processos formativos implica na ampliação da oferta e na necessidade de reduzir as taxas de evasão, com uma meta de 80% de taxa de conclusão dos cursos ofertados.

A legislação mostra a ampliação dos objetivos, metas e das áreas de atuação dos Institutos nos diversos níveis de educação. Porém, o ensino técnico, que tradicionalmente é um objetivo dos Institutos, continua sendo priorizado nos marcos legais.

A auditoria realizada na Rede Federal de Educação Profissional pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no ano de 2011, revela a necessidade de aprimoramentos nas atuações dos Institutos Federais relacionadas à evasão escolar, apoio a inserção profissional dos alunos, carência de recursos humanos e ausência de instalações físicas adequadas. A referida auditoria visitou os Institutos Federais do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Goiás e Rio Grande do Norte, selecionando alguns dos seus campi.

De acordo com o relatório apresentado pelo TCU, a evasão é um problema que atinge a educação profissional. O Termo de Acordos de Metas prevê uma taxa de 80 % de conclusão para todas as modalidades de cursos ofertados pelos IFs. O relatório do TCU analisa as taxas de conclusão e de evasão. Os cursos técnicos de nível médio – modalidade integrada- apresentam uma taxa de conclusão de 46,8 %, um percentual de evasão de 6, 4%, taxa de retenção (até 1 ano de retenção) de 82,6 % e um percentual de alunos em curso de 44,6%, essas taxas são referentes ao

período de 2004 à 2011. Quanto à inserção profissional dos estudantes, o relatório do TCU mostra que medidas de fomento ao empreendedorismo são incipientes, além da baixa proporção de estudantes com acesso a estágios nos Institutos Federais.

Os Institutos Federais passam por um momento de transformações a nível institucional, com ampliação dos seus objetivos, metas e áreas de atuação. Trata-se de um processo de reordenamento da instituição, em que se torna necessário o aprimoramento da atuação dos Institutos. Outro aspecto que não se pode deixar de considerar, no atual cenário das políticas de educação profissional, é que o contexto brasileiro é marcado por profundas desigualdades sociais e por políticas sociais desarticuladas. No cenário brasileiro grande parte da população está excluída, sem o acesso ao mínimo das garantias sociais. (SOUZA e CARVALHO, 1999) As políticas sociais do Estado devem distribuir adequadamente a riqueza produzida pelo esforço social. Entretanto, no contexto nacional o que se vem caracterizando como política social não tem passado de ações isoladas. As políticas sociais têm funcionado como um paliativo, através de políticas compensatórias e assistencialistas. (SANTOS, 2002; SANTOS, 2007)

O IFBA campus Camaçari está inserido nesse contexto de mudanças e desafios. De forma a avaliar, do ponto de vista da efetividade e eficácia das ações voltadas para formação técnica, o processo e o resultado da implantação da política pública de educação profissional no IFBA – Campus Camaçari, o referido estudo parte dos seguintes pressupostos:

1. O IFBA campus Camaçari apresenta entraves no alcance das metas e no efeito das ações voltadas para formação técnica, o que implica na necessidade de aprimoramento das ações voltadas para os cursos técnicos no que tange a eficácia e efetividade desses cursos, no âmbito da política pública de educação profissional.

Por conta do pressuposto anterior, a proposta da política pública de educação profissional, voltada para formação técnica, não está atingindo os seus propósitos.

1.2 Objetivos

Diante do problema de pesquisa explicitado acima, esse estudo tem como objetivo geral avaliar, sob o ponto de vista da efetividade e eficácia das ações voltadas para a formação técnica, o processo e o resultado da implantação da política pública de educação profissional no IFBA- campus Camaçari.

Como objetivos específicos, a pesquisa propõe-se a:

1. Verificar o alcance das metas traçadas pelo MEC quanto à formação técnica, no âmbito da política pública de educação profissional no IFBA- campus Camaçari.
2. Mapear os fatores que contribuem para o sucesso ou fracasso dos cursos técnicos, no âmbito da política pública de educação profissional no IFBA – campus Camaçari.
3. Verificar os efeitos das ações voltadas para a formação técnica, no que tange a inserção acadêmica e profissional dos egressos em relação aos cursos técnicos, no âmbito da política pública de educação profissional implantada no IFBA – Campus Camaçari.

1.3 Justificativa

Ao longo da história da educação profissional, esta modalidade de ensino vem passando por transformações que levam a avanços como também a recuos. Podendo em certos momentos ser preterida ou enfatizada pelas políticas públicas em educação.

Na conjuntura atual, a expansão dos Institutos Federais com a criação de novos campi, ampliação da oferta de vagas e o estabelecimento do Termo de Acordo de Metas e Compromissos celebrado entre Ministério da Educação e Institutos Federais, com fins de estruturação, organização e atuação dos Institutos, implicam na necessidade de reordenação institucional e apontam para novos desafios para os profissionais envolvidos nas mudanças em curso, que precisam traduzir as políticas públicas em realizações concretas para a população.

O Instituto Federal enquanto órgão da administração pública tem a responsabilidade de implantar a política pública de educação profissional, buscando as melhores formas para atingir as metas e os objetivos traçados pelo governo e para atender os interesses dos cidadãos.

Trata-se de uma política que passa pela esfera estatal, mas que é influenciada no seu processo de elaboração pelo jogo de forças entre os diferentes atores sociais até chegar a sua operacionalidade na realidade social, onde essa política também será influenciada pela instância de poder local, ou seja, nos Institutos Federais por seus administradores. Enquanto última instância de poder por onde passa a política pública, esses atores também irão exercer seus papéis na implantação dessa política. No entanto, esses administradores não atuam de forma isolada sendo necessário compartilhar e negociar responsabilidades e interesses com a comunidade acadêmica.

A implantação dos Institutos Federais precisa pautar-se na eficácia nas respostas na formação profissional, boa qualidade das ações e serviços prestados e alcance da efetividade em suas atividades. Neste sentido, a avaliação da educação profissional é necessária para melhoria da qualidade, direcionamento da expansão da oferta, e aumento da eficácia e efetividade dessa modalidade educacional. A avaliação pode oferecer subsídios para implantação e adequação das políticas públicas em educação profissional. Assim, a avaliação de políticas públicas no âmbito da educação profissional torna-se necessária tendo em vista aprimorar tais políticas através da avaliação da eficácia e efetividade das ações desenvolvidas.

Apesar da necessidade de avaliação, no âmbito do setor público brasileiro essa prática ainda é muito incipiente, especialmente quando focaliza a avaliação de resultados de uma instituição pública ou de um programa governamental, no qual a política pública se materializa. (CAVALCANTI, [s.d])

O estudo sobre avaliação de políticas públicas, em especial na educação profissional, torna-se necessário devido às transformações em curso, a centralidade dos debates atuais sobre as políticas públicas de educação profissional e a sua importância estratégica para o desenvolvimento do país.

A avaliação de políticas públicas no âmbito da educação profissional possibilita conhecer, orientar e aperfeiçoar as políticas implantadas. Tal avaliação contribui para aprimorar tais políticas por meio da avaliação eficácia e efetividade das ações desenvolvidas. Desse modo, a pesquisa traz contribuições para aprimorar as

políticas de educação profissional no IFBA- Campus Camaçari através avaliação das ações desenvolvidas no que tange a formação técnica de nível médio na modalidade integrada.

A pesquisa também traz contribuições para a atuação dos gestores, pois os resultados obtidos através da avaliação possibilitarão um maior conhecimento da política desenvolvida, o que trará subsídios para a tomada de decisões, e para melhorar as respostas na formação dos estudantes dos cursos técnicos.

Esta dissertação está dividida em sete capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se a introdução da dissertação. No segundo capítulo, discute-se acerca do campo das políticas públicas. No terceiro capítulo, apresenta-se uma discussão acerca da avaliação de políticas públicas. Já o quarto capítulo traz um debate acerca da educação profissional no Brasil. O quinto capítulo apresenta a metodologia utilizada na pesquisa. Em seguida, no sexto capítulo são apresentados os dados coletados por meio dos questionários aplicados aos estudantes egressos dos cursos técnicos de nível médio em Informática e Eletrotécnica, modalidade integrada, e das entrevistas realizadas com os membros da administração e coordenadores dos cursos técnicos de nível médio do IFBA Campus Camaçari. O sétimo capítulo analisa e discute os resultados da pesquisa obtidos através dos dados coletados nas entrevistas e nos questionários. Por fim, apresentam-se as considerações finais sobre o estudo.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

O presente capítulo busca discutir sobre o campo das políticas públicas. Inicialmente, busca-se definir e distinguir termos e conceitos do referido campo. Em seguida, apresenta-se a abordagem inerente ao policy cycle (ciclo das políticas públicas). Busca-se ainda compreender o papel dos atores políticos na elaboração, implantação e nos resultados das políticas públicas. Na sequência são apresentadas as diferentes abordagens sobre a área em questão. Por fim, debate-se acerca do cenário marcado pelo neoliberalismo e sua relação com as políticas públicas e em especial com as políticas sociais na atualidade.

2.1 Conceitos

Para melhor compreensão do campo das políticas públicas, torna-se importante a definição de alguns termos como também a distinção entre os mesmos. Rua (2009) e Cavalcanti (2012) trazem contribuições para a definição de políticas públicas e distinguem este conceito de outros termos. Esses autores mostram que o termo política tem vários significados na língua portuguesa e por isso recorrem à língua inglesa, a fim de demonstrar os vários sentidos para o que em português é chamado de política.

A sociedade é caracterizada pela diferenciação social, os seus membros possuem interesses e necessidades diferentes. Assim, a diferenciação faz com que a vida em sociedade traga possibilidades de conflitos. Desse modo, recorre-se à política para a resolução de conflitos relacionados aos bens públicos. No entanto, as pessoas, de modo geral, tendem a se referir à política como o momento eleitoral, a política passa a se confundir com o governo e com as ações governamentais. E por esse motivo muitas pessoas tendem a se manter distantes desse processo, como se a política não fosse parte da vida em sociedade. (RUA, 2009)

Antes de avançar para a concepção de políticas públicas é preciso distinguir alguns termos. Rua (2009) recorre a palavras de língua inglesa, já que de acordo com a autora, na língua portuguesa uma mesma palavra tem vários significados. Segundo a autora:

O termo “**política**”, no inglês, **politics**, faz referência às atividades políticas: o uso de procedimentos diversos que expressam relações de poder [...] e se destinam a alcançar ou produzir uma solução pacífica de conflitos relacionados a decisões públicas.[...] Já o termo **policy** é utilizado para referir-se à formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas, tendo como foco temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos. [...] As **políticas públicas (policy)** são uma das resultantes da atividade política (*politics*): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos. (Ruas, 2009, p. 19)

Cavalcanti (2012) também apresenta as concepções de politics e de políticas públicas (public policy). De acordo com a autora, a palavra política no sentido de politics é um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução dos conflitos quanto aos bens públicos; já as políticas públicas no sentido de public policy compreendem o conjunto de decisões e ações relativas à alocação de valores políticos, ideológicos, filosóficos, entre outros. A autora traz a seguinte definição de política pública:

Política pública é um curso de inação ou ação, escolhido por autoridades públicas para focalizar um problema que é expresso no corpo das leis, regulamentos, decisões e ações de governo. A política pública está relacionada com as intenções que determinam as ações de um governo; com o que o governo escolhe fazer ou não fazer; com as decisões que têm como objetivo implementar programas para alcançar metas em uma determinada sociedade; com a luta de interesses entre o governo e sociedade; ou ainda, com atividades de governo, desenvolvidas por gestores públicos ou não, que têm uma influência na vida de cidadãos. (CAVALCANTI, 2012, p. 13)

Outra concepção de política pública é expressa por Teixeira (2002). O autor define políticas públicas como diretrizes que norteiam a ação do poder público, demarcando que tais políticas podem ser explícitas, mas que também deve-se considerar as omissões como formas de manifestações das políticas públicas:

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos. (Teixeira, 2002, p.1)

Para Santos et al. (2007), a ação do Estado no sistema capitalista é voltada para atender uma insatisfação da sociedade, ou ocorre pelo desinteresse ou, ainda, pela incapacidade do capital. Desse modo, esses autores situam as políticas públicas no contexto do Estado capitalista:

Não é difícil entender que na sociedade capitalista as responsabilidades de produzir e distribuir são do mercado, por meio de atos individualizados e egoísticos, mas, ainda assim, uma parcela ponderável da produção social fica sob a égide do Estado porque a sociedade, de alguma maneira, manifesta algum grau de insatisfação com os atos de produzir e distribuir quando realizados pelo mercado, em particular o ato de distribuir. Ou porque os capitais privados ainda não estão aptos o necessário para desenvolver certas atividades econômicas ou, ainda, simplesmente não os interessa em determinado contexto histórico. Sendo a ação do Estado voltada para atender a uma insatisfação manifestada pela sociedade ou desinteresse ou incapacidade do capital, então, a mesma só tem qualquer sentido se a finalidade última for eliminar a insatisfação manifesta, portanto, a angústia e o sofrimento. (SANTOS et al, 2007, p 823)

A partir dos conceitos apresentados percebe-se que política pública pode ser entendida como as decisões e ações do poder público. Pode-se ainda compreender que as políticas públicas partem da insatisfação da sociedade, ou seja, de um problema de relevância social, a partir de decisões e ações do Estado a fim de satisfazer as necessidades dos indivíduos. Mesmo em um sistema capitalista, como mostra Santos et al. (2007), a ação do Estado se manifesta para enfrentar uma insatisfação apresentada pela sociedade, ou pelo desinteresse ou incapacidade do capital.

2.2 Policy cycle (ciclo das políticas públicas)

A abordagem inerente ao policy cycle (ciclo das políticas públicas) mostra-se necessária para compreensão acerca do campo das políticas públicas. O ciclo das políticas públicas estuda o processo que vai desde a formulação, implementação até a avaliação das políticas públicas.

As políticas públicas (policies) ocorrem em um ambiente de alta densidade política (politics), caracterizado por relações de poder que envolvem atores do Estado e da sociedade. O modelo do ciclo de política (policy cycle) ajuda a lidar

com esse complexidade ao abordar as políticas públicas mediante a sua divisão em etapas sequenciais. (RUA, 2009)

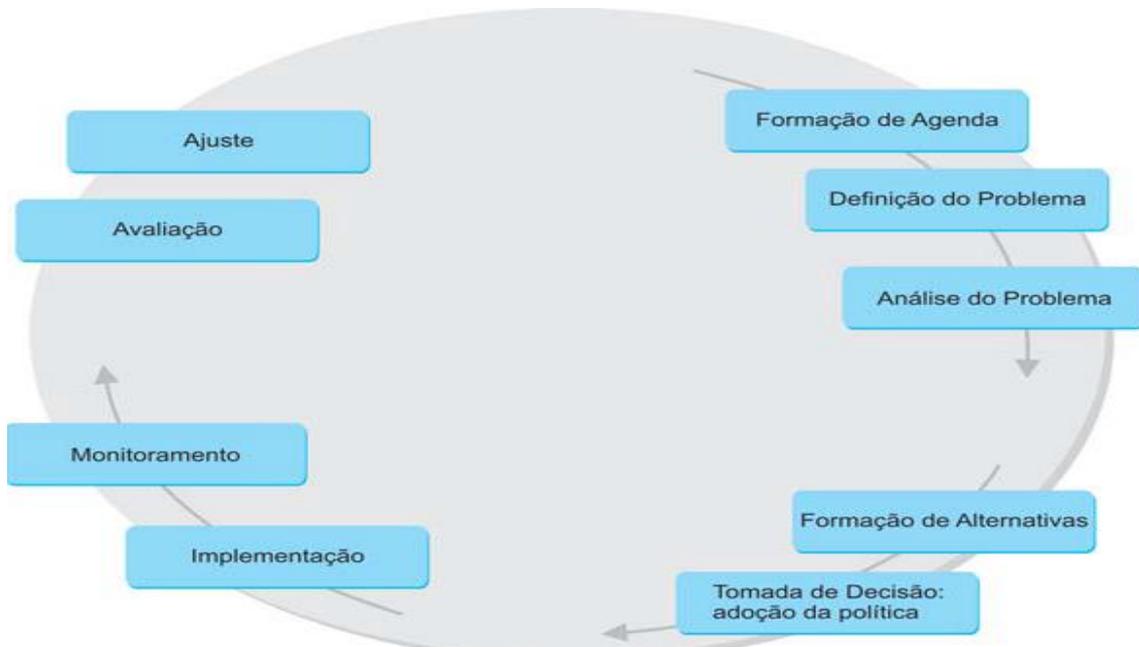


Figura 1: Ciclo das políticas públicas
Fonte: Elaborado por Rua (2009)

A figura acima mostra o ciclo das políticas públicas que, de acordo com Rua (2009), é caracterizado por etapas compreendidas não como um processo linear, mas como uma unidade contraditória, em que o ponto de partida não está claramente definido e atividades de etapas diferentes podem ocorrer simultaneamente ou podem estar superpostas. (RUA, 2009)

Silva e Melo (2000) também consideram que o policy cycle não pode ser concebido de forma simples e linear. Esses autores abordam o “policy cycle” como um processo representado por uma rede de atores formuladores, implementadores, stakeholders e beneficiários que dão sustentação à política. A partir dessa visão, os autores evidenciam a formulação, implementação e avaliação como um processo articulado a uma rede de atores que negociam e barganham. (SILVA E MELO, 2000)

Para Rua (2009), a correta compreensão do ciclo das políticas pode ajudar o gestor, favorecendo seu entendimento correto do processo das políticas públicas e auxiliando-o a entender como as políticas poderão ser aperfeiçoadas. Ainda segundo essa autora, o ciclo de políticas é uma abordagem para o estudo das políticas públicas que identifica fases sequenciais e interativas no processo de

produção de uma política. Desse modo, Rua (2009) apresenta as seguintes fases do ciclo das políticas públicas:

- a) Formação da agenda: ocorre quando uma situação é reconhecida como um problema político e a sua discussão passa a integrar as atividades de um grupo de autoridades dentro e fora do governo;
- b) Formação das alternativas e tomada de decisão: ocorre quando, após a inclusão do problema na agenda e a análise deste, os atores começam a apresentar propostas para sua resolução. Essas propostas expressam interesses diversos, e é necessário chegar a um consenso entre as partes envolvidas. Ocorre, então, a tomada de decisão;
- c) Tomada de decisão: não significa que todas as decisões relativas a uma política pública foram tomadas, mas que foi possível chegar a uma decisão sobre o núcleo da política que está sendo formulada;
- d) Implementação: consiste em um conjunto de decisões a respeito da operação das rotinas executivas das diversas organizações envolvidas em uma política, no qual as decisões tomadas deixam de ser intenções e se tornam intervenção na realidade. A implementação se faz acompanhar do monitoramento, que é um instrumento de gestão das políticas públicas que tem como finalidade facilitar a consecução dos objetivos pretendidos com a política;
- e) Avaliação: é um conjunto de procedimentos de julgamento dos resultados de uma política e destina-se a subsidiar as decisões dos gestores da política quanto aos ajustes necessários para que os resultados esperados sejam obtidos. (RUA, 2009)

A partir do exposto por Rua (2009) e Silva e Melo (2000), é possível perceber que o ciclo das políticas públicas apresenta as etapas do processo de produção das políticas públicas. No entanto, o ciclo das políticas públicas não pode ser compreendido como um fenômeno linear, mas, sim, como um processo interativo em que atores envolvidos e interessados na política pública participam e negociam, durante o seu processo de produção.

2.3 O papel dos atores políticos

Os atores políticos possuem um papel relevante na elaboração, implementação e nos resultados das políticas públicas. De acordo com Teixeira (2002), as políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração, implantação e em seus resultados, formas de exercício do poder político. Desse modo, o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados,

havendo a necessidade de mediações, para que se possa obter um mínimo de consenso. (TEIXEIRA, 2002)

Rua (2009) mostra que a política é um conjunto de procedimentos destinados a resolução de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos. Desse modo, diferentes atores políticos estão envolvidos nesses conflitos. Esses atores são aqueles cujos interesses poderão ser afetados pelas políticas públicas e podem ser indivíduos, grupos ou organizações. Ainda segundo Rua (2009), para identificar os atores em uma determinada política, é preciso saber quem pode ganhar ou perder com tal política, quem tem seus interesses diretamente afetados pelas decisões e ações que compõem a política pública em questão.

Boneti (2006), ao definir as políticas públicas como ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, traz à tona que as políticas públicas também são resultados da dinâmica do jogo de forças entre diferentes grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil.

As políticas públicas, segundo Boneti (2006), envolvem pessoas e diferentes instituições que imprimem seus interesses específicos, desde a elaboração até a execução da política pública na realidade social. Dessa forma, o autor mostra que os agentes definidores das políticas públicas desde as elites internacionais, interessadas na consolidação do projeto do capitalismo mundial, até a sociedade civil e movimentos sociais, no qual buscam novas alternativas de produção, exercem um papel relevante na definição dessas políticas.

Rua (2009) apresenta os diversos tipos de atores políticos. A autora identifica dois tipos de atores: os atores públicos e privados. Os atores públicos exercem função pública e podem mobilizar recursos inerentes a essas funções. Dentro de atores públicos, distinguem-se duas categorias: políticos, ou seja, aqueles cuja posição resulta de mandatos eletivos e têm sua atuação baseada principalmente no cálculo eleitoral e no partido político; e os burocratas que são aqueles que ocupam cargos públicos e possuem conhecimento especializado. A autora afirma que esses burocratas possuem recursos de informação e autoridade, além de projetos políticos, sendo comuns as disputas entre políticos e burocratas e entre o próprio segmento dos burocratas. Entre os atores privados a autora destaca os empresários, os trabalhadores, as associações a nível nacional e a nível internacional. No nível internacional, são identificados os agentes financeiros e

empresas multinacionais além de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU) atores de grande influência no cenário internacional. (RUA, 2009)

Outro fator a ser considerado é como operam os interesses dos diversos atores nas políticas públicas. Segundo Rua (2009), os atores políticos utilizam recursos de poder que podem ser desde reputação, posição social, capacidade de influência, controle de dinheiro, armas, mobilização de grandes grupos, controle de recursos tecnológicos, inclusive a capacidade de provocar prejuízos. Os recursos de poder sustentam as alianças e negociações em torno das políticas públicas. (RUA, 2009)

Com base no exposto por Boneti (2006), Teixeira (2002) e Rua (2009), é possível observar que as políticas públicas são definidas a partir da correlação de forças entre os diversos atores políticos que possuem interesses específicos nas decisões e ações do Estado definidas a partir das políticas públicas. Esses atores irão exercer influências no processo inerente à política pública, utilizando os seus recursos de poder a fim de construir alianças e negociações em torno de todo o processo que envolve as políticas públicas.

Além de compreender o papel dos atores políticos no processo de produção das políticas públicas, é preciso refletir sobre as diversas abordagens presentes no referido campo. A seguir, serão apresentadas as principais abordagens na área.

2.4 Principais abordagens na área de políticas públicas

O campo das políticas públicas apresenta diferentes abordagens sobre o fenômeno em questão.

Para Azevedo (2004), as políticas também representam a materialidade da intervenção do Estado, ou o Estado em ação; no entanto, além de considerar as estruturas de poder, dominação, os conflitos que fazem parte do tecido social e que estão presentes no Estado, a autora busca situar as diferentes abordagens existentes sobre a área em questão: desde a abordagem Neoliberal, passando pela abordagem Liberal Moderna de Cidadania, a abordagem Marxista.

Em linhas gerais, a abordagem Neoliberal defende o Estado Mínimo, os neoliberais atribuem ao mercado à capacidade de regulação do capital e do trabalho e consideram as políticas públicas as principais responsáveis pela crise que perpassa as sociedades. No que diz respeito às políticas sociais, a referência é o

livre mercado. De acordo com essa concepção, os programas, as várias formas de proteção aos trabalhadores e aos pobres são fatores que inibem a livre iniciativa e desestimulam a competitividade. (AZEVEDO, 2004)

Já na perspectiva da teoria liberal moderna de cidadania, as políticas relativas à reprodução econômica e social devem assegurar maior bem-estar para os indivíduos e vêm legitimar a ação estatal na economia e em outras instâncias privadas, em contraposição aos princípios da abordagem neoliberal. A teoria liberal moderna de cidadania analisa as políticas públicas como um instrumento importante para amenizar as desigualdades oriundas do mercado. Diferente da teoria neoliberal que toma as políticas sociais como algo prejudicial ao equilíbrio da ordem social, a teoria liberal moderna de cidadania afirma que o Estado tem a responsabilidade de promover o bem comum. Faz parte dessa teoria a abordagem Social- Democrata, que focaliza os sistemas de proteção social, tendo em vista a conquista de um melhor padrão de justiça dentro dos marcos das sociedades capitalistas. (AZEVEDO, 2004)

A análise das políticas sociais, pelo viés da abordagem marxista, apresenta- as como o meio através do qual o Estado garante a reprodução da força de trabalho, a própria reprodução das condições materiais de produção. Na abordagem marxista a intervenção estatal visa garantir as relações de classe próprias das sociedades capitalistas. (AZEVEDO, 2004)

Teixeira (2002) também traz que a concepção de políticas públicas varia conforme a orientação política. Segundo o autor, a visão liberal opõe-se à universalidade dos benefícios de uma política social. Para ela, as desigualdades sociais são resultado de decisões individuais, cabendo à política social um papel residual no ajuste de seus efeitos. Na visão social-democrata, os benefícios sociais são como proteção aos mais fracos, como compensação aos desajustes da supremacia do capital e as políticas públicas têm o papel regulador das relações econômico-sociais. Essa concepção foi traduzida no sistema do chamado Estado de Bem Estar Social. O autor mostra que partir dos anos 70, esse modelo entra em crise com a falência do Estado protetor, o agravamento da crise social e o neoliberalismo responsabilizando a política de intervencionismo pela estagnação econômica e pelo parasitismo social. Diante desse cenário neoliberal, Teixeira (2002) analisa quais são os impactos para a formulação de políticas públicas:

Com a predominância do neoliberalismo, o caráter das políticas se modifica. Uma política pública requer a intervenção do Estado em várias áreas de atuação dos indivíduos e, para o neoliberalismo, o equilíbrio social é resultante do livre funcionamento do mercado, com um mínimo de ação do Estado. Deve existir o mínimo de regulamentação possível, as políticas distributivas devem compensar desequilíbrios mais graves e, portanto, passam a ter o caráter cada vez mais seletivo e não universalizante; as políticas redistributivas não são toleradas, por que atentam contra a liberdade do mercado e podem incentivar o parasitismo social. (TEIXEIRA, 2002, p.3)

É possível perceber que existem diferentes visões acerca das políticas públicas. Cada abordagem aponta para um direcionamento diferente sobre a atuação do Estado no que se refere às políticas públicas. Teixeira (2002) aponta a predominância da abordagem neoliberal no cenário atual. Desse modo, torna-se necessário discutir o cenário marcado pelo neoliberalismo e as implicações para as políticas públicas, em especial para as políticas sociais.

2.5 Políticas públicas e o cenário neoliberal

Santos (2007) discute acerca do cenário marcado pelo neoliberalismo. Em sua análise evidencia que o discurso ideológico construído e posto em prática pela corrente neoliberal defende a ineficiência dos serviços públicos gerenciados pelo Estado. Assim, o papel do Estado está restrito à criação das condições para crescimento do capitalismo, através da desestatização e da constituição de normas legais que garantam o acesso da iniciativa privada como executora dos serviços públicos. Santos (2007) mostra como esse contexto foi criado:

Esse contexto foi criado devido às sucessivas crises do capitalismo, encaradas ideologicamente como crise do Estado, consequência direta do redirecionamento do modelo político mundial necessário à expansão do sistema capitalista e a reintegração da periferia a essa dinâmica remodelada e sob a batuta das altas finanças. (SANTOS, 2007, p 833)

O autor critica o discurso neoliberal, afirmando que tal discurso atende aos interesses de expansão do sistema capitalista. Ainda Santos (2007) mostra que os serviços públicos de interesse da iniciativa privada são transferidos à sua responsabilidade, enquanto áreas que não interessam a iniciativa privada são desmanteladas, a exemplo de escolas e postos de saúde.

O Brasil é um país extremamente desigual, em que problemas sociais básicos ainda não foram resolvidos. Silva (2010) aponta que o país apresenta um quadro de pobreza decorrente de contexto de desigualdade, marcado pela profunda

concentração de renda, o que coloca o Brasil entre os países de maior concentração de renda do mundo. (SILVA, 2010) Desse modo, torna-se preocupante a situação da população, em especial da população excluída, diante do cenário que se apresenta. O discurso e as práticas neoliberais se instalam no Brasil, país onde as políticas sociais são imprescindíveis para melhoria do quadro social. Neste sentido, a ação do Estado por meio das políticas públicas de corte social torna-se um imperativo.

A fim de compreender as políticas sociais no Estado Capitalista, destacam-se as contribuições de Santos et. al (2007) na análise do sentido e da finalidade da política social concebida e executada pelo Estado capitalista. Os autores constroem bases conceituais e metodológicas que ajudam a entender as razões dos sucessos ou fracassos das políticas. De acordo com Santos et. al (2007) quando se fala em formular e implantar uma política social, a sociedade o faz por conta de alguma insatisfação em relação ao mercado que não consegue distribuir adequadamente a riqueza produzida pelo esforço social. Essa distribuição deve ser feita pelas políticas sociais do Estado.

No entanto, Santos et al. (2007) consideram que as políticas sociais, em especial na periferia do sistema capitalista, têm funcionado como um paliativo e favorecendo financeiramente a classe dominante, pois a execução de tais políticas está a cargo de empresas privadas, na maioria das vezes, e seus benefícios não são distribuídos de forma justa socialmente. Neste sentido, em geral o Estado tem atuado através de políticas compensatórias e assistencialistas. Santos et. al (2007) consideram que as políticas públicas no Estado capitalista estão ficando mais distantes dos seus objetivos, se tornando mais particulares e menos universais.

Neste sentido, as políticas estatais brasileiras, quando se referem às despesas sociais, apresentam distorções quanto ao objetivo destinado a essa categoria de gastos estatais. Boa parte das políticas sociais tem sido transferida para a realização de empresas privadas, representando o modelo neoliberal. (SANTOS et. al ,2007)

Santos (2002) expressa que no contexto brasileiro o que se vem caracterizando como política social não tem passado de ações isoladas e implementadas em razão de se evitar um colapso social. Ressaltando ainda a desarticulação entre as ações. Dessa forma, Santos (2002) propõe uma política social como um sistema que reúne vários programas interdependentes.

A partir das contribuições apresentadas, entende-se que para compreender a política pública de educação profissional deve-se ter presente que a intervenção do

Estado subjaz um conjunto de elementos: desde a correlação de forças entre os diversos atores políticos até a abordagem de política pública adotada pelo Estado. Teixeira (2002) e Santos (2007) mostram que a abordagem neoliberal tem marcado o contexto atual, trazendo implicações para as políticas públicas, e em especial para as políticas sociais, na contemporaneidade.

3. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo, discute-se acerca da avaliação de políticas públicas no contexto brasileiro. Em seguida, são apresentados as conceituações, os tipos e naturezas da avaliação de políticas públicas, além das contribuições da avaliação de políticas públicas. Disserta-se, ainda, sobre a avaliação de políticas educacionais. Por fim, são apresentadas as propostas de avaliação de programas e políticas sociais, desenvolvidas por Draibe (2001) e Minayo (2011).

3.1 A avaliação de políticas públicas no contexto brasileiro

A década de 90 destacou-se como um período de fortalecimento da avaliação de políticas públicas em diversos países da América Latina. Ressalta-se que a avaliação de políticas públicas, na América Latina, ocorreu tardiamente e com a finalidade de tornar o processo avaliativo um instrumento a serviço da reforma do Estado. (FARIA, 2005)

Referindo-se ao papel da avaliação de políticas públicas no contexto brasileiro, Ferreira e Coelho (2011) mostram que é a partir dos anos 90, que a avaliação passa a assumir um lugar de destaque na ação governamental, tornando-se um elemento central do processo de regulação do Estado, que passa a ser caracterizado como Estado Avaliador. A propósito do termo Estado Avaliador, os autores esclarecem que este foi um termo criado por estudiosos que discutem as novas configurações assumidas pelo Estado, no contexto do neoliberalismo, momento em que a avaliação passa a ser uma estratégia de controle da qualidade e gestão das políticas públicas. (FERREIRA; COELHO, 2011)

Neste sentido, a avaliação de políticas públicas teve um papel de destaque nas reformas do setor público e tem estado cada vez mais presente nos processos de análise das políticas públicas. (TREVISAN; BELLEN, 2008)

No entanto, é necessário fazer um exame cuidadoso sobre o projeto de reforma do Estado introduzido no país. Souza e Carvalho (1999) apontam que, nas últimas décadas, os países em desenvolvimento passaram a adotar políticas de ajuste fiscal, por meio da eliminação de funções governamentais, cortes em despesas de custeios e investimentos, redução da folha de pessoal, desregulamentação e privatização. Tais políticas se expressam através do novo gerencialismo público e se

fundamentam no argumento de que o Estado está em crise. A Reforma introduzida no governo de Fernando Henrique Cardoso no país, através do Ministério da Administração e Reforma do Estado- MARE, se voltou para as funções de regulação e controle do Estado tendo em vista a reconstrução da administração pública em bases modernas a fim de superar o modelo burocrático e assumir o caráter gerencial. (SOUZA E CARVALHO, 1999)

A proposta neoliberal para o Estado é marcada por uma ideia reguladora: de privatização, baseada na defesa da competência, na eficiência da iniciativa privada e na sua superioridade em relação às intervenções públicas. (SOUZA, 2009)

No que diz respeito à Crise do Estado e Crise Fiscal, Santos (2010) mostra que trata-se de um argumento ideológico para exaltar o sistema capitalista, já que os neoliberais argumentam que a crise não é do sistema capitalista, mas do Estado. O autor aponta a inconsistência dos argumentos neoliberais em torno da existência da Crise Fiscal e da Crise do Estado e evidencia que as privatizações decorrem da concorrência intercapitalista a fim de explorar os espaços estatais. (SANTOS, 2010)

Diversos elementos da proposta de reforma desencadeada pelo MARE são questionados por Souza e Carvalho (1999), destaca-se o contexto brasileiro no qual grande parte da população está excluída, sem o acesso ao mínimo das garantias sociais, e a reforma proposta minimiza a ação do Estado no que tange a redução das desigualdades sociais. Para as autoras, ao deixar de lado as especificidades da sociedade brasileira, despolitizar a administração pública e não contemplar um projeto integrado de reconstrução do Estado colocando toda ênfase nos aspectos gerenciais, a proposta do MARE não estabeleceu as conexões entre as políticas econômicas e sociais, nem considerou os problemas diagnosticados quanto ao sistema brasileiro de políticas sociais. (SOUZA E CARVALHO, 1999)

Autores como Santos (2010) e Souza e Carvalho (1999) mostram a importância de perceber o que está implícito nas reformas do Estado introduzidas no Brasil e afirmam que não é possível despolitizar a administração pública.

Santos et. al (2009) apontam que a administração nasce profissionalizada e subordinada. Historicamente a administração pouco se preocupou em observar, explicar, prescrever e dirigir as formas de gestão das relações sociais de produção, realização e distribuição da sociedade. Não percebendo a dimensão política do seu caráter. Desse modo, esses autores apresentam uma compreensão mais profunda da administração a partir da administração política, que possui duas dimensões: a

dimensão abstrata e a dimensão aplicada. A dimensão conceitual ou abstrata está subdividida em outras duas dimensões: o gestar e a gerência. O gestar é entendido com o ato de conceber, de desenvolver (administração política) e o gerenciar enquanto ato de exercer funções, processar (administração profissional). Na dimensão aplicada ou analítica observa-se como seus componentes a gestão e a gerência. A gestão enquanto formas de condução das relações sociais de produção e distribuição (administração política) e a gerência enquanto espaço de exercer funções, maneira de fazer, processo de fazer (administração profissional). (SANTOS et. al, 2009). Nesse sentido, os autores mostram que:

A administração política envolve tanto o processo decisório do “que fazer”, quanto o relativo ao “como fazer”, que significa viabilizar os meios necessários para construir o projeto da nação ou da organização e implantá-lo. Aí reside a gestão das relações, essência da administração política. (SANTOS et. al, 2009, p.935)

A reforma do Estado enfatizou os aspectos gerenciais, despolitizando a administração pública e trouxe também para avaliação de políticas públicas um enfoque gerencial. Porém, Trevisan e Bellen (2008), mostram que tal como no caso do movimento da nova administração pública, as avaliações de políticas públicas passam atualmente por uma fase de críticas ao gerencialismo de suas concepções. Faria (2005) afirma que a avaliação de políticas públicas está longe de se restringir a perspectiva gerencialista, e expande tal perspectiva a partir da percepção das implicações políticas do processo avaliativo.

Percebe-se que, a partir da década de 90, a avaliação de políticas públicas assumiu um papel de destaque, posta a serviço da reforma do Estado, com uma perspectiva gerencialista e em um contexto marcado pelo neoliberalismo. Trevisan e Bellen (2008) e Faria (2005) mostram os limites da perspectiva gerencialista na avaliação de políticas públicas, sendo reconhecida a dimensão política do processo avaliativo.

Ramos e Schabbach (2012) sinalizam algumas iniciativas no país em relação à avaliação , a saber: o Plano Plurianual - PPA - de 2004 a 2007 trouxe o Sistema de Avaliação do Plano Plurianual. O objetivo era assegurar que a avaliação integrasse a gestão dos programas contribuindo para a tomada de decisão, bem como para disseminar a cultura avaliativa e garantir sua utilização na formulação e implementação das políticas e programas de governo. A estrutura principal desse

Sistema é a Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA), assessorada pela Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação (CTMA); outro exemplo citado é o trabalho desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que tem como uma de suas missões acompanhar o desenho e a implementação das políticas públicas, de modo a subsidiar o governo em seu processo de tomada de decisão; e por fim, aponta-se a formação de redes de especialistas em torno da avaliação e do monitoramento de políticas públicas, as quais vêm aproximando profissionais das mais diversas áreas do conhecimento e regiões, divulgando experiências e produções acadêmicas, organizando e apoiando eventos científicos sobre a temática, um exemplo no Brasil é a Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação. (RAMOS E SCHABBACH, 2012)

Apesar da ênfase dada à avaliação de políticas públicas nas últimas décadas, Minayo (2011) afirma que o processo de avaliação que visa acompanhar os projetos sociais e mudanças institucionais é recente no Brasil e ainda muito tímido. A cultura clientelista e autoritária são apontadas como causas da incipiência do processo de avaliação de políticas públicas no país. No entanto, a avaliação de políticas públicas, de acordo com Costa e Macedo (2005), tem sido cada vez mais necessária, pois à medida que o país vai se democratizando, a população começa a desenvolver seu papel de participação política na sociedade, passando a reivindicar não somente políticas públicas, mas que estas tenham efetividade.

3.2 Conceitos e tipos de avaliação de políticas públicas

Autores como Ramos e Schabbach (2012), Ferreira e Coelho (2011), Brandão et. al (2005), Fagundes e Moura (2009) e Branco (2005) trazem definições acerca da avaliação de políticas públicas.

A necessidade de conhecer do ser humano está ligada ao seu desejo de compreender, explicar, julgar e modificar o real. A curiosidade humana direciona o pensamento a um julgamento de valor. Nesse sentido, qualquer forma de avaliação envolve um julgamento, a atribuição de um valor a uma política ou programa público. (FAGUNDES E MOURA, 2009)

Para Ramos e Schabbach (2012), a avaliação de políticas públicas é constituída na determinação de valor de uma atividade, programa ou política, um julgamento sistemático e objetivo. A avaliação de políticas públicas ao apresentar dimensão

valorativa contempla aspectos qualitativos, não sendo dessa forma o mero acompanhamento das ações governamentais.

Na perspectiva de Ferreira e Coelho (2011) a avaliação de políticas públicas também envolve julgamento, tratando-se da atribuição de valor. Branco (2005), por sua vez, afirma que a avaliação utiliza informações e dados para apoiar um juízo de valor, ressaltando ainda que a avaliação pode ter diferentes propósitos, tais como: a correção de rumos, averiguação do alcance dos objetivos propostos, diagnóstico dos erros e acertos, identificação dos efeitos positivos e negativos da intervenção.

Para Brandão et. al (2005), a avaliação é um processo de aprendizagem sistemático e intencional que um indivíduo, grupo ou organização se propõe para aprofundar a sua compreensão sobre determinada intervenção social, por meio da elaboração e aplicação de critérios explícitos de investigação e análise, a fim de a conhecer e julgar o mérito, a relevância e a qualidade de processos e resultados. A avaliação leva à ampliação do conhecimento sobre determinado programa ou projeto o que possibilita que decisões possam ser tomadas.

Chama à atenção nas definições de avaliação de políticas públicas a presença do julgamento e atribuição de valor. Neste sentido, Souza (2009) considera que as definições de avaliação são muitas, mas em quase todas elas, a atribuição de valor é uma característica constante. A partir dessa perspectiva, pode-se perceber que a avaliação de políticas públicas não consiste em uma mera mensuração de dados. A avaliação parte da leitura de dados e informações para criar um juízo de valor.

Desse modo, Arratche (2009) explica que qualquer forma de avaliação envolve necessariamente um julgamento, atribuição de um valor e que não existe possibilidade de que qualquer modalidade de avaliação ou análise de políticas públicas possa ser apenas instrumental, técnica ou neutra.

A literatura traz diferentes definições acerca da avaliação de políticas públicas. Guba e Lincoln (2011) consideram que não existe resposta para a questão o que é avaliação. Alertam que se fosse possível encontrar tal sentido, isso acabaria com a discussão acerca de como a avaliação deve ser conduzida e sobre as suas finalidades. Desse modo, consideram que as definições de avaliação são construções mentais humanas que correspondem à determinada realidade. (GUBA; LINCOLN, 2011)

A partir desta perspectiva, Guba e Lincoln (2011) identificaram quatro gerações de avaliação, traçando os vários significados atribuídos a avaliação nos últimos cem

anos e mostrando que com o passar do tempo à discussão sobre avaliação se tornou mais fundamentada. A primeira geração foi caracterizada pela mensuração, a partir de pesquisas que utilizaram exames escolares. Os testes desempenharam uma função importante na primeira geração de avaliação. A função do avaliador era técnica e ele deveria conhecer os instrumentos para que qualquer variável que desejasse investigar fosse mensurada. A segunda geração traz uma abordagem caracteriza pela descrição de pontos fortes e fracos em relação a determinados objetivos. Assim nasceu a avaliação de programas. Neste caso, o avaliador cumpria o papel de descritor. Já a terceira geração incluiu o juízo de valor no procedimento da avaliação. O juízo de valor tornou-se parte fundamental da avaliação, no qual o avaliador assumiu o papel de julgador. E, por fim, a avaliação de quarta geração é caracterizada como um modelo que inclui as reivindicações, preocupações e questões com relação ao objeto de avaliação que são identificadas pelos grupos de interesse. Desse modo, diferentes grupos de interesse terão diferentes reivindicações, preocupações e questões, cabendo ao avaliador abordá-las na avaliação. (GUBA E LINCOLN, 2011)

A literatura sobre avaliação de políticas públicas costuma, ainda, distingui-las em termos de sua efetividade, eficácia e eficiência. Minayo (2011) entende que a avaliação consiste na realização de um conjunto de atividades que buscam atribuir valor de eficiência, eficácia e efetividade a processos de intervenção em sua implantação, implementação e resultados.

Também Draibe (2001) apresenta que a pesquisa de avaliação de políticas públicas busca verificar a eficácia, eficiência e de accountability das ações, a avaliação busca ainda detectar dificuldades e obstáculos e produzir recomendações que possibilitem corrigir os rumos do programa ou difundir aprendizagens.

Na avaliação da efetividade, há a necessidade de demonstrar os impactos ou resultados encontrados na realidade social que estão relacionados a uma política em particular. A avaliação de eficácia consiste em relacionar as metas propostas e as metas alcançadas pelo programa ou entre os instrumentos previstos para sua implantação e aqueles que de fato foram empregados. A avaliação da eficiência resulta da relação entre o esforço empregado na implantação de uma política e os resultados alcançados. (ARRETCHE, 2009)

Os termos efetividade, eficácia e eficiência permeiam as diversas abordagens sobre avaliação, de acordo com Minayo (2011). A autora define tais conceitos: o

conceito de eficiência tem origem da noção de otimização dos recursos disponíveis, na obtenção a custo mínimo possível o máximo de benefício; a avaliação de eficácia consiste na análise do cumprimento das metas traçadas; a avaliação de efetividade capta os efeitos de um projeto ou programa e tem por objetivo aferir as mudanças quantitativas e qualitativas promovidas pela intervenção. Dessa forma, a avaliação de efetividade é mais profunda que a avaliação de eficácia. (MINAYO, 2011)

Os termos efetividade, eficácia e eficiência são fundamentais para o desenho da avaliação de políticas públicas. Os critérios de eficiência, eficácia e efetividade estabelecem, no processo avaliativo, quais as características esperadas dos processos e/ou dos resultados das políticas públicas. (RUA, 2000)

A avaliação de políticas públicas também apresenta naturezas e tipos diversos. Draibe (2001) mostra as naturezas e os tipos de avaliação de políticas públicas. Em relação à dimensão temporal, a avaliação pode ser caracterizada entre dois tipos: avaliações ex ante e avaliações ex post. As avaliações ex ante precedem o início do programa, durante a fase de formulação. Já as avaliações ex post são feitas concomitante ou após a realização do programa a fim de verificar os graus de eficiência e eficácia com que o programa está atendendo aos seus objetivos e avaliar a efetividade do programa, ou seja, seus resultados, impactos e efeitos. (DRAIBE, 2001)

Quanto à natureza, Draibe (2001) explica que as avaliações podem se situar em avaliação de resultados e avaliação de processos. A avaliação de resultados busca responder o quanto e com que qualidade os objetivos do programa foram cumpridos. A avaliação de processos busca dectar os fatores que durante a implementação facilitam ou impedem que um dado programa atinja seus resultados. (DRAIBE, 2001)

Ramos e Schabbach (2012) assinalam que a avaliação de processos procura identificar as dificuldades que ocorrem durante o processo, a fim de se efetuarem correções ou adequações. Ela permite identificar os verdadeiros conteúdos do programa, se ele está sendo realizado conforme o previsto, se está atingindo o público-alvo e se os benefícios estão sendo distribuídos corretamente. Acompanhando os processos internos, ela focaliza os fatores que influenciam a implementação, estimulando mudanças, quando necessárias. Esse tipo de avaliação serve de suporte para melhorar a eficiência e a eficácia dos programas, disponibilizando resultados e informações úteis aos gestores, mais voltados às

situações contextuais. Já a avaliação de resultados procura verificar se o programa alcançou os objetivos e quais foram seus efeitos, questionando, após sua implementação, se houve mudanças na situação-problema que originou a formulação do programa e examinando o sucesso ou fracasso em termos de mudança efetiva nas condições prévias de vida dos beneficiários. (RAMOS E SCHABBACH , 2012)

Tais considerações são importantes para o desenho da pesquisa de avaliação de políticas públicas. Pois a decisão por avaliar determinada política implica na escolha e definição do tipo e da natureza da avaliação que será realizada. Draibe (2001) também chama a atenção para o recorte da pesquisa de avaliação de políticas públicas, para a autora pode-se avaliar do mais restrito ao mais abrangente da política, o pesquisador pode avaliar políticas complexas, um ou mais programas no interior de políticas e até mesmo projetos. Mas para além de compreender os tipos e naturezas da avaliação de políticas públicas, é preciso considerar quais são as contribuições da avaliação no processo de construção das políticas públicas.

3.3 Contribuições da avaliação

De acordo com a literatura sobre o assunto, Melo (2011) afirma que para que uma política pública possa ser compreendida em relação aos objetivos propostos e os resultados alcançados, a avaliação destas constitui como mecanismo fundamental. Já que a avaliação possibilita o conhecimento da viabilidade de programas e projetos visando o redirecionamento de seus objetivos ou mesmo a reformulação de suas propostas e atividades.

Para Ramos e Schabbach (2012) a avaliação permite ao governante certo conhecimento dos resultados de um dado programa ou projeto, informação essa que pode ser utilizada para melhorar a concepção ou a implementação das ações públicas, fundamentar decisões, promover a prestação de contas.

Por sua vez, Fagundes e Moura (2009) afirmam que o conhecimento dos programas por dentro, suas dificuldades, os obstáculos de implementação, seus fatores gerenciais e operacionais, e como estes realmente produzem efeitos esperados e não-esperados, é um mecanismo de relevante uso para a melhoria do desempenho das organizações públicas. A partir dos processos de avaliação, é possível identificar os programas que funcionam com mais efetividade, eficiência e

eficácia, bem como orientar aqueles com fraco desempenho, a fim de contribuir para o seu aperfeiçoamento, correção de erros e superação de obstáculos. (FAGUNDES E MOURA, 2009)

A avaliação revela-se como um importante mecanismo de gestão, uma vez que fornece informações e subsídios para tomada de decisão dos gestores, formuladores e implementadores de políticas e programas, possibilitando conhecer o alcance da política pública e, quando necessário, intervir de forma a realizar ajustes, o que eleva a visibilidade e a credibilidade das ações públicas. (MELO, 2011)

Outro ponto positivo é que a produção de avaliações permite o controle sobre as ações do governo. No entanto, em sociedades em que o mercado eleitoral tem peso, a avaliação da eficácia, eficiência e efetividade de uma política tem menor importância comparados ao seu impacto eleitoral. (ARRETCHE, 2009)

Faz-se necessário destacar que a avaliação de políticas públicas tem um caráter político. Ela representa a atividade acadêmica que objetiva um melhor entendimento do processo político e volta-se à solução de problemas sociais, sendo, portanto, aplicada. (RAMOS; SCHABACH, 2012)

Faria (2005) critica a ênfase quase exclusiva na utilização instrumental, intraburocrática da avaliação das políticas públicas, no qual são negligenciadas questões como o papel da avaliação no jogo eleitoral. Dessa forma, o autor mostra o viés político dos estudos sobre avaliação de políticas públicas. (FARIA, 2005).

Cabe ressaltar o receio dos governantes face às avaliações de políticas públicas. Trevisan e Bellen (2008) apontam que as avaliações podem ser um problema para os governantes porque os resultados podem causar constrangimentos públicos. “As informações e resultados das avaliações podem ser usados pelo público e pela imprensa para criticar os governos.” (TREVISAN; BELLEN, p. 536, 2008)

Para Faria e Coelho (2011) a avaliação tem o papel relevante para o aperfeiçoamento das políticas públicas ao possibilitar o uso dos resultados do processo avaliativo na tomada de decisões. Os resultados do processo avaliativo evidenciam as dificuldades experimentadas pela política pública na sua concepção, estratégia, implementação, etc. Porém, não é possível afirmar uma relação de causalidade entre os resultados da avaliação e o aperfeiçoamento das políticas, já que o uso dos resultados da avaliação envolvem interesses de diferentes atores na tomada de decisão. Existem dificuldades relacionadas à questão das concepções

que avaliadores e decisores têm sobre o uso dos resultados da avaliação. Nem sempre decisores e avaliadores possuem o mesmo entendimento sobre a destinação dos resultados do processo avaliativo. Não existe garantia que o decisor está realmente comprometido com os resultados do processo avaliativo, os resultados da avaliação podem apenas compor a política pública, sem nenhuma perspectiva de aperfeiçoamento da política. Diante dessas dificuldades, torna-se necessário a negociação entre os atores envolvidos nos processos avaliativos e na tomada de decisão no âmbito da política pública. (FERREIRA E COELHO, 2011)

De acordo com a literatura, o setor público brasileiro carece de práticas que focalizem a avaliação de políticas públicas. Considera-se que a avaliação pode oferecer subsídios para implantação e adequação das políticas públicas. Assim, a avaliação de políticas públicas torna-se necessária tendo em vista aprimorar a execução de tais políticas através da avaliação dos processos e resultados das ações desenvolvidas. Estudiosos afirmam que a avaliação de políticas públicas traz a possibilidade de aprimorar as políticas e contribuir para a prestação de contas por parte dos agentes públicos (MELO, 2011; ARRETCHE, 2009). No entanto, vale destacar os diferentes interesses dos atores envolvidos no uso dos resultados da avaliação apresentados por Ferreira e Coelho (2011).

3.4 Avaliação das políticas na área de educação no Brasil

Em relação à avaliação de políticas na área educacional no Brasil, especificamente, nas últimas décadas, o Estado tem criado algumas iniciativas de avaliação para os diversos níveis e modalidades da educação nacional.

Castro (2010) mostra que a política de avaliação da educação no Brasil abrange diferentes avaliações, a saber: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior (ENADE), o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), a Prova Brasil e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Apesar das iniciativas de criação dos sistemas de avaliação, destaca-se como limite a dificuldade dos sistemas de ensino no uso dos resultados das avaliações. (CASTRO, 2010)

O quadro a seguir apresenta as características e finalidades dos sistemas de avaliação nacional da educação:

Avaliação	Características e finalidades
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Prova Brasil	São avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Têm a finalidade de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de exames padronizados e questionários socioeconômicos.
Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)	Criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica. A partir de 2009 passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior.
Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior (ENADE)	Avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados.
Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES)	Analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. O processo de avaliação leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente. O Sinaes reúne informações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e das

	avaliações institucionais e dos cursos.
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	Criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. O Ideb é calculado a partir da taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)

Quadro 1: Sistemas de avaliação da educação nacional
Fonte: MEC / INEP (2014)

No que tange à educação profissional, conforme mostra o Termo de Acordo de Metas e Compromissos, celebrado entre os Institutos Federais e o MEC, o que se tem é a previsão da criação de um sistema de avaliação dos cursos técnicos similar ao ENADE, atualmente existente para os cursos superiores. Desse modo, atualmente, ainda não existe um sistema de avaliação para a modalidade da educação profissional, já que os cursos técnicos não estão inseridos no sistema de avaliação nacional. (BRASIL, 2009)

Ferreira e Tenório (2010) apontam que a avaliação de políticas na área educacional em curso no país, está voltada para os aspectos do desempenho do aluno ou para a questão do contexto organizacional da instituição de ensino. A avaliação do desempenho dos alunos assumiu várias formas ao longo do tempo, indo desde um modelo restritivo servindo para verificação das aprendizagens, a um modelo ampliado em que a avaliação do desempenho escolar do aluno é tomada

como indicador de qualidade da educação pública. Outro ponto importante a ser considerado é que este tipo de avaliação não consegue analisar os impactos das políticas na instituição educacional, e raramente abordam sobre o processo de implementação. (Ferreira e Tenório, 2010)

Afonso (2007) alerta que a avaliação das políticas, na área da educação, não pode estar restrita à avaliação dos alunos ou à avaliação das aprendizagens, como também não pode ser, de forma isolada ou até mesmo articulada, a avaliação dos professores ou avaliação das escolas.

Ainda Afonso (2007) mostra que, nas últimas décadas, nos países capitalistas democráticos ocidentais, as políticas de avaliação se tornaram indiferentes às realidades regionais, sociais, culturais em que os processos avaliativos se desenvolvem, e ainda que tais avaliações pretendem ser neutras. Nos meados dos anos noventa e seguintes, os governos de orientação político-ideológica socialistas ou sociais-democratas de centro-esquerda, mesmo após terem assumido o poder, não modificarão muitas das decisões herdadas do período anterior. Pelo contrário, em certos casos, esses governos ampliaram a expansão e concretização de determinadas políticas educacionais, como as que dizem respeito à avaliação externa baseada em exames, que se destinam, em grande medida, a introduzir maior seletividade. Incentivando a promoção de rankings entre as instituições de educação. (AFONSO, 2007)

Souza (2009) destaca que a avaliação que se limita a medir quantidades e comparar programas não levando em conta sua diversidade, as condições específicas, sua história, seus valores, apresenta-se como técnica e despolitizada.

O modelo de avaliação educacional no país apresenta vinculação entre as políticas de avaliação de desempenho dos alunos, adotada no Brasil desde os anos 1990, e está associado à responsabilização dos atores que fazem a escola pelos resultados escolares dos alunos. No entanto, o processo de avaliação de política e programas educacionais precisa considerar os diversos condicionantes que determinam a sua implantação e resultados. Fatores como o ambiente político no qual os programas se desenvolvem, as forças políticas que se opõem ou fazem alianças para apoiar ou resistir ao programa, a abordagem econômico-financeira que orienta a determinação sobre a alocação dos gastos públicos, a visão sobre os princípios de eficiência, efetividade e eficácia das ações governamentais na área social, entre outros, precisam estar inseridos no modelo avaliativo. (FERREIRA E

TENÓRIO, 2010)

Frente ao exposto por Ferreira e Tenório (2010) percebe-se que os sistemas de avaliação nacional para as políticas educacionais, de modo geral, focalizam o desempenho dos alunos e/ou o contexto escolar, deixando de considerar fatores importantes para a avaliação de processos e resultados, como a questão da avaliação da eficácia e efetividade das políticas públicas na área de educação.

Dada à importância de considerar a efetividade, os impactos e efeitos, das políticas públicas de educação, Rippel (2007) apresenta uma pesquisa empírica sobre a avaliação de políticas públicas na área da educação que teve como objetivo o de estabelecer o itinerário (referente ao desenvolvimento educacional e à inserção no mercado de trabalho) de estudantes egressos de um projeto educacional. Nesse trabalho, a autora buscou identificar, mediante a visão dos estudantes pesquisados, se os egressos do projeto têm condições/competências para dar continuidade nos seus estudos, se conseguiram inserir-se no mercado de trabalho, analisar as eventuais influências do projeto na sua inserção social, e refletir sobre os limites e os avanços por ele proporcionados nas suas vidas. Trata-se de um estudo que buscou analisar as mudanças ocorridas face a intervenção promovida pela política educacional. Alguns indicadores de efetividade usados na pesquisa feita por Rippel (2007) são utilizados no presente estudo.

3.5 Avaliação de programas e políticas sociais proposta por Minayo e Draibe

As políticas sociais são imprescindíveis para diminuir as desigualdades presentes nas diversas regiões do país. A educação profissional, enquanto política social, pode representar a ampliação de oportunidades de formação e de inserção social, tornando-se necessária a avaliação de tais políticas. No presente estudo, opta-se por fazer uma avaliação da política de educação profissional, no que tange a eficácia e efetividade de cursos técnicos, a partir das abordagens apresentadas por Minayo (2011) e também por Draibe (2011). As referidas autoras entendem que a pesquisa de avaliação busca verificar ou atribuir valor de eficiência, eficácia e efetividade a processos e resultados das políticas públicas. Desse modo, destacam-se para fins da presente pesquisa os estudos de Draibe (2001) e Minayo (2011) por apresentarem contribuições teórico – metodológicas para o aprofundamento do estudo da avaliação de políticas e programas sociais.

Minayo (2011) aponta os avanços recentes da avaliação, como uma área de conhecimento específica. Atualmente, busca-se integrar avaliados e avaliadores nos processos analíticos institucionais ou de prestação de serviços. A avaliação é menos classificatória do que é melhor ou do que é pior e muito mais promocional. Tem a finalidade de consolidar parcerias, apoiar mudanças sucessivas, corrigir rumos, ampliar o comprometimento dos diferentes atores e promover o aperfeiçoamento dos indivíduos, grupos, instituições e sistemas.

Minayo (2011) explica que avaliação inicia antes que uma intervenção ocorra (ex-ante), passando pelo acompanhamento do processo de implantação e pela análise dos efeitos e resultados (avaliação ex post). De acordo com Minayo (2011), a avaliação da implantação é uma atividade importante para assegurar a eficiência inicial que corresponde ao ajuste entre as necessidades de recursos (humanos, materiais e de poder) e o começo das atividades de intervenção no tempo e na medida certa. A análise da implementação corresponde ao acompanhamento do desenvolvimento da proposta de intervenção por meio de indicadores e, eventualmente, por meio de avaliação qualitativa realizada com os realizadores da proposta e com os clientes ou usuários que são seu alvo, levando em conta os pontos críticos para correção de rumos durante o processo.

São objetos de avaliação da implantação e da implementação os seguintes elementos, de acordo com Minayo (2011):

- a) as estruturas necessárias para que o projeto ocorra sem atropelos: obtenção de informações sobre recursos físicos, humanos, materiais, formas de organização e de funcionamento (normas e procedimentos), especificação de equipamentos e tecnologias disponíveis;
- b) os processos e movimentos de encaminhamento das atividades pelos diferentes atores com suas funções específicas e níveis hierárquicos, para garantir que as operações de intervenção tenham sucesso;
- c) os resultados e efeitos parciais: esperados ou não esperados de acordo com as metas estabelecidas;
- d) a participação e as percepções dos diferentes atores que influenciam os processos e os resultados, seja no sentido positivo ou negativo.

Já na etapa de avaliação dos resultados, segundo Minayo (2011), avaliam-se

resultados durante o processo de implantação e implementação que, ao ser conduzido, promove efeitos positivos ou negativos e oferece lições a serem seguidas pelos diferentes atores envolvidos na ação. No entanto, a autora restringe o sentido de avaliação de resultados para as análises de efetividade e de impacto que ocorrem após ser concluído um projeto. Na presente pesquisa são utilizados indicadores adaptados a partir dos estudos de Minayo (2011).

Draibe (2001) também analisa a distinção entre avaliação de resultados e de processos. A avaliação de resultados investiga o quanto e com que qualidade os objetivos foram cumpridos. Já a avaliação de processos tem o objetivo de identificar os fatores que facilitam ou dificultam que um determinado programa atinja os seus resultados.

A avaliação de processos envolve a avaliação de estratégias que facilitaram ou dificultaram o sucesso do programa ou da política pública. Destacam-se como pontos importantes na identificação das estratégias: saber quais são os atores envolvidos no programa; identificar os pontos de cooperação e conflito, além de verificar os pontos de consenso mínimo e as negociações necessárias para a sustentabilidade do programa. (DRAIBE, 2001)

A partir da análise sobre o processo, Draibe (2001) identifica os seus principais subprocessos que interessam ao avaliador conhecer, são eles:

- a) Sistema gerencial e decisório: qualquer programa apoia-se em uma estrutura organizacional e está submetido a um sistema decisório que conduz a implementação, sendo necessário que o avaliador conheça a estrutura hierárquica do sistema, graus de centralização e descentralização, autonomia, capacidade de implementar decisões;
- b) Processos de divulgação e informação: é preciso avaliar a divulgação e circulação das informações entre aqueles que irão implementar a política pública ou programa e entre os beneficiários;
- c) Sistemas de seleção: o avaliador procura identificar quais os sistemas e critérios de seleção utilizados para o recrutamento dos agentes implementadores e dos beneficiários. Se a divulgação do processo seletivo foi ampla e atingiu os interessados, se houve adequação entre os objetivos do programa e o processo seletivo;
- d) Sistemas de capacitação: diz respeito aos conteúdos da capacitação dos agentes implementadores, se estão adequados as atividades que irão realizar, bem como da

capacitação dos beneficiários;

e) Sistemas internos de monitoramento e avaliação: se refere a como se processa o monitoramento e as avaliações internas, seus conteúdos, métodos e resultados;

f) Sistemas logísticos e operacionais: Trata-se de saber se os recursos são suficientes para atender os objetivos e metas propostas, é preciso saber se chegam, onde devem chegar, se os prazos são adequados.

Dessa forma, Draibe (2001) identifica os principais subprocessos, apontando as questões relevantes para o conhecimento do avaliador. A consideração dessas questões é útil para identificar os fatores que durante o processo facilitaram ou dificultaram a execução do programa ou da política objeto da avaliação. (DRAIBE, 2001)

No que tange a avaliação de resultados ou impactos, Draibe (2001) aponta que uma pesquisa avaliativa pode avaliar três tipos de resultados: desempenho ou resultado no sentido estrito, impactos e efeitos. O desempenho diz respeito aos produtos dos programas derivados de suas metas. O impacto e o efeito referem-se às mudanças na realidade provocadas pelo programa ou política, e as mudanças na realidade que são provocadas pelo programa ou política, esperados ou não, que afetam o meio social e institucional. (DRAIBE, 2001)

Torna-se necessário destacar, conforme afirma Draibe (2001), que uma efetiva avaliação ocorre quando se relaciona avaliação de processo e medidas de eficácia e eficiência e a avaliação dos resultados e mudanças que a política ou o programa provoca na realidade, ou seja, a avaliação de impactos, efeitos, medidas de efetividade.

Os conceitos de eficácia, eficiência e efetividade estão relacionados às avaliações de processo e resultados. A eficácia é uma avaliação de processo, que busca saber quais foram os fatores de ordem material e institucional, que atuaram como condicionantes positivos ou negativos do desempenho dos programas. A eficiência refere-se ao custo/ benefício de um determinado programa. Já a efetividade diz respeito à relação entre as metas e objetivos, de um lado, e os impactos e efeitos, de outro, ou seja, a quantidade e os níveis de qualidade com que o programa atinge os impactos esperados e os efeitos esperados ou não. (DRAIBE, 2001)

Draibe (2001) apresenta um modelo para avaliação de programas e políticas sociais no que tange a avaliação de processo e resultados, a partir de conceitos e

indicadores, como mostra o quadro a seguir:

Dimensões do Programa	Indicadores	Exemplos de indicadores
Indicadores de desempenho		
Metas	Físicas	Metas realizadas x metas previstas Produção: proporções do cumprimento de metas, regularidade da prestação de serviços, público-alvo: cobertura e focalização.
Metas	Financeiras	Metas realizadas x metas previstas
Indicadores de eficiência		
Custos	Relação custo - benefício x custo - efetividade	
Indicadores de eficácia		
Subprocessos	Sistema gerencial e decisório	Competência dos gerentes, capacidade de implementar decisões, graus de centralização/descentralização.
	Processos de divulgação e informação	Diversificação dos canais, suficiência e qualidade das mensagens, adequação dos prazos e agilidade do fluxo.
	Processo de seleção dos agentes	Publicização: competitividade do

	implementadores e beneficiários.	processo, qualidade do sistema de aferição de métodos, adequação do público selecionado aos objetivos do programa.
	Processos de capacitação dos agentes e beneficiários	Competência dos monitores, duração e qualidade dos cursos: conteúdo, didática e avaliação dos beneficiários.
	Sistemas lógicos e operacionais (atividades-fim) financiamento e gasto, provisão de recursos materiais	Suficiência dos recursos, prazos e fluxos, qualidade da infraestrutura e material de apoio.
	Processo de monitoramento e avaliação interna	Monitoramento: regularidade, abrangência, agilidade na identificação de desvios e incorreções, capacidade, agilidade em recomendar correções (feedback) Avaliação interna: regularidade, abrangência, graus de participação e comprometimento dos atores e stakeholders; efetividade em extrair lições, propor e

		recomendar melhorias, promover a aprendizagem institucional.
Indicadores de efetividade		
Impactos	Variações/mudanças na realidade da intervenção	Taxas de crescimento do fenômeno/ intensidade da mudança
Efeitos	Efetividade social	Envolvimento das organizações da sociedade civil, avaliação dos atores sobre o programa
	Capital social, opinião e satisfação dos atores	Graus de satisfação dos beneficiários, graus de adesão, satisfação dos agentes e beneficiários, indução, reforço a associações, redes, parcerias
	Efetividade institucional	Grau de indução a mudanças, inovações, autonomia
	Capacidades institucionais, sustentabilidade e reprodutividade.	Níveis de aprendizado institucional, rotinização, institucionalização dos processos, , transferência de metodologia.

Quadro 2: Dimensões e indicadores de avaliação de programas/políticas sociais
 Fonte: Draibe (2001, p. 38)

Draibe (2001) mostra que uma efetiva avaliação ocorre quando se relaciona resultados e processos. Sendo necessária a avaliação de processos e os critérios de

eficiência e eficácia, bem como avaliação de resultados e mudanças que o programa ou política pública provocaram na realidade sobre qual incide a avaliação de efetividade, ou seja, os seus impactos e efeitos. A partir do modelo de avaliação de programas e políticas sociais apresentado por Draibe (2001) foram extraídos indicadores de eficácia que são utilizados na presente pesquisa.

4. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

O presente capítulo traz um debate acerca da educação profissional no Brasil. Primeiramente, é apresentada a trajetória da educação profissional no país, com o debate sobre o dualismo que envolve e tem caracterizado a educação profissional. Em seguida, busca-se analisar a implementação das reformas educacionais desencadeadas a partir da década de 90. Além de compreender a concepção e os propósitos do ensino médio integrado à educação profissional. Por fim, busca-se compreender a constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e sua relação com a atual política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

4.1 Trajetória da Educação Profissional no Brasil

No Brasil a educação profissional teve seu início oficial em 1909, por meio de um decreto do presidente Nilo Peçanha através da criação das Escolas de Aprendizes Artífices. O quadro síntese abaixo mostra a trajetória histórica da educação profissional no país:

Ano	Educação Profissional no Brasil
1909	O Decreto-Lei nº 7.5662, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, instituiu oficialmente a educação profissional brasileira que, vista como instrumento de capacitação para atender ao crescente desenvolvimento industrial e ao ciclo de urbanização, tinha caráter assistencialista em relação à classe trabalhadora.
1910	Foram ofertados cursos de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas ministradas nas 19 Escolas de Aprendizes Artífices.
1930	Ocorreu a instalação de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo (início da Industrialização do Brasil). A partir da década de 1930, o ensino

	profissional se expandiu no Brasil.
1937	A Constituição de 1937 fez menção às escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever do Estado, a quem competia, com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários e associados.
1937	Transformação das Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais.
1940	Criação das instituições responsáveis pela formação de mão-de-obra para os dois principais pilares da economia: a Indústria e o Comércio. Surgimento do chamado Sistema S.
1941	Ensino profissional passa a ser considerado de nível médio.
1942	Criação do SENAI (S pioneiro). Criação da lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Secundário.
1942	Os Liceus Industriais passam a se chamar Escolas Industriais e Técnicas.
1943	Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial.
1946	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI). Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Primário, Normal e Agrícola.
1959	As Escolas Industriais e Técnicas se transformam em Escolas Técnicas Federais, configuradas como autarquias.
1978	Três Escolas Federais, do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), equiparando-se aos Centros

	Universitários.
1990	Outras Escolas Técnicas Federais tornam-se Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), equiparando-se aos Centros Universitários.
1994	Criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, sistema formado pelos CEFETs.
1998	Governo Federal proíbe a construção de novos CEFETs. Ao mesmo tempo uma série de atos normativos orientam estas instituições para oferta de ensino superior e remete a oferta de cursos técnicos a reponsabilidade da iniciativa privada e dos Estados. Ocorre a separação do ensino médio da educação técnica e os CEFETs se voltam para a educação superior (cursos de engenharia e superiores de tecnologia) acentuando as segmentações existentes.
2004	Inicia-se a reorientação das políticas federais para a educação profissional e tecnológica, primeiro com a retomada da possibilidade da oferta de cursos técnicos integrados com o ensino médio.
2005	Alteração na lei que vedava a expansão da Rede Federal de Educação Profissional.
2008	A Lei 11.892, publicada em 29/12/2008, cria no âmbito do Ministério da Educação um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica. Transformação dos CEFETs em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Os Institutos Federais podem atuar em todos os níveis e modalidades da educação profissional.
2011	Dando continuidade à política de expansão da educação profissional, o governo federal instituiu através da lei 12.513, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

	(PRONATEC).
--	-------------

Quadro 3 – Síntese do histórico da educação profissional no Brasil
 Fonte: Adaptado de Wittaczik (2007) e Silva (2009)

Percebe-se que ao longo da história da educação profissional no Brasil, esta modalidade de ensino vem passando por transformações que levam a avanços como também a recuos. A história da Rede Federal de Educação Profissional teve início oficial no país em 1909, quando então presidente Nilo Peçanha, criou as Escolas de Aprendizes e Artífices por meio do Decreto nº 7.566/1909. De acordo com Sampaio e Almeida (2009) o Decreto nº 7.566/1909 foi um marco na educação profissional brasileira.

Retomar o processo de criação das Escolas de Aprendizes e Artífices possibilita compreender a origem a da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil. Segundo Sampaio e Almeida (2009) desde o século do descobrimento, a educação profissional esteve presente no Brasil através de corporações de ofício organizadas para a transmissão de conhecimentos entre mestres, oficiais e aprendizes. No entanto, é preciso destacar, conforme Gallindo (2013) que durante o período colonial o trabalho manual era executado majoritariamente por escravos e todo homem livre que executasse trabalhos manuais perdia seu prestígio. Dessa forma, o que se tinha era o aprendizado de ofícios realizado de forma não sistematizada. As atividades educativas formais eram direcionadas para os dirigentes do país e não havia preocupação com a educação da população em geral. (GALLINDO, 2013)

De acordo com Sampaio e Almeida (2009) foi no governo de Nilo Peçanha que a educação profissional passou a ser organizada de forma sistemática em nível nacional. Segundo Kuzen (2009) com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, em cada capital do país, o governo federal objetivou ministrar educação primária e profissional a um determinado público alvo, neste caso, aos destituídos de riqueza. Os segmentos sociais que estavam à margem da sociedade (ex- escravos, desempregados, órfãos, viciados, rebeldes entre outros) eram vistos como obstáculos ao desenvolvimento do país. E por esse motivo deveriam ser educados e profissionalizados, o que os tornaria operários incapazes de se rebelarem contra a nação. (KUZEN, 2009)

A partir das considerações de Kuzen (2009) percebe-se que a preocupação dos dirigentes do país em ofertar de educação profissional tinha o intuito de manter a

ordem na nação e formar operários para o trabalho manual. Neste sentido, as Escolas de Aprendizes e Artífices tinham como objetivo o de oferecer ensino profissional às camadas pobres da população. Para os filhos das classes populares era destinado o ensino profissional por meio do aprendizado de ofícios, o que revela, já no início da educação profissional no país, a separação entre trabalho manual e intelectual. Gallindo (2013) destaca que, naquela época, as Escolas de Aprendizes e Artífices eram voltadas para o ensino prático a fim de atender as demandas de trabalhadores locais.

Mais tarde as Escolas de Aprendizes Artífices deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs). Atualmente os CEFETs foram transformados em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, através da lei 11.892 de 2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais.

A história da educação profissional no país é marcada pelo dualismo entre a formação acadêmica, voltada para a elite, e a formação para o trabalho, destinada aos filhos da classe trabalhadora. Na origem oficial da educação profissional no país, com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices já percebe-se esta tendência, através de uma educação profissional destinada a população pobre através de uma formação voltada para o trabalho manual e com um caráter assistencialista. Neste sentido, é necessário compreender a questão do dualismo na educação profissional brasileira.

Ciavatta e Ramos (2011) mostram que o dualismo na educação profissional brasileira, ou seja, a visão fragmentada da educação, se revela desde o período colonial, pela reprodução das desigualdades sociais, com a separação entre a educação geral e a preparação para o mercado de trabalho. A educação geral tinha como propósito a preparação para os estudos superiores, já a educação profissional servia as necessidades produtivas. (CIAVATTA E RAMOS, 2011)

Ainda Ciavatta e Ramos (2011) explicam que o termo dualismo educacional é corrente nos estudos da educação por diversos autores que partem da evidência das diferenças de qualidade, com cursos com duração menor e de baixo custo e na diferença entre a educação oferecida aos filhos da elite e aos filhos do pobre. Também Kipnis (2012) afirma que a literatura na área da educação profissional reconhece a dualidade histórica entre o ensino médio propedêutico destinado aos

filhos de famílias de renda alta e média e o ensino médio técnico voltado para os estudantes de famílias de baixa renda.

Ciavatta e Ramos (2011) destacam que em diferentes períodos da história da educação profissional no país, do período colonial, passando pela república e no Estado Novo, período em que se determina a não equivalência entre os cursos propedêuticos e os cursos técnicos, esteve presente o dualismo na educação profissional.

Com a industrialização se acentuou o caráter profissionalizante do ensino. Na década de 50, por força de setores populares aprova-se a equivalência entre os cursos técnicos e propedêuticos. (CIAVATTA E RAMOS, 2011) As autoras destacam ainda a luta de setores progressista na década de 80 a favor da superação do dualismo educacional, destacando a aprovação da lei 9694/96 com um viés de preparação para vida e não restrita a formação para o trabalho. Já em 1997, é aprovado o decreto 2.288/ 97 que novamente desvincula a educação profissional do ensino médio e a educação profissional volta a ser destinada a classe trabalhadora como alternativa ao nível superior. (CIAVATTA E RAMOS, 2011)

Dessa forma, percebe-se, ao longo da trajetória da educação profissional, a desigualdade no processo educacional no Brasil. De um lado, a formação profissional, com o objetivo de preparar a população pobre para o trabalho imediato. De outro, a formação geral ou propedêutica para a elite, a fim de preparar para o ensino superior.

Ciavatta e Ramos (2011) ao discutirem sobre a trajetória da educação profissional no país destacam a dualidade presente nesta modalidade de ensino e reiteram a necessidade de construir um projeto de ensino médio que supere a dualidade entre formação profissional e formação geral e desloque o foco de seus objetivos do mercado de trabalho para a formação humana, laboral, cultural e técnico-científica, segundo as necessidades dos trabalhadores.

4.2 Política de Educação Profissional pós anos 90

Ao tratar da educação profissional é preciso analisar a implementação das reformas educacionais desencadeadas a partir da década de 90. Neste sentido, Frigotto (2007) destaca que as políticas educacionais, sob o ideário neoliberal da década de 1990 e sob um avanço quantitativo no ensino fundamental e uma

mudança aparentemente progressista no ensino médio e na educação profissional e tecnológica, aprofundaram a segmentação e o dualismo na educação profissional. (FRIGOTTO, 2007)

De acordo com Mattos (2013) os anos 90 são marcados pela implementação do projeto neoliberal no país. A educação pública enfrentou muitas dificuldades já que a orientação do governo para a educação e outras políticas sociais se voltou para a iniciativa privada. Nesse cenário, tornaram-se crescentes o número de escolas particulares e em paralelo a educação pública foi sucateada pela falta de investimentos e precarização do trabalho dos professores e servidores da educação. No que diz respeito especificamente à educação profissional, esta modalidade também passou por um processo de sucateamento na década de 90. (MATTOS, 2013)

Frigotto (2007) explica que a política educacional na década de 90 reforçou o dualismo entre educação geral e técnica por meio pelo Decreto n. 2.208/97, que destruiu, o pouco ensino médio integrado existente da rede CEFET. De acordo com Frigotto (2007), somente em 2004, com a promulgação do Decreto n. 5.154/04, resgata-se a perspectiva do ensino médio integrado que articule ciência, cultura e trabalho:

Uma das cobranças imediatas da área de educação, mediada por suas organizações científicas, culturais e sindicais, presente na proposta de governo, era a revogação do Decreto n. 2.208/97, uma espécie de símbolo da desastrosa política educacional da era Cardoso. A demora por mais de dois anos para que isso ocorresse é sintomática. Isto somente ocorreu em 2004 com a promulgação do Decreto n. 5.154/04. Na sua gênese, dentro das contradições da travessia, tratava-se de resgatar a perspectiva do ensino médio na perspectiva da educação politécnica ou tecnológica. Concepção refutada e abertamente combatida pelas forças conservadoras do governo FHC. Daí, contrariamente à perspectiva de aligeiramento e profissionalização compulsória da Lei n. 5.692/71 e do dualismo imposto pelo Decreto n. 2.208/97, o ensino médio integrado amplia de três para quatro anos este nível de ensino para permitir ao jovem uma formação que articule ciência, cultura e trabalho. (FRIGOTTO, 2007, p. 1138)

Cabe apontar que a política de educação profissional brasileira apresenta duas óticas essenciais sobre a educação profissional. De acordo com Kipnis (2012) a literatura da área de educação profissional apresenta uma polarização entre duas visões da ação política de educação profissional. De um lado, uma perspectiva de separação entre o ensino propedêutico e o técnico, de outro, uma perspectiva integradora que se configuraria como a superação dessa dualidade. O autor também

chama a atenção para os dois decretos que representam visões divergentes de dois governos comandados por dois partidos políticos diferentes: o decreto 2.208/97, editado no governo de Fernando Henrique Cardoso e o decreto 5.154/2004, do primeiro mandato de Luis Inácio Lula da Silva, que revogou o anterior.

Os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva apresentaram no que tange as políticas públicas de educação profissional posicionamentos diferentes. O Decreto 2.208/97 traz mudanças significativas para a educação profissional. Por meio do referido decreto, a modalidade da educação profissional foi dividida nos seguintes níveis: básico, para a qualificação independente da escolaridade; técnico, para alunos que tenham concluído o ensino médio; nível tecnológico, oferecendo formação superior de graduação e pós-graduação. Dessa forma, o nível técnico passou a ter organização curricular independente do ensino médio. (KIPNIS, 2012) O decreto 2.208/97 aprofundou o dualismo entre formação profissional e formação acadêmica.

De acordo com Arruda (2010) os argumentos que fundamentaram o decreto 2.208/97 afirmam que a qualidade do ensino das escolas técnicas passou a atrair os estudantes oriundos da classe média que buscavam a possibilidade de cursar o ensino médio gratuito e de qualidade que os preparasse para o vestibular e não para o mercado de trabalho. O que transformaria essas escolas em escolas de elite que estavam preparando os estudantes para a universidade e não para o mercado de trabalho. As escolas técnicas foram consideradas um desperdício de dinheiro, já que os egressos se dirigiam para o ensino superior e não para o mercado de trabalho. (ARRUDA, 2010)

Desse modo, a desarticulação entre o ensino médio e o ensino técnico seria uma estratégia para afastar a classe média do ensino técnico federal que estaria interessada na formação fornecida pelas escolas técnicas a fim de ingressar na universidade e atrair as classes populares, que segundo a visão do governo, estariam interessadas na formação para o trabalho. Tais argumentos, segundo Arruda (2010) não procedem, pois não é possível impor através de políticas públicas trajetórias que são escolhas individuais. A autora refuta a ideia que as escolas técnicas possam ser consideradas escolas de elite. De acordo com a autora, tal argumento é usado para justificar a implementação da política educacional, argumento que se mostra equivocado, pois associa a classe média a elite. Outro contra-argumento usado pela autora é o fato das escolas técnicas terem uma

proposta e uma socialização diferente das escolas de elite. A autora constatou em pesquisa realizada que a cisão entre o ensino médio e técnico promovida pelo decreto 2.208/97 não afastou a classe média das escolas técnicas. (ARRUDA, 2010)

Já o Decreto 5.154/2004, assinado no primeiro mandato do presidente Lula, revoga o Decreto 2.208/97 e divide os níveis de formação em inicial e continuada de trabalhadores, permitindo a integração com a educação de jovens e adultos, educação profissional de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. Esta proposta possibilitou a articulação do ensino médio com o ensino técnico, permitindo assim a modalidade integrada, quando o curso de nível médio é oferecido ao mesmo tempo que a formação técnica. (KIPNIS, 2012) Desse modo, retorna a possibilidade da oferta do ensino médio integrado, em que se articula a formação profissional e a formação geral.

Observa-se, desta forma, que as políticas educacionais adotadas pelos governos federais pós década de 90 assumiram visões distintas, ora aprofundaram o caráter dual da educação profissional, através da separação entre educação profissional e educação geral, por meio do decreto sancionado no Governo FHC. Em outro momento, no governo Lula, verifica-se a possibilidade de integração entre o ensino médio e a formação profissional.

Deste modo, é preciso analisar o percurso das políticas de educação profissional a partir do governo Lula. Frigotto e Ciavatta et. al (2005) contribuem para a análise do percurso das políticas de educação profissional no governo Lula, no período de 2003 a 2005. De acordo com os autores, na campanha eleitoral do presidente Lula esteve presente um documento sobre a educação básica e educação técnica e profissional que serviu de base para a referida campanha. Os autores mostram um controvertido percurso entre as propostas de governo anunciadas durante a campanha eleitoral em 2002 e ações e omissões no exercício do poder que revelam estratégias que se tornaram obstáculo ao avanço da efetiva democratização da educação nesse período.

A política de educação profissional processou-se através de programas focais e contingentes, tais como: Escola da Fábrica, Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e da Inclusão de Jovens (PROJOVEM). Dessa forma, os autores revelam as limitações da política de educação profissional no período citado, pois não havia a necessária integração da política pública de formação profissional com a educação básica, em

ambos os programas o foco estava na qualificação profissional como política compensatória à ausência de uma educação básica de qualidade. Os autores ressaltam que a educação básica de qualidade precisa ser garantida integrada à habilitação profissional. (FRIGOTTO E CIAVATTA et. al ,2005)

Diante do exposto por Frigotto e Ciavatta et. al (2005) percebe-se que embora o governo Lula tenha avançado no que tange a formulação de uma proposta que possibilita a articulação entre educação básica e a educação profissional por meio do decreto 5.154/2004, na prática se processou a fragmentação da educação profissional no país através da desarticulação entre educação profissional e a educação básica. Dado que a política de educação profissional do governo Lula, no período citado pelos autores, enfatizou programas focais de qualificação profissional dissociados da educação básica. Programas que se distanciaram da necessária integração entre educação básica de qualidade e educação profissional.

Esse contexto educacional coloca como desafio, de acordo com Frigotto (2007), o resgate do ensino médio na perspectiva integrada em que se articule formação profissional com a universalização do ensino médio com qualidade.

Apoiado na reflexão de Frigotto (2007) e de Frigotto e Ciavatta et. al (2005) é possível compreender a necessidade de uma política pública de educação profissional voltada para a construção de um ensino médio integrado à educação profissional, que supere a visão fragmentada dessa modalidade educacional. Neste sentido, programas focalizados voltados para qualificação do trabalhador mostram-se limitados por se tratar de cursos aligeirados que aprofundam o dualismo na educação e não garantem uma formação integrada que articule uma formação básica de qualidade com a formação profissional dos jovens e trabalhadores.

Deste modo, autores como Frigotto (2007) e Ciavatta e Ramos (2011) destacam como desafio da política de educação profissional brasileira o de articular o ensino médio a habilitação profissional. Ciavatta e Ramos (2011) afirmam que o debate sobre as finalidades, assim como a natureza da relação entre o ensino médio e a educação profissional, não se esgotou na transição para o século XXI. Na atualidade permanece a necessidade de se construir um projeto de ensino médio que supere a dualidade entre formação profissional e formação geral. (CIAVATTA E RAMOS, 2011) Dessa forma, é preciso discutir acerca do ensino médio integrado à educação profissional.

4.3 Ensino médio integrado à educação profissional

Qual seria o propósito do ensino médio: preparar os jovens para a universidade ou preparar para mercado de trabalho. Tal questão apresenta uma dicotomia que historicamente tem marcado a educação brasileira. A proposta do ensino médio integrado apresenta outro direcionamento para o ensino médio com o objetivo de superar a dualidade educacional. Neste sentido, torna-se necessário compreender a concepção e os propósitos do ensino médio integrado à educação profissional.

Para Ciavatta e Ramos (2011) a integração entre o ensino médio e a educação profissional é algo mais amplo que relacionar processos formativos próprios em um mesmo currículo. O sentido atribuído pelas autoras compreende a integração como uma concepção de formação humana que preconiza a integração de todas as dimensões da vida- o trabalho, a ciência e a cultura- no processo formativo. Esta concepção de integração é baseada na concepção de trabalho como princípio educativo que de acordo com Ciavatta e Ramos (2011, p. 31) visa:

Proporcionar aos sujeitos a compreensão do processo histórico de produção científica, tecnológica e cultural dos grupos sociais considerada como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente, para a transformação das condições naturais da vida e para a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos. Ao mesmo tempo, é pela apreensão dos conteúdos históricos do trabalho, determinados pelo modo de produção no qual este se realiza, que se pode compreender as relações sociais e, no interior dessas, as condições de exploração do trabalho humano, assim como de sua relação com o modo de ser da educação. (CIAVATTA E RAMOS, 2011, p. 31)

As autoras destacam que a educação integrada no Brasil, tendo o trabalho como princípio educativo é necessária em especial no ensino médio por dois motivos: o primeiro é de caráter econômico, pois os jovens e adultos da classe trabalhadora brasileira têm dificuldade de, por si próprios, traçar uma carreira escolar em que a profissionalização – de nível médio ou superior – seja um projeto posterior à educação básica. A segunda refere-se ao caráter dual da educação brasileira e à correspondente desvalorização da cultura do trabalho pelas elites e pelos segmentos médios da sociedade, tornando a escola refratária a essa cultura e suas práticas. Dessa forma, é necessária uma política consistente de profissionalização do ensino médio que esteja alinhada a concepção de integração entre trabalho, ciência e cultura. (CIAVATTA E RAMOS, 2011)

As políticas de ensino médio integrado à educação profissional, em vigor, são expressas em documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Decreto 5154/2004. A Lei nº 9394/2006 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A seção IV – A da LDB trata especificamente da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na qual dispõe no seu artigo 36-B, inciso I, que a educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida articulada com o ensino médio. O artigo 36-C prevê que:

“A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do caput do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma: I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno.” (BRASIL, 1996)

Considerando o disposto na LDB, o curso na modalidade de ensino médio integrado à educação profissional articula a formação técnica com o ensino médio, não se tratando de duas formações distintas ou justapostas. Nessa perspectiva, trata-se de um curso único realizado de forma interdependente no qual oferece formação geral e profissional no mesmo currículo. Já o decreto 5154/2004 é um marco para o ensino médio integrado a educação profissional ao definir que “a Educação Profissional Técnica de nível médio (...) será desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio” (BRASIL, 2004)

Pode-se citar ainda o texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em debate no Conselho Nacional de Educação (CNE) que traz uma concepção que visa nortear a oferta de educação profissional e as políticas públicas nessa área. Desse modo, o referido texto aponta a concepção de educação integrada em que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional. Ressaltando que o trabalho, a ciência, a tecnologia e cultura são categorias indissociáveis da formação humana. Neste sentido, o documento aponta ainda que pela formação geral as pessoas adquirem conhecimentos que permitam compreender a realidade e na formação profissional constroem o conhecimento científico traduzindo-se para o trabalhador em técnicas e procedimentos, a partir da compreensão dos conceitos científicos e tecnológicos básicos que o possibilitarão a atuação autônoma e consciente na dinâmica econômica da sociedade. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

Profissional Técnica de Nível Médio em debate no Conselho Nacional de Educação, 2012)

A partir desses documentos oficiais que embasam a política de educação profissional na atualidade, percebe-se um alinhamento com a concepção de ensino médio integrado que articula formação geral e profissional no ensino médio, a partir de uma formação humana que associa trabalho, cultura e ciência, superando a divisão entre trabalho manual e intelectual.

No entanto, Ciavatta e Ramos (2011) apontam que ainda que conceptualmente a política de educação profissional caminhe no sentido do ensino médio integrado, permanecem contradições na existência de diferentes programas que podem ou não estar convergindo numa mesma direção. De acordo com as autoras, as disputas de ordem conceitual se tornam evidentes no governo Lula e Dilma, já que de um lado, percebe-se o caráter progressista dos documentos oficiais. E por outro, é na política oficial se manifesta a concepção de educação influenciada pela classe dominante. Também os educadores brasileiros do ensino médio e da educação profissional e a própria sociedade não incorporaram como sua a concepção de ensino médio integrado na perspectiva da formação integral. De um lado, existe uma visão sobre o ensino médio profissionalizante como compensatória e, de outro, a defesa de um ensino médio propedêutico, sendo a profissionalização um processo específico e independente. Outro desafio apontado pelas autoras, é que é permanente a demanda pelo ensino superior, as autoras explicam tal demanda em razão do ensino superior ser o único canal acessível de mobilidade social para os segmentos desfavorecidos da população. (CIAVATTA E RAMOS, 2011)

Ciavatta e Ramos (2011) esclarecem ainda que os segmentos da sociedade que vêem positivamente o ensino médio integrado à educação profissional tendem a coincidir com aqueles que dependem da oferta pública da educação básica. Diante da baixa qualidade da oferta, a educação profissional não deixa de ser uma alternativa de funcionalidade do ensino.

Além de apontar os limites da política de educação profissional, as autoras trazem contribuições para melhor compreensão do processo de implantação do ensino médio integrado. De acordo com Ciavatta e Ramos (2011) estudos sobre a formação integrada evidenciam as dificuldades, mas não a impossibilidade de sua implantação, desde que apoiados por um projeto firme e coerente para sua realização, que supõe: a superação da mentalidade conservadora dos padrões

pedagógicos vigentes, assim como de posições políticas adversas ao discurso da formação integrada e da educação emancipatória que tenha base na crítica à sociedade de mercado; gestão e participação democrática nas instituições educacionais; estudo e qualificação conceitual e prática dos professores; envolvimento do quadro docente permanente e transformação dos vínculos precários de trabalho para proporcionar todos os professores condições materiais (instalações, laboratórios etc.) e condições dignas de trabalho, salariais, de carreira e compromisso com as instituições. (Ciavatta e Ramos, 2011)

Neste sentido, a proposta de ensino médio integrado a educação profissional implica na necessidade de condições físicas, materiais e de trabalho adequadas, a fim de fortalecer as redes de educação profissional no país, como mostra Frigotto (2007):

Pela importância estratégica, também, da rede de Centros Federais de Educação Tecnológica e das redes estaduais e municipais de escolas técnicas de nível médio, é fundamental que as mesmas tenham a possibilidade de restauração plena do nível médio de ensino, na perspectiva da educação politécnica ou tecnológica, e se constituam numa referência efetiva de suas condições físicas, materiais, formação e condições do trabalho docente. (FRIGOTTO, 2007, p.1146)

A partir das reflexões de Ciavatta e Ramos (2011) e Frigotto (2007) o que se pode perceber é que a implantação do ensino médio integrado, na perspectiva de uma educação profissional com uma base sólida de educação geral, apresenta desafios e requer mudanças. Mudanças que vão desde a alteração de concepções dentro do próprio governo, dos educadores e de outros segmentos sociais. Até a necessidade de condições materiais e condições de trabalho adequadas aos profissionais das instituições que ofertam esta modalidade de ensino. Pois torna-se difícil implantar o ensino médio integrado diante de um quadro de déficit de professores e técnicos administrativos e falta de infraestrutura adequada como laboratórios, quadras entre outros.

4.4 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a Política de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Para melhor compreensão da educação profissional na atualidade é preciso analisar a constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e

sua relação com a atual política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Em 1998, o governo federal proibiu a construção de novas escolas técnicas federais e direcionou essas instituições para a oferta de educação superior e ensino médio, remetendo a oferta do ensino técnico aos Estados e a iniciativa privada. Após sete anos inicia-se a reorientação das políticas federais para a educação profissional, com a retomada da possibilidade de oferta de cursos técnicos integrados com o ensino médio, e em 2005, com a alteração da lei que vedava a expansão da Rede Federal de Educação Profissional. (PACHECO e REZENDE, 2009)

Em 2005, o governo Lula adotou uma política de expansão através da lei 11.195/2005 que prevê a expansão da oferta da educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo e organizações não governamentais. (KIPNIS, 2012)

Em 2005, antes do início da expansão, a rede federal contava com 144 unidades distribuídas entre centros de educação tecnológica e suas unidades de ensino descentralizadas, uma universidade tecnológica e seus campi, escolas agrotécnicas e escolas técnicas vinculadas a universidades federais, além do Colégio Pedro II/RJ. (PACHECO e REZENDE, 2009)

De acordo com dados do MEC, de 1909 a 2002 foram criadas 140 escolas técnicas no país. Com o processo de expansão da rede federal, nos últimos anos o número de instituições federais de educação profissional foi ampliado em mais que o dobro das escolas existentes. A figura abaixo ilustra o crescimento das Instituições Federais de Educação Profissional no país:



Figura 2: Centenário da Rede Federal até 2010

Fonte: MEC, 2014 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br>, acesso em 10/02/2014.

Além do crescimento do número de Instituições Federais de Educação profissional ocorreu o aumento do número de vagas ofertadas. Dados do Censo Escolar de 2012 apontam para a expansão das matrículas da educação profissional. Incluindo o ensino médio integrado, educação profissional concomitante e a subsequente ao ensino médio os números indicam um contingente de 1,4 milhão de alunos atendidos em 2012. Destaca-se ainda a expansão da rede federal, com aumento de 11% em um ano. De acordo com os dados do Censo Escolar nos últimos nove anos, a rede federal mais que dobrou a oferta de matrícula de educação profissional, com um crescimento de 143%. (INEP, Censo Escolar, 2012) A figura abaixo mostra o número de matrículas da educação profissional no Brasil no período de 2007 – 2012 de acordo com o Censo Escolar 2012:

**Número de Matrículas na Educação Profissional
por Dependência Administrativa – Brasil – 2007-2012**

Ano	Matrículas na Ed. Profissional por Dependência Administrativa				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2007	780.162	109.777	253.194	30.037	387.154
2008	927.978	124.718	318.404	36.092	448.764
2009	1.036.945	147.947	355.688	34.016	499.294
2010	1.140.388	165.355	398.238	32.225	544.570
2011	1.250.900	189.988	447.463	32.310	581.139
2012	1.362.200	210.785	488.543	30.422	632.450
Δ% 2011/2012	8,9	10,9	9,2	-5,8	8,8

Figura 3: número de matrículas da educação profissional no Brasil no período de 2007 – 2012
Fonte: MEC/INEP/ Deed.

Percebe-se o crescimento do número de matrículas da educação profissional na rede federal nos últimos anos. No entanto, é preciso destacar que a rede privada tem ofertado um maior número de matrículas.

A política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional está dividida em três fases. Mattos (2013) explica as fases da referida expansão e seus objetivos:

O plano de expansão ocorreu inicialmente, em duas fases: a primeira em 2005 e a segunda em 2007. Entre os objetivos do plano de expansão em sua primeira fase, o principal foi implantar escolas em regiões que não contavam com instituições federais de educação profissional e tecnológica, bem como em centros urbanos periféricos e cidades interioranas, com implementação de cursos ligados às potencialidades econômicas locais. A segunda fase da expansão atendeu ao critério de escolha de cidades polo do país para implantar escolas. A definição das cidades polo que receberiam as novas escolas seguiu critérios de equilíbrio territorial das unidades, atendimento a mesorregiões, afinidade com os arranjos produtivos locais e aproveitamento de infraestrutura, potencialidade de parcerias. Atualmente, encontra-se em implementação a terceira fase do plano de expansão[...]. A terceira fase do plano de expansão evidencia ainda mais, em seus critérios para a distribuição espacial dos novos *campi*, o foco no processo de interiorização da educação profissional. (MATTOS, 2013, p. 69)

A partir do que é exposto por Mattos (2013) percebe-se na escolha dos critérios para a expansão da Rede Federal de Educação Profissional o intuito do governo federal em interiorizar o acesso a educação profissional e de alinhar a implantação dos Institutos Federais com as demandas e potencialidades econômicas locais, outro critério em destaque é a potencialidade de parcerias para a implantação das instituições federais.

Para entender o cenário de expansão da educação profissional, no âmbito federal, é preciso analisar a lei 11.892 de 2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a partir da combinação de várias instituições como os CEFETs e Escolas Agrotécnicas. (KIPNIS, 2012)

Conforme aponta a Lei 11.892 existe uma estreita relação entre a política de expansão da rede federal de educação profissional e a criação dos Institutos Federais. A partir da lei 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, é proposto um novo modelo institucional para a educação profissional no âmbito federal.

Pacheco e Rezende (2009) analisam acerca da concepção da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica:

“Na acepção da lei, trata-se de uma rede, pois congrega um conjunto de instituições com objetivos similares, que devem interagir de forma colaborativa, construindo a trama de suas ações tendo como fios as demandas de desenvolvimento socioeconômico e inclusão social. Federal por estar presente em todo o território nacional, além de ser mantida e controlada por órgãos da esfera federal. De educação por sua centralidade nos processos formativos. A palavra educação está adjetivada por profissional, científica e tecnológica pela assunção de seu foco em uma

profissionalização que se dá ao mesmo tempo pelas dimensões da ciência e da tecnologia, pela indissociabilidade da prática com a teoria.” (PACHECO E REZENDE ,2009, p. 16)

De acordo com Pacheco e Rezende (2009) a Lei 11.892, publicada em 29/12/2008, cria no âmbito do Ministério da Educação um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica. Estruturados a partir do potencial instalado nos Cefet, escolas técnicas e agrotécnicas federais e escolas vinculadas às universidades federais. Na opinião dos autores, os novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia geram e fortalecem condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico brasileiro, já que tais instituições devem responder às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais. (PACHECO E REZENDE, 2009).

Ao definir as características, a finalidade e objetivos dos Institutos Federais, a lei 11.892/2008 traz mudanças estruturais para os antigos CEFETs. A lei 11.892/2008 destaca a oferta de educação profissional em todos os níveis e modalidades da educação profissional. Desse modo, os Institutos Federais passam a atuar desde a educação básica até a educação superior, em cursos de capacitação, cursos técnicos de nível médio, graduação, licenciatura e até pós-graduação. Outro ponto importante previsto na lei é a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão. Pode-se destacar também a necessidade de promover processos formativos alinhados com o desenvolvimento local e regional e o desenvolvimento da educação profissional alinhado as demandas sociais e locais. Além do desenvolvimento de programas de pesquisa e extensão. (BRASIL, 2008)

Os Institutos Federais foram equiparados às universidades, com natureza jurídica de autarquia e autonomia administrativa, patrimonial, didático -pedagógica e disciplinar. Contam ainda com estrutura multicampi, gestão orçamentária e financeira descentralizada. No qual cada campus corresponde a uma unidade descentralizada. (SOUZA, 2011)

Um ponto que merece destaque na lei de criação dos Institutos Federais (Lei 11892/2008) é a questão da autonomia dos Institutos Federais. De acordo com Pacheco (2011) a autonomia está relacionada a sua natureza jurídica de autarquia dos Institutos Federais, como também a sua equiparação com as universidades federais no que diz respeito as prerrogativas de regulação, supervisão e avaliação

das instituições e cursos superiores e ao fato da sua proposta orçamentária anual ser identificada para cada campus e reitoria, com exceção ao que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios dos servidores. Porém trata-se de autonomia relativa, pois ocorre em um contexto de interdependência entre sistemas. (PACHECO, 2011)

O documento da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC - intitulado Um Novo Modelo de Educação Profissional e Tecnológica: Concepções e Diretrizes traz os fundamentos dos Institutos Federais. O referido documento afirma que a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Traz ainda que a educação profissional e tecnológica precisa contribuir para o progresso socioeconômico, sendo que as atuais políticas devem dialogar efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais, através de um diálogo mais próximo dos Institutos Federais com a realidade local e regional. (SETEC, 2010)

A lei 11.892/2008 e o documento da SETEC que traz as diretrizes e concepções dos Institutos Federais mostram uma ampliação dos objetivos e finalidades desses Institutos. Através da ampliação da atuação dos Institutos em diferentes níveis e modalidades de ensino que vão desde a educação básica até a educação superior, a abrangência da oferta de cursos de diferentes níveis de ensino em um mesmo espaço institucional está alinhada ao princípio da verticalização. Destaca-se também a relação entre o desenvolvimento regional e local e a criação dos Institutos Federais tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico e a inclusão social. Outro ponto relevante é a ampliação das atividades dos Institutos Federais, com a atuação para além da área de ensino, incluindo também no rol de suas atividades a pesquisa e a extensão.

Otranto (2011) analisa o processo de mudança e reordenamento da Rede Federal de Educação Profissional no país. De acordo com Otranto (2011), as escolas profissionalizantes, em sua grande maioria, não estavam preparadas para a transformação em Institutos, com estrutura multicampi, com todas as funções,

direitos e deveres de uma universidade, com oferecimento da graduação, licenciatura e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão, além de outras não exigidas para as universidades, mas obrigatórias para os Institutos Federais, tais como: o ensino médio e técnico. Afirmando que são muitas as atribuições para uma só instituição. A autora ressalta que é preciso saber como está se dando a expansão: que cursos estão sendo criados e se as promessas feitas para a adesão à proposta da Rede Federal de Educação Profissional estão realmente sendo cumpridas.

Dando continuidade à política de expansão da educação profissional no país o governo Dilma instituiu em 2011, por meio da lei 12.513/2011, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). O PRONATEC é um programa que pretende enfrentar o problema da baixa escolaridade e qualificação de parcela majoritária dos trabalhadores brasileiros, em um momento em que o crescimento da economia exigia crescentes volumes de mão de obra especializada. (CASSIOLATO E GARCIA, 2014)

A lei 12.513/2011 define como objetos do programa: expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica; estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (BRASIL, 2011)

A fim de atingir os objetivos do Pronatec o governo federal traçou conjunto de ações, a saber: ampliação de vagas e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica; fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional; incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendiz. (BRASIL, 2011)

Por meio da referida lei o governo federal apresenta um conjunto de ações que visam à expansão, interiorização e democratização do acesso à educação profissional por meio da oferta de cursos técnicos de nível médio e de cursos de

qualificação desenvolvidos em parceria com os Institutos Federais, estados e os serviços nacionais de aprendizagem (Sistema S) e a oferta de bolsa formação. Apresentando como público alvo os trabalhadores, estudantes do ensino médio da rede pública, bolsistas da rede privada, além dos beneficiários dos programas federais de transferência de renda. (BRASIL, 2011)

Destaca-se que o governo federal estabeleceu um acordo de Gratuidade que tem por objetivo ampliar, progressivamente, a aplicação dos recursos do Sistema S- SENAI, do SENAC, do SESC e do SESI, recebidos da contribuição compulsória, em cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, em vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda. (BRASIL, MEC, PRONATEC, 2014)

Saldanha (2012) traz contribuições para a análise acerca do PRONATEC. Segundo a autora o Acordo de Gratuidade do governo com o Sistema S, demonstra a transferência de recursos públicos para o setor privado. Desse modo, conforme Saldanha (2012), o PRONATEC prioriza a qualificação profissional, através das parcerias público/privado que fragmentam os insuficientes recursos públicos e promove também a descontinuidade da concepção progressista de integração do Ensino Médio/Educação Profissional no âmbito das políticas públicas. (SALDANHA, 2012)

Diante do exposto por Saldanha (2012) é possível observar que ao enfatizar os cursos de qualificação profissional, que são cursos de curta duração, voltados para o trabalho imediato e desarticulados da educação básica, o Pronatec se distancia da proposta de articulação da educação profissional com o ensino médio. Outro ponto que merece atenção é a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada o que contradiz o discurso do governo de expandir a educação profissional através dos Institutos Federais. Neste sentido, Souza (2011) aponta que a educação profissional é um campo de disputas do fundo público.

Os documentos oficiais apontam para uma proposta para educação profissional no país que se processa através da constituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, da criação dos Institutos Federais com a ampliação dos objetivos e finalidades dos Institutos Federais e expansão da oferta de vagas na educação profissional. As políticas públicas a partir do Governo Lula e com continuidade no governo Dilma promovem uma expansão quantitativa na oferta de educação profissional.

No entanto, como analisa Otranto (2010), em pesquisa realizada sobre a implantação dos Institutos Federais, é importante considerar que é necessário acompanhar a expansão, investigando se os novos cursos são realmente os mais necessários àquela sociedade; se eles vêm associados à equivalente ampliação do quadro de docentes e técnicos; se a estrutura física está adequada; se os laboratórios estão equipados, etc. De acordo com a autora é necessário investigar se as promessas estão sendo cumpridas, para que se possa avaliar se, realmente, a atual política tem condições de contribuir para a expansão, com qualidade socialmente referenciada, da educação profissional brasileira. (OTRANTO, 2010)

Cabe ainda destacar, que assim como os Institutos Federais as instituições federais de ensino superior (IFES) também passam por uma fase de expansão. De acordo com Araújo (2011), em 2007, foi instituído o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas (REUNI), que compõe uma das ações do governo federal, dentro do mencionado conjunto de medidas que integram a reforma da Educação Superior, no país, promovidas pelo governo de Lula da Silva. O Programa estabelece uma série de metas que visam, prioritariamente, à ampliação do acesso ao ensino de graduação, nas instituições federais de ensino superior (IFES). A autora mostra a existência de divergências em relação a implementação do REUNI. De um lado, existem os que acreditam que a disponibilidade de mais recursos e mais vagas para docentes e técnicos, sinalizados pelo MEC, representam benefícios para as ações da universidade. Por outro lado, aqueles que são contrários às propostas do Programa enxergam a priorização do ensino em detrimento da pesquisa. O que pode implicar na deformação do caráter da universidade, enquanto espaço de ensino, pesquisa e extensão, como também o aligeiramento e a desqualificação da atividade de ensino e precarização da atividade docente. (ARAÚJO, 2011)

Assim como a atual política expansão da educação profissional, o Reuni prevê a ampliação do acesso como um dos seus principais aspectos. Como mostra Araújo (2011) acerca do objetivo do Reuni “O principal foco do Programa foi à expansão do acesso, cuja meta é alcançar 1,2 milhão de matrículas, na rede federal de Educação Superior, até 2012” (ARAÚJO, 2011, p.226) No entanto, para além da expansão em termos quantitativos relativos ao número de matrículas e criação de novas instituições, coloca-se como desafio para essas instituições, em especial para os Institutos Federais, o de promover uma educação profissional de qualidade, que

atenda as demandas sociais e locais e que contribua para inclusão social dos jovens e trabalhadores que serão beneficiários da política pública de educação profissional.

A educação profissional teve início como uma política voltada para a classe trabalhadora. Percebe-se, ao longo da sua trajetória, o dualismo entre educação profissional voltada para os filhos da classe trabalhadora e o ensino acadêmico voltado para a formação das elites. Na década de 90, a política educacional adotada aprofundou esse dualismo, pois destruiu o ensino médio integrado existente nos CEFETs. Na atualidade, a educação profissional passa por uma fase de expansão com a criação de novos campi dos Institutos Federais e ampliação da oferta de vagas, o que mostra uma expansão quantitativa da educação profissional. Na atual fase de expansão da Educação Profissional destaca-se também o Pronatec, que de acordo com Saldanha (2012) tem priorizado os cursos de qualificação profissional, que são cursos de curta duração, voltados para o trabalho imediato e desarticulados da educação básica, o que pode reforçar o dualismo na educação profissional. Além disso, tal programa tem promovido a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada através de parcerias público-privadas. Frigotto (2007) destaca a importância do resgate da educação profissional numa perspectiva politécnica em que se articule formação profissional com o ensino médio de qualidade. Neste sentido, torna-se necessário uma política de educação profissional em que a educação básica de qualidade seja garantida integrada à habilitação profissional, o curso técnico de nível médio na modalidade integrada seria uma tentativa de superação do dualismo existente entre formação profissional e acadêmica.

5. METODOLOGIA

Nesta seção será abordada a questão da metodologia da pesquisa. No primeiro momento, caracteriza-se a pesquisa. Em seguida, é apresentado o modelo de análise com os conceitos, dimensões e indicadores. Na sequência, são apresentadas as técnicas de coleta e análise de dados, além da operacionalização da pesquisa.

5.1 Caracterização da pesquisa

A metodologia deste plano de trabalho caracteriza-se pelo estudo de caso. O estudo de caso consiste no estudo profundo de um ou poucos objetos, de maneira que permite seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2002). Este tipo de abordagem metodológica visa aprofundar uma unidade de análise especificada (GODOY, 2008).

O estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto real (YIN, 2010). Desse modo, a opção pelo estudo de caso deve-se ao desejo de explicar um fenômeno em particular, em profundidade, identificado a partir da prática profissional.

O tipo avaliativo é uma das possibilidades do estudo de caso (GODOY, 2008). Segundo Patton (1990) apud Godoy (2008) o estudo de caso avaliativo preocupa-se em gerar dados e informações obtidos de forma empírica e sistemática a fim de julgar os resultados e a efetividade de um programa. Desta forma, a pesquisa utiliza o estudo de caso do tipo avaliativo, pois preocupa-se em avaliar, sob o ponto de vista da eficácia e efetividade das ações voltadas para a formação técnica, o processo e o resultado da implantação da política pública de educação profissional, em uma organização específica, o IFBA- Campus Camaçari.

Nesta pesquisa optou-se por avaliar os cursos técnicos em Informática e Eletrotécnica, na modalidade integrada, ofertados no IFBA campus Camaçari. Tais cursos apresentam a finalidade de promover uma formação em que se articula o ensino médio com a formação profissional. O critério para escolha desses cursos foi à exigência legal, presente no art. 8º da Lei 11.892/2008, de que 50% das vagas ofertadas pelos Institutos Federais fossem garantidas para alunos de ensino médio, prioritariamente na modalidade integrada.

5.2 Modelo de análise

O modelo de análise da pesquisa é composto por conceitos, dimensões e indicadores. A pesquisa possui como conceito, o de avaliação de política pública. As dimensões utilizadas são: implantação, subprocessos, metas e efeitos, com indicadores referentes à eficácia e efetividade, adaptados conforme os estudos desenvolvidos por Minayo (2011), Rippel (2007) e Draibe (2001):

Modelo de Análise			
Conceito	Dimensões	Indicadores de eficácia	Autores
Avaliação de Política Pública	Implantação	Recursos físicos, humanos e materiais alocados para a implantação dos cursos.	Minayo (2011)
Avaliação de Política Pública	Subprocessos	Provisão de recursos materiais; suficiência de recursos financeiros; qualidade da infraestrutura	Draibe (2001)
Avaliação de Política Pública	Subprocessos	Capacitação dos beneficiários: duração e qualidade dos cursos: conteúdo, didática e avaliação dos beneficiários.	Draibe (2001)
Avaliação de Política Pública	Metas	Relação entre as metas previstas e as metas realizadas (conclusão dos cursos)	Draibe (2001) e Minayo (2011)

Conceito	Dimensões	Indicadores de efetividade	Autores
Avaliação de Política Pública	Efeito	Inserção dos egressos no mercado de trabalho	Rippel (2007)
Avaliação de Política Pública	Efeito	Inserção acadêmica dos egressos - continuidade nos estudos	Ripell (2007)

Quadro 4 – Modelo de análise

Fonte: adaptado de Minayo (2011), Draibe (2001) e Ripell (2007)

O modelo de análise foi adaptado, tomando como base os trabalhos de Minayo (2011), Rippel (2007) e Draibe (2001). Os indicadores de eficácia foram adaptados do modelo proposto por Draibe (2001) para a avaliação de programas sociais e dos estudos de Minayo (2011) sobre a avaliação de políticas sociais. Além desses, foram utilizados dois indicadores de efetividade propostos por Ripell (2007) em pesquisa empírica sobre a avaliação de políticas públicas em educação.

5.3 Técnicas de coleta de dados

Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental, através do aprofundamento da revisão de literatura sobre o tema, a partir da consulta de livros, artigos, bases de dados, teses, dissertações e documentos oficiais. Após a leitura do referencial teórico e dos documentos, buscou-se analisar os principais documentos (leis, decretos, políticas, documentos institucionais, base de dados do Ministério da Educação - MEC) a fim de identificar os parâmetros para a implantação da política pública de educação profissional, metas e objetivos traçados pelo MEC e os resultados previstos no que tange as ações voltadas para a formação técnica de nível médio.

Posteriormente, ocorreu a aplicação de questionários com estudantes egressos para verificar os efeitos (inserção acadêmica e profissional) da política de educação profissional referentes aos cursos técnicos de nível médio, na modalidade integrada, ofertados no IFBA campus Camaçari.

Em seguida, foram realizadas entrevistas com administradores do campus a fim de obter informações sobre a prática local, com o objetivo de verificar o alcance das metas traçadas pelo MEC quanto à formação técnica e de mapear os fatores que contribuem para o sucesso ou fracasso dos cursos técnicos, no âmbito da implantação da política pública de educação profissional no IFBA – campus Camaçari. Além da realização de entrevistas com os coordenadores de curso a fim de mapear os fatores que contribuem para o sucesso ou fracasso dos cursos técnicos, no âmbito da implantação da política pública de educação profissional no IFBA – campus Camaçari.

A fim de captar as informações necessárias para a pesquisa foram aplicados questionários aos estudantes egressos dos cursos técnicos de nível médio, modalidade integrada, em Informática e Eletrotécnica.

O questionário é um método de coleta de dados, composto por uma série ordenada de questões acerca de situações que o pesquisador quer investigar. Tais questões são apresentadas ao respondente por escrito, para que ele responda também dessa maneira. Independente de ser a apresentação e a resposta em papel ou computador. (VERGARA, 2012) Na presente pesquisa optou-se pela apresentação e resposta do questionário via meio eletrônico.

Para Gil (1999) o questionário é uma técnica de investigação composta por um número de questões, apresentadas por escritos as pessoas com a finalidade de conhecer opiniões, interesses, situações vivenciadas etc. O questionário apresenta como vantagem a possibilidade de atingir um número grande de pessoas mesmo que estejam dispersas numa área geográfica extensa (GIL, 1999). Vergara (2012) também aponta que os questionários são úteis quando se quer ouvir um grande número de respondentes e quando estes estão em regiões geograficamente dispersas. O IFBA campus Camaçari possui duas turmas de concluintes para cada curso técnico, totalizado o quantitativo de 117 estudantes egressos, o que tornou o questionário adequado para a pesquisa.

Desse modo, o questionário permite a coleta de informações acerca da formação nos cursos técnicos ofertados no intuito de verificar, sob a ótica dos estudantes egressos, se a política cumpre com os objetivos de oferecer oportunidades de formação profissional e geral que possibilitem a inserção no mundo do trabalho e a inserção acadêmica através da continuidade nos estudos.

Todavia, Vergara (2012) expõe que a utilização de questionários apesar de trazer várias possibilidades de adequação à pesquisa, como a inclusão de maior número de respondentes, apresenta também algumas limitações:

- a) Seja por meio impresso ou eletrônico, é baixa a devolução do questionário respondido;
- b) Mesmo devolvido não é raro ter várias questões não respondidas;
- c) O respondente pode delegar o preenchimento à outra pessoa. (VERGARA, 2012)

A fim de diminuir tais limitações apresentadas pela referida técnica de coleta de dados, buscou-se durante a pesquisa de campo por várias vezes entrar em contato com os respondentes, enviando-lhes mensagem privada, via a rede social, explicando a importância e solicitando a participação na pesquisa. A utilização da ferramenta de questionários online SurveyMonkey possibilitou que durante o preenchimento do questionário o respondente fosse alertado sobre a obrigatoriedade de responder determinadas questões.

O software de questionários online SurveyMonkey foi utilizado para a elaboração do questionário. O processo de elaboração das questões ocorreu a partir dos objetivos da pesquisa alinhados ao problema da pesquisa e seus indicadores. A validação foi feita através de pré-teste por três professores mestres, que sugeriram alterações. As mudanças sugeridas possibilitaram ajustes no questionário. Desse modo, o questionário possui 23 questões mistas, divididas em 04 temas, a saber: aspectos gerais, capacitação dos estudantes e qualidade do curso, continuidade dos estudos e inserção no mercado de trabalho, algumas questões do questionário foram adaptadas a partir do instrumento de coleta de dados proposto por Rippel (2007).

Entre os meses de dezembro do ano de 2013 e janeiro de 2014 foi realizado o levantamento, junto a Coordenação de Registros Escolares do IFBA campus Camaçari (CORES), dos egressos dos cursos técnicos de nível médio, modalidade integrada. A CORES disponibilizou a relação com os nomes dos estudantes egressos, curso técnico realizado, turma e situação do estágio, informando se o discente havia ou não realizado o estágio obrigatório. A relação disponibilizada pela CORES apresentou o quantitativo de 117 registros de estudantes egressos dos

cursos técnicos de nível médio, modalidade integrada. Esses estudantes ingressaram na instituição nos anos de 2008 e 2009, sendo a conclusão dos cursos realizada nos anos de 2010, 2011 e 2012.

Uma dificuldade encontrada foi à falta do e-mail desses estudantes, apenas 08 estudantes tinham e-mail registrado. Vergara (2012) mostra que o pesquisador pode optar pelo meio eletrônico para envio dos questionários, podendo enviar por e-mail, ou disponibilizá-los em páginas da Web. Diante da falta dos registros dos e-mails dos estudantes, foi realizado o contato com os discentes via rede social. O link do questionário foi disponibilizado na rede social de cada discente, por meio de mensagem privada. Desse modo, os questionários foram enviados por meio eletrônico no período correspondente aos meses de março e abril de 2014. Foram considerados para a pesquisa o total de 110 estudantes egressos encontrados na rede social. Sendo que 33 estudantes egressos responderam o questionário.

A técnica de entrevista também mostrou-se adequada para o alcance dos objetivos da pesquisa. A entrevista, de acordo com Vergara (2009), permite a interação, o diálogo e a troca de significados, sendo um recurso para produzir conhecimento.

A entrevista é uma das formas mais antigas de se obter informações através da conversação. A entrevista elaborada para pesquisa é sempre uma conversa com o propósito definido pelo pesquisador. É o pesquisador que determina as questões e quem deve ser entrevistado. É ele também que coordena a entrevista. Por outro lado, o entrevistado tem a noção de que possui um conhecimento relevante para o pesquisador. (SILVA, 2012)

Vergara (2012) aponta que as entrevistas são ricas em possibilidades de adequação e em limitações. As entrevistas permitem que o entrevistador explique o significado de uma palavra ou pergunta. Desse modo, pode provocar respostas que não sejam prejudicadas pela incompreensão do entrevistado. Outra possibilidade das entrevistas está em permitir respostas ricas, quando o entrevistado se sente feliz ou à vontade por ter um entrevistador que se interessa por assunto do seu interesse ou quando pode relatar fatos que lhe aconteceram. Por outro lado, as entrevistas também apresentam limitações. Entre elas pode estar à dificuldade de comunicação por parte do entrevistador ou do entrevistado e nesse caso as respostas obtidas podem ser pobres. Outra limitação é que as entrevistas requerem tempo das partes

envolvidas e às vezes as pessoas não estão disponíveis a darem esse tempo. Também o entrevistado pode colocar-se numa posição defensiva. (Vergara, 2012)

Na presente pesquisa, optou-se pela entrevista semiestruturada por não seguir um roteiro rígido e por permitir que os administradores e os coordenadores dos cursos do IFBA campus Camaçari expressem como percebem o processo de implantação da política de educação profissional e como interpretam as questões relativas aos principais fatores que contribuem ou dificultam o alcance da eficácia e da efetividade das ações voltadas para a formação técnica.

Dando continuidade a elaboração dos instrumentos de coleta de dados, foram construídos os roteiros da entrevista semiestruturada para os administradores do campus e coordenadores dos cursos técnicos de nível médio, na modalidade integrada. Durante construção dos roteiros das entrevistas buscou-se a construção de perguntas que atendessem aos objetivos da pesquisa.

Após a elaboração do roteiro de entrevista foi realizado o contato com os entrevistados para o agendamento das entrevistas. Os quatro entrevistados (dois administradores e dois coordenadores de curso) aceitaram o convite para participar das entrevistas, que foram realizadas pessoalmente, entre os meses de março e abril de 2014. Após a realização das entrevistas, as gravações foram transcritas para um editor de texto (Word).

5.4 Tratamento dos dados

As informações coletadas na pesquisa de campo foram submetidas ao tratamento dos dados por meio da técnica de análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que tem como ponto de partida a mensagem. Desse modo, a análise de conteúdo está baseada nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem. E permite que o pesquisador faça inferências sobre os elementos da comunicação. (FRANCO, 2012)

No processo da análise de conteúdos, segundo Franco (2012), o pesquisador precisa definir unidades de análise. As unidades de análise estão divididas em: unidades de registro e unidades de contexto. A unidade de registro é a menor parte do conteúdo, na qual a ocorrência é registrada de acordo com as categorias. Existem diferentes tipos de unidades de registro, a saber:

- a) A palavra: menor unidade de registro usada na análise conteúdo e pode ser uma simples palavra, um símbolo ou um termo;
- b) O tema: é uma asserção sobre determinado assunto, pode ser uma simples sentença, um conjunto delas ou um parágrafo. Um tema incorpora o significado atribuído pelo respondente a uma palavra ou conceito. O tema é considerado como mais útil unidade de registro, em análise de conteúdo;
- c) Personagem: pessoas a serem identificadas a partir de diferentes indicadores: socioeconômico, etnia, sexo, escolaridade entre outros;
- d) O item: unidade de registro a ser utilizada quando um texto é caracterizado a partir dos seus atributos. (FRANCO, 2012)

As unidades contexto são consideradas pano de fundo que dão significado às unidades de análise e podem ser obtidas por meio da caracterização dos informantes, tais como suas condições de subsistência e suas inserções em grupos sociais. (FRANCO, 2012)

Definidas as unidades de análise o pesquisador precisa organizar a análise e definir as categorias. A pré-análise é a fase de organização e diz respeito às buscas iniciais, os primeiros contatos com os materiais. Já a definição categorias refere-se à classificação de elementos que fazem parte de um conjunto, por diferenciação, seguido de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios que são definidos. (FRANCO, 2012)

A definição de categoriais visa alcançar o núcleo central do texto e envolve uma série de etapas. Para facilitar a análise pode-se ainda identificar subcategorias inerentes às categorias, ou seja, conceitos hierarquicamente inferiores às categorias e que deverão contribuir para a caracterização das mesmas. (SILVA, 2012)

O processo de análise de conteúdo na presente pesquisa contou com duas etapas, a primeira etapa ocorreu a partir análise dos dados coletados nas entrevistas e questionários a fim de identificar elementos relevantes e categorias fundamentais para alcançar os objetivos da pesquisa.

As questões do questionário foram separadas, por se tratar de um questionário com questões mistas. Desse modo, as questões fechadas permitiram a elaboração de gráficos que foram gerados pela própria ferramenta do SurveyMonkey. Já as questões abertas foram organizadas por pergunta, com as repostas dos sujeitos. Foram criados quadros com as repostas para possibilitar posteriormente a criação de categorias. O tema foi utilizado como unidade de registro e realizou-se a

contagem da frequência. Após isso, foram elaborados quadros que apresentaram as categorias e as frequências.

Em relação às entrevistas também optou-se por realizar a análise de conteúdo. Foram elaborados quadros nos quais as entrevistas, que já tinham sido transcritas e digitalizadas no Word, foram organizadas por perguntas, com as respectivas respostas dos entrevistados, para facilitar a posterior criação de categorias. O tema foi utilizado como unidade de registro e realizou-se a contagem da frequência. Após isso, foram elaborados quadros que apresentaram as categorias e as frequências.

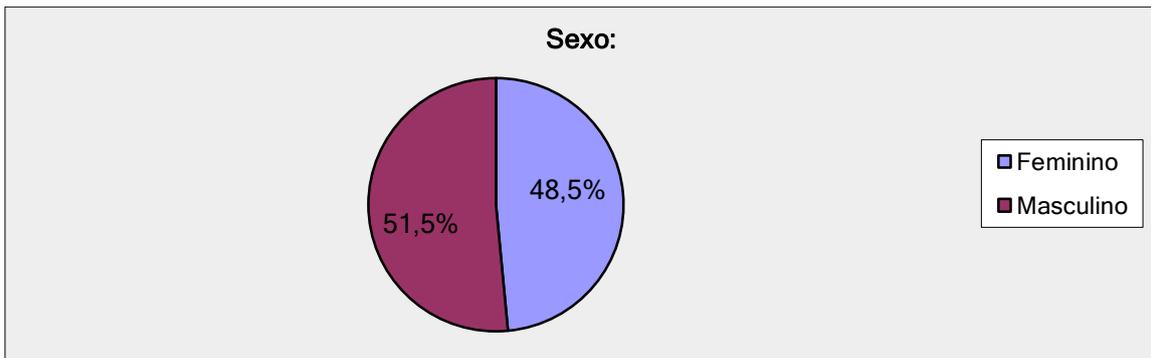
Já a segunda etapa da análise de conteúdo visou à interpretação das categorias levando-se em consideração os referenciais teóricos adotados na pesquisa.

6. APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Nesta seção busca-se apresentar os dados coletados por meio dos questionários aplicados aos estudantes egressos dos cursos técnicos de nível médio em Informática e Eletrotécnica, modalidade integrada, e das entrevistas realizadas com os membros da administração e coordenadores dos cursos técnicos de nível médio do IFBA Campus Camaçari.

Inicialmente, são apresentados os aspectos gerais obtidos através da aplicação do questionário entre os estudantes egressos dos cursos técnicos em nível médio em Informática e Eletrotécnica. Buscou-se identificar o gênero dos sujeitos investigados. Como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 1: Sexo dos egressos

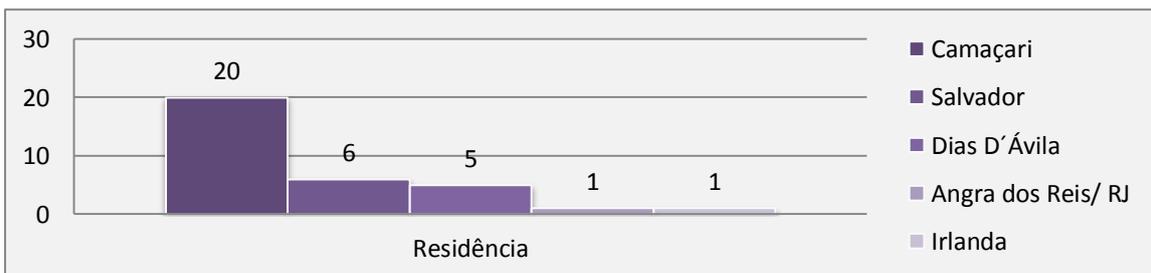


Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Observa-se, de acordo com o gráfico acima, que dos estudantes egressos dos cursos técnicos em Eletrotécnica e Informática que participaram da investigação (33 estudantes) 51,5% são do sexo masculino e 48,5% são do sexo feminino.

A partir do gráfico 2 é possível visualizar o local da residência atual dos pesquisados.

Gráfico 2: residência atual dos egressos



Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

O gráfico mostra que 20 pesquisados residem no município de Camaçari, 6 residem em Salvador, 5 no município de Dias D'Ávila, 1 estudante egresso mora em outro Estado, no município de Angra dos Reis- Rio de Janeiro, e 1 pesquisado reside no exterior - na Irlanda.

Através da aplicação dos questionários investigou-se a origem escolar dos estudantes egressos, ou seja, em qual tipo de escola os estudantes concluíram o ensino fundamental, antes de ingressarem no curso técnico de nível médio, modalidade integrada, do IFBA campus Camaçari.

Gráfico 3: origem escolar dos egressos

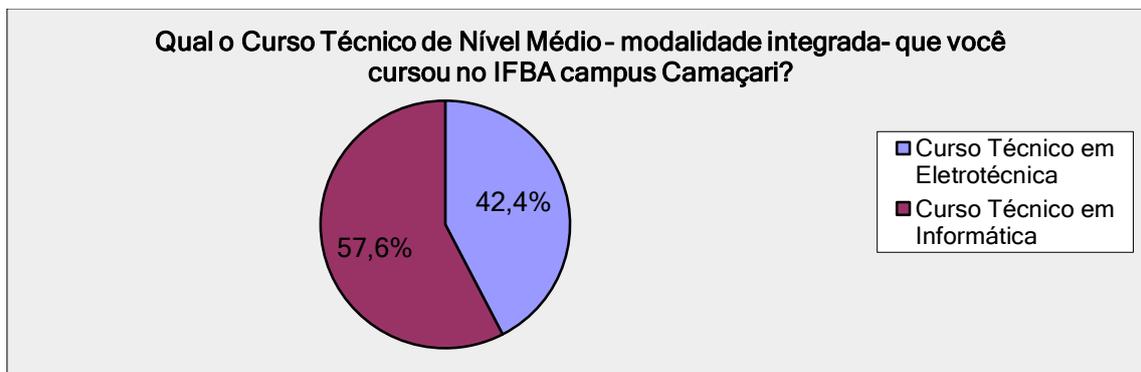


Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Observa-se que 63,6% dos participantes da pesquisa (21 egressos) frequentaram a escola pública e 36,4% (12 egressos) a escola privada, durante o ensino fundamental, etapa escolar anterior ao ingresso no curso técnico de nível médio do IFBA campus Camaçari.

O gráfico 4 mostra em qual tipo de curso os estudantes egressos frequentaram no IFBA- campus Camaçari.

Gráfico 4: Tipo de curso Técnico de Nível Médio

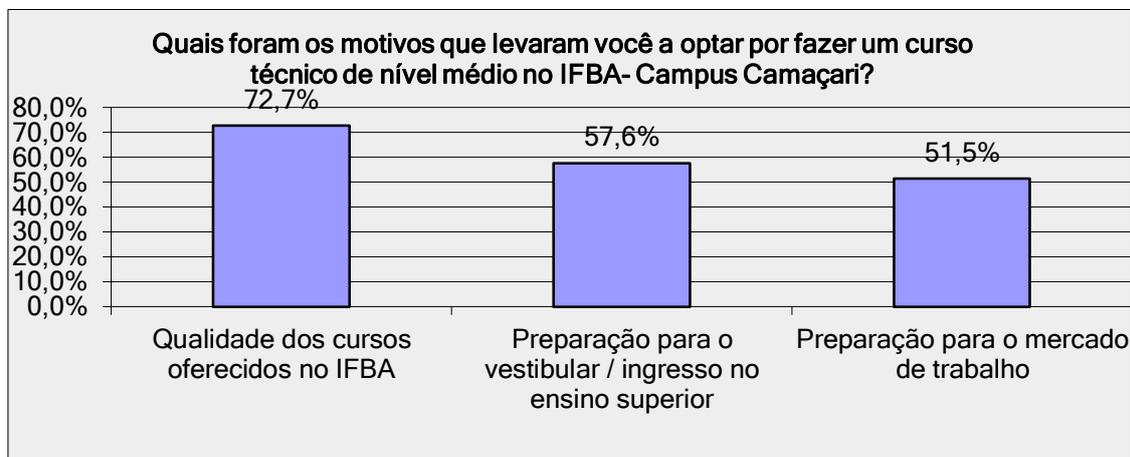


Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Nota-se, a partir do gráfico 4, que 57,6% dos respondentes (19 egressos) participaram do curso Técnico em Informática e 42,4 % (14 egressos) frequentaram o curso Técnico em Eletrotécnica.

Os motivos que levaram os estudantes a optarem por um curso técnico de nível médio, na modalidade integrada, no IFBA campus Camaçari podem ser observados no gráfico a seguir.

Gráfico 5: motivos que levaram os estudantes a optarem por um curso técnico de nível médio



Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Verifica-se, a partir do gráfico 5, que a qualidade dos cursos oferecidos no IFBA foi a opção mais escolhida pelos respondentes como motivo para fazer um curso técnico de nível médio, modalidade integrada no IFBA campus Camaçari, com 72,7%. Seguida pela preparação para o vestibular com 57,6%. Ficando a preparação para o mercado de trabalho na última posição com 51,5%. A soma dos percentuais ultrapassa os 100% porque cada respondente pode escolher mais de uma opção.

Na sequência, buscou-se investigar acerca da capacitação e qualidade dos cursos técnicos de nível médio ofertados no IFBA campus Camaçari. O gráfico 6 apresenta a opinião dos respondentes em relação aos conteúdos ministrados ao longo curso, se tais conteúdos atendem as demandas das empresas no que diz respeito a atuação profissional do técnico.

Gráfico 6: opinião dos egressos dos cursos técnicos em Eletrotécnica e Informática em relação aos conteúdos ministrados ao longo do curso , se tais conteúdos atendem as demandas da empresas



Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

A partir do gráfico 6 percebe-se que 60,6% dos respondentes (20 egressos) disseram que os conteúdos ministrados ao longo do curso atendem as demandas das empresas no que diz respeito a atuação profissional do técnico. E 39,4% (13 egressos) declararam que os conteúdos ministrados ao longo do curso não atendem as demandas das empresas no que diz respeito à atuação profissional do técnico.

O quadro a seguir mostra a avaliação dos estudantes sobre se os conteúdos ministrados atendem as demandas das empresas:

Quadro 5: problemas relacionados aos conteúdos ministrados tendo em vista o atendimento das demandas das empresas

Categoria		
Problemas relacionados aos conteúdos ministrados tendo em vista o atendimento das demandas das empresas		
Subcategorias	Unidade de registro	Nº
Conteúdos ensinados no	<ul style="list-style-type: none"> Falta muito (...) As linguagens que as empresas pedem, no IFBA não é ensinado ex: PHP A prática ensinada no curso, os métodos e o foco do ensino estava muito abaixo dos conhecimentos 	

<p>curso são insuficientes em relação às demandas das empresas</p>	<p>e habilidades que o mercado está exigindo</p> <ul style="list-style-type: none"> • conteúdos ministrados no que tange a área de desenvolvimento de software web não foram suficientes para um ingresso confiante no mercado (...) • curso foi extremamente defasado em alguns aspectos, como o ensino da linguagem de PHP • existe uma gama de habilidades que na ementa do curso não entram 	<p>6</p>
<p>Currículo com ênfase na teoria e poucas aulas práticas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O que foi passado durante o curso foi teoria, o que na pratica é muito diferente(...) • tivemos poucas aulas práticas • houve uma grande limitação ao campo da teoria(...) • Porque falta mais aulas práticas • (...) faltou um pouco mais de prática dentro do IFBA (...) 	<p>5</p>
<p>Falta do ensino de conteúdos relacionados ao ambiente e relações de trabalho</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O curso trabalhou, em minha vivência, apenas aspectos técnicos da ementa, preterindo valores sócio profissionais e psicológicos(...) 	

	<ul style="list-style-type: none"> (...) dificuldade em alguns aspectos como o ambiente de trabalho e como lidar como determinadas situações no dia a dia de uma empresa 	2
Conteúdos desatualizados	<ul style="list-style-type: none"> Algumas tecnologias utilizadas no curso são defasadas, por exemplo, a ênfase de desenvolvimento na plataforma desktop Técnicas de desenvolvimento são ligeiramente desatualizadas 	2
Dificuldades relacionadas ao número de disciplinas do currículo por ano	<ul style="list-style-type: none"> (...)Quando estudei no IFBA, fiz o curso técnico + ens. médio em 3 anos, o que dificultou e muito meu aprendizado, visto que em um ano, para que fosse cumprida toda a grade curricular, eu tinha aula de pelo menos 18 matérias. 	1

Fonte: Resultados da Pesquisa (2014)

Quadro 6: Possibilidades relacionadas aos conteúdos ministrados no atendimento das demanda das empresas

Categoria		
Possibilidades relacionadas aos conteúdos ministrados no atendimento das demanda das empresas		
Subcategorias	Unidade de registro	Nº
Possibilidades de relacionar a teoria ensinada no curso com a prática desenvolvida no	<ul style="list-style-type: none"> Muito assunto aprendido na sala de aula na teoria pode relacionar com a prática(...) 	2

mercado	<ul style="list-style-type: none"> • (...) pude por em pratica o que aprendi 	
Currículo oferece bases para inserção no mercado	<ul style="list-style-type: none"> • Tive uma ótima base • Os conteúdos aplicados nos cursos técnicos são uma grande base tanto para o mercado quanto para o ensino superior • O conhecimento adquirido durante o curso, possibilita que o aluno formado, ao ingressar na indústria ou no nível superior, se encontre em algum caminho 	3
Satisfação com os conteúdos ministrados no curso	<ul style="list-style-type: none"> • o curso é bastante proveitoso • olhando um panorama geral acredito que o curso(em matéria de disciplinas e conteúdo) é plenamente satisfatório • o que aprendi me ajuda no meu dia a dia • Aprendi o 	4

	suficiente no ifba	
--	--------------------	--

Fonte: Resultados da Pesquisa (2014)

O gráfico 7 apresenta a opinião dos respondentes sobre a contribuição dos conteúdos ministrados nos cursos técnicos de nível médio para a formação crítica e cidadã.

Gráfico 7: opinião dos estudantes egressos sobre a contribuição dos conteúdos ministrados nos cursos técnicos de nível médio para a formação crítica e cidadã



Fonte: Resultados da Pesquisa (2014)

Verifica-se que 87,9% dos respondentes (29 egressos) consideram que os conteúdos ministrados ao longo do curso técnico de nível médio contribuíram para uma formação crítica e cidadã. Já 12,1 % (4 egressos) opinaram que os conteúdos ministrados ao longo do curso técnico de nível médio não contribuíram para uma formação crítica e cidadã.

Quadro 7: Curso contribuiu para formação crítica e cidadã

Categoria:		
Curso contribuiu para formação crítica e cidadã		
Subcategoria	Unidade de registro	Nº
Contribuição das disciplinas propedêuticas	<ul style="list-style-type: none"> As matérias propedêuticas foram as que contribuíram na minha formação cidadã(...) 	

<p>/ Humanidades para formação crítica e cidadã</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ótimos professores relacionado a área de humanidade, isso me propiciou uma visão diferenciada um olhar mais crítico • O corpo da área de humanas influenciaram positivamente minha formação política e social • ótimo, inesquecíveis professores de humanas • os professores das áreas de humanidades contribuíram para a minha formação cidadã(...) • aulas de matérias do ensino médio foram ótimas • alguns professores das matérias propedêuticas entendem a necessidade de estimularem a visão crítica de estudantes do ensino médio • Porque o corpo docente da área humanas mostrou como, e porque devemos sair da condição de receptores sociopolítico-econômicos para sujeitos atuantes • Em especial as disciplinas propedêuticas • Os professores das matérias humanas do campus permitem uma formação muito peculiar dos alunos do IFBA. É perceptível o crescimento cidadão da maioria destes (...) 	<p>10</p>
<p>Importância da qualificação dos professores</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os professores são qualificados, muitos deles já estavam fazendo mestrado, outros já estavam no doutorado • A maioria dos professores deram ótimas aulas e todos eles são muito bem qualificados. 	<p>2</p>
<p>O curso oferece uma maior</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sim, bem mais do que seria numa escola 	

formação crítica e cidadã se comparado aos de outras escolas públicas	pública convencional.	1
Contribuição da proposta do curso na modalidade integrada	<ul style="list-style-type: none"> A proposta do curso ser na Modalidade Integrada tenha contribuído neste aspecto 	1

Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

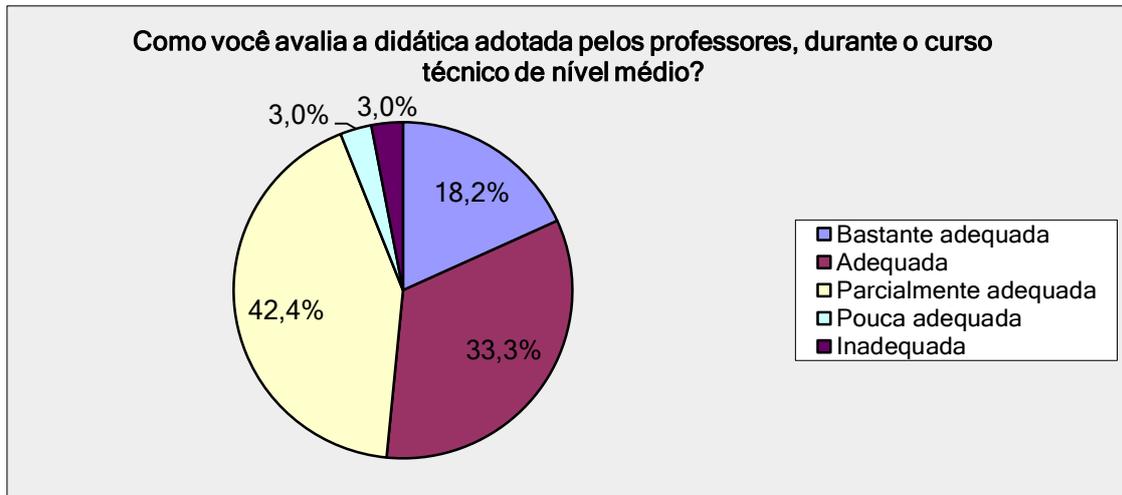
Quadro 8: Curso não contribuiu para formação crítica e cidadã

Categoria:		
Curso não contribuiu para formação crítica e cidadã		
Subcategoria	Unidade de Registro	Nº
Falta de espaço durante o curso para a formação crítica e cidadã	<ul style="list-style-type: none"> Pelo menos, na primeira turma não houve essa preocupação, não foi nos dado espaço. não há tempo nem espaço para pensarmos de forma crítica nas matérias técnicas 	2
Construção do pensamento crítico e cidadão anterior a formação no curso	<ul style="list-style-type: none"> Já tinha um bom discernimento de assuntos em geral o curso não contribuiu exatamente para isso 	1

Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

O gráfico 8 mostra a opinião dos estudantes egressos , participantes da pesquisa, acerca da didática adotada pelos professores durante o curso técnico de nível médio.

Gráfico 8: Avaliação da didática adotada pelos professores



Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Verifica-se que 18,2% dos respondentes (6 egressos) consideram a didática adotada pelos docentes bastante adequada. Já 33,3 % (11 egressos) consideram adequada. O percentual de 42,4% (14 egressos) opinou que a didática adotada é parcialmente adequada. Sendo que 3% (1 egresso) aponta que é pouco adequada . Por fim, 3% (1 egresso) considera que é inadequada.

O quadro a seguir mostra a opinião dos egressos acerca da didática adota pelos professores.

Quadro 9: opinião dos egressos acerca da didática adota pelos professores

Categorias	Unidade de Registro	Nº
Maioria dos professores apresentou uma didática adequada:	<ul style="list-style-type: none"> • Maioria com didática muito boa com aulas expositivas, experimentos, visitas técnicas e etc. Mas em alguns casos houve professores com pouca didática. • A maioria tinha uma boa didática, outros não tinham didática. • Generalizando, adequada. • Acredito que a maioria deles tem uma formação pedagógica que permite uma melhor aplicação do que eles sabem, mas há exceções dentro do campus • Para cada disciplinas os professores 	6

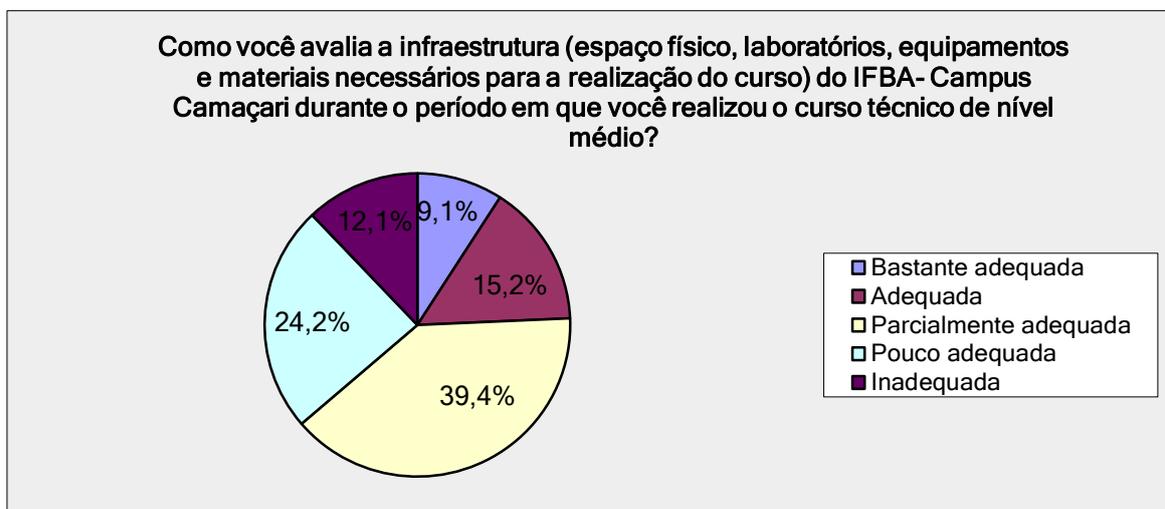
	<p>tinham total conhecimento do que fazer e tornar prazeroso a aula em si.</p> <ul style="list-style-type: none"> • bons professores aulas bem ministrada 	
Alguns professores apresentaram didáticas adequadas	<ul style="list-style-type: none"> • Alguns com didáticas excelentes, mas alguns deixam bastante a desejar • Tive professores maravilhosos e outros nem tanto • alguns professores, de fato, se empenhavam e seguir uma metodologia e construir, da melhor forma possível, uma didática que oferecesse ao estudante uma melhor absorção dos conteúdos 	3
Críticas a didática dos professores da área técnica:	<ul style="list-style-type: none"> • (...) uma crítica fortíssima passível de análise, é que os professores das matérias técnicas não estavam aptos (em sua maioria) a explicar determinados conteúdos(...) • Os professores das matérias propedêuticas possuíam (com raras exceções) tinham metodologias excelentes. Já os técnicos nem tanto • Os professores técnicos tem pouquíssima didática 	3
Alguns professores apresentaram didática inadequada:	<ul style="list-style-type: none"> • Alguns professores não sabiam aplicar o conteúdo utilizando uma didática adequada • Nem todos professores são adequados • alguns professores falharam em passar assuntos vitais 	3
Professores bem qualificados:	<ul style="list-style-type: none"> • Professores bastante qualificados e competentes nas suas disciplinas • Os professores do IFBA são 	2

.	extremamente preparados	
Importância dos Métodos Lúdicos para o aprendizado	<ul style="list-style-type: none"> Os professores da área técnica não utilizavam-se de ambientes lúdicos de aprendizado de programação para a introdução e a permanência do educando na área do curso os professores das propedêuticas conseguiram conciliar o conteúdo programático com meios lúdicos de aprendizado 	2

Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

O gráfico 9 mostra a avaliação dos estudantes egressos acerca da infraestrutura do campus durante o período em que os mesmos realizaram o curso.

Gráfico 9: Avaliação da infraestrutura do campus



Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Como mostra o gráfico acima, 9,1 % dos respondentes (3 egressos) consideram a infraestrutura do campus bastante adequada. 15,2 % (5 egressos) consideram adequada. 39,4% (13 egressos) consideram parcialmente adequada. 24,2 % (8 egressos) consideram pouco adequada e 12,1% (4 egressos) consideram inadequada.

O quadro a seguir mostra os problemas explicitados pelos respondentes quanto à infraestrutura do campus.

Quadro 10: problemas explicitados em relação à infraestrutura do campus

Categoria		
Problemas explicitados em relação à infraestrutura do campus		
Subcategoria	Unidade de registro	Nº
Limitações quanto à disponibilidade e adequação de laboratórios, equipamentos e materiais específicos para o curso	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de equipamentos nos laboratórios e práticas com instrumentos da área(...) • Laboratórios Incompletos, Sem Equipamentos(...) • (...) o laboratório utilizava de ferramentas desatualizadas, faltava diversos materiais e espaço para diversas práticas, como a disciplina de Redes 2, arquitetura de computadores, Sistemas Operacionais • Faltando alguns laboratórios • Não tinha laboratório de química e um precário de física • (...) poucos laboratórios(...) • laboratórios disponíveis, embora com algumas falhas no início • A única queixa que tenho é dos laboratórios. Os de eletrotécnica não eram adequados e faltaram muitos equipamentos(...) 	8
Infraestrutura provisória e improvisada no espaço concedido pela prefeitura no início das atividades do	<ul style="list-style-type: none"> • (...) sede provisória • Fiz parte da primeira turma do IFBA e tudo ainda era 	

campus:	<p>muito primário e provisório.(...)</p> <ul style="list-style-type: none"> • fiz parte da primeira turma de TI as aulas ocorriam sem menor infraestrutura num local cedido pelo prefeito de Camaçari • No inicio as instalações eram provisórias e muitas das vezes as aulas de laboratório foram realizadas na base do improvisado • Fiz o curso técnico no periodo em que estavamos ainda em sede provisória. Mesmo sabendo ser pouco adequada, muitas adaptações foram feitas para que tivéssemos laboratorios e etc. • Uma estrutura um tanto quanto improvisada e com obras constantes e intermináveis • na época que fiz o curso o ifba estava começando então estava faltando muita coisas ainda 	7
Espaço físico inadequado para desenvolver os estudos:	<ul style="list-style-type: none"> • espaço inadequado para desenvolver estudos(...) • Não era viável estudar naquela primeira unidade 	2

Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

O quadro a seguir mostra a opinião dos respondentes em relação aos aspectos positivos no que diz respeito a infraestrutura do campus:

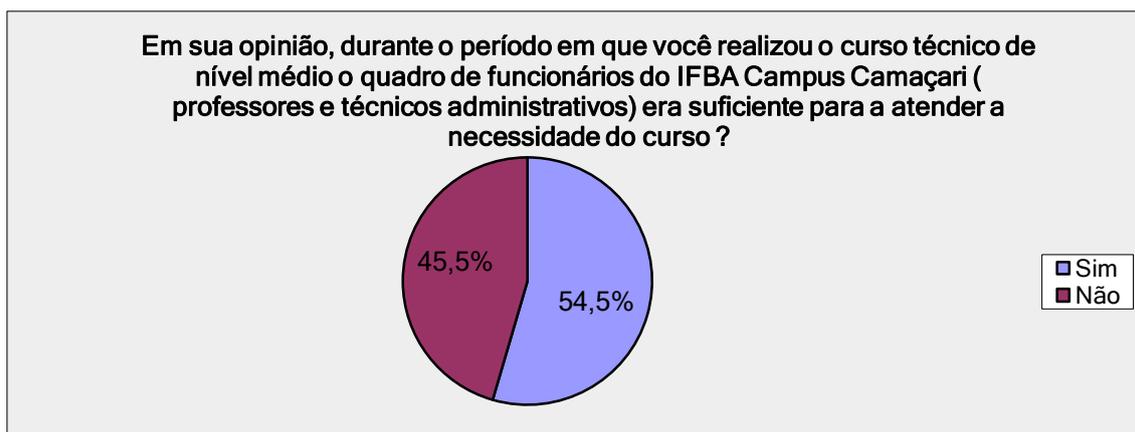
Quadro 11: aspectos positivos explicitados em relação a infraestrutura

Categoria		
Aspectos positivos explicitados em relação a infraestrutura		
Subcategoria	Unidade de registro	Nº
Melhoria da infraestrutura com a aquisição da sede própria na atualidade	<ul style="list-style-type: none"> • Ainda faltam ser cumpridas outras tantas obras que o IFBA promete(...) mas para o que já foi esta bem melhor • No início a estrutura era bem precária, pois utilizávamos espaços "emprestados". Depois que adquirimos o próprio campus, as coisas melhoraram. • Eu conheci as instalações que se encontravam no prédio do Ceteb(...) em caminhos de infraestrutura não era dos melhores, o novo campus porém é excepcional em nível estrutural • Na época em que cursei, a sede ainda era a provisória e portanto não havia toda a infraestrutura atual 	4
Laboratórios bem equipados:	<ul style="list-style-type: none"> • São bem equipados, total conforto para o aluno. • Com relação ao curso técnico não tive muitos problemas, pois precisávamos apenas de laboratórios de informática, e isso, de fato, tinha • Os laboratórios tinham boas máquinas na época. 	3

Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

O gráfico 10 apresenta a opinião dos estudantes egressos participantes da pesquisa sobre o quadro de recursos humanos disponíveis no campus para atender as necessidades dos cursos.

Gráfico 10: Quadro de funcionários do campus



Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Como mostra o gráfico acima, 54,5 % dos respondentes (18 egressos) consideram que o quadro de funcionários do campus Camaçari era suficiente para atender as demandas do curso. E 45,5% (15 egressos) apontam que o quadro de funcionários do campus Camaçari não era suficientes para atender as demandas do curso.

O quadro a seguir mostra a opinião dos estudantes acerca do quadro de servidores disponíveis campus para atender as demandas dos cursos.

Quadro 12: opinião dos egressos acerca do quadro de servidores disponíveis campus para atender as demandas dos cursos

Categorias	Unidades de Registro	Nº
Falta de servidores para atender as demandas dos cursos docentes:	<ul style="list-style-type: none"> • (...) Falta de professor, que na sua maioria chegaram no ifba no meio do ano. • (...) falta de professor que não perdurou por muito tempo. • Não foram raras as vezes que ficamos sem professor de disciplinas importantes (...) • Faltava alguns professores na época • Faltaram professores em vários períodos (...) • faltavam professores pra da conta da quantidade de alunos (...) • Tivemos alguns problemas com algumas 	8

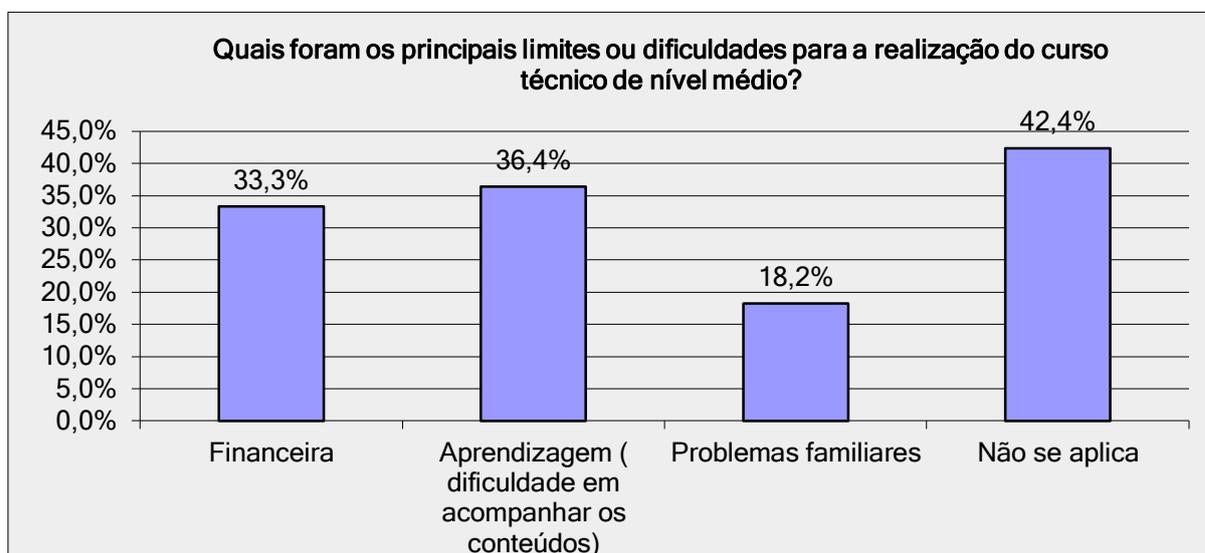
	<p>matérias por falta de professor(...)</p> <ul style="list-style-type: none"> algumas épocas faltavam professores (...) 	
Falta de servidores para atender as demandas dos cursos – técnicos administrativos:	<ul style="list-style-type: none"> O número de demandas e alunos cresceu em ritmo contrário ao de funcionários. Faltava ainda muitos profissionais de acompanhamento ao aluno (...) 	2
Sobrecarga de trabalho dos profissionais – docentes:	<ul style="list-style-type: none"> Na maior parte do curso, tínhamos na casa apenas 1 professor de cada matéria, que se desdobrava(...) Alguns professores ficaram sobrecarregados de carga horária de trabalho(...) Havia sobrecarga sobre diversos professores 	3
Dificuldades na contratação de professores:	<ul style="list-style-type: none"> Houve problemas com a contratação de professores (...) infelizmente o processo burocrático de contratação de professores era muito demorador (...) (...) faltavam professores por questões burocráticas inclusive. 	3
O quantitativo de servidores (docentes e técnicos) atendia a demanda de alunos.	<ul style="list-style-type: none"> Quanto ao número dos servidores e professore do campus não há o que ser dito além do elogio da proporcionalidade entre o números de alunos e os citados anteriormente. Na época sim por que a demanda era menor 	5

	<ul style="list-style-type: none"> • A demanda não era tão grande • Pois era difícil não haver aulas, tínhamos todos os dias. • Nunca fiquei sem aula por esse motivo 	
--	--	--

Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

O gráfico 11 apresenta as principais dificuldades para realização do curso técnico de nível médio na opinião dos estudantes egressos dos cursos técnicos em Eletrotécnica e Informática, respondentes da pesquisa.

Gráfico 11: principais dificuldades para realização do curso técnico de nível médio

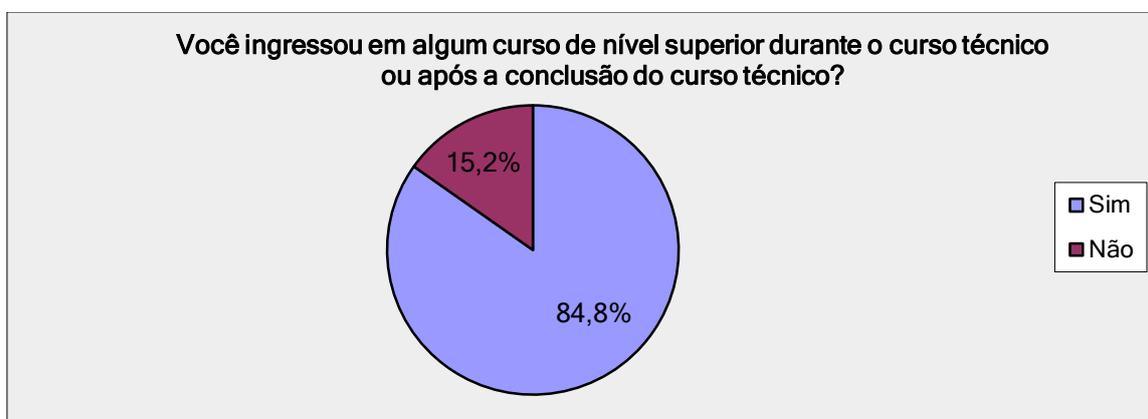


Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Para 33,3 % dos respondentes a principal dificuldade foi à financeira. Já 36,4% apontam a aprendizagem, ou seja, a dificuldade em acompanhar os conteúdos do curso como principal dificuldade. Na sequência, 18,2% consideram os problemas familiares como principal dificuldade. E para 42,4% a questão da dificuldade para realização do curso não se aplica. A soma dos percentuais ultrapassa os 100% porque cada respondente pode escolher mais de uma opção.

Buscou-se na investigação abordar os aspectos relativos à continuidade dos estudos dos egressos, ou seja, a inserção acadêmica desses estudantes. O gráfico 12 apresenta os dados relativos ao ingresso dos estudantes pesquisados no ensino superior.

Gráfico 12: ingresso dos estudantes egressos dos cursos técnicos no ensino superior



Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Nota-se que 84,8% dos egressos dos cursos técnicos em Informática e Eletrotécnica (28 egressos) ingressaram no nível superior durante ou após a conclusão do curso técnico de nível médio. E 15,2% (5 egressos) não ingressaram em curso de nível superior.

A seguir são apresentados quadros por curso que mostram os tipos de curso, instituição de ensino superior e tipo de instituição nas quais os estudantes ingressaram.

Quadro 13: Egressos do curso de Eletrotécnica - Tipos de Cursos, Instituição de ensino de nível superior e tipo de instituição:

Categorias		
Curso	Instituição de ensino	Tipo de Instituição
Não informado	IFBA	Pública
Não informado	Universidade Federal da Bahia - UFBA	Pública
Licenciatura em Matemática	Não informado	Não informado

Jornalismo	UFBA	Pública
Medicina	UFBA	Pública
Sistemas da Informação	UFBA	Pública
Engenharia elétrica	UFBA	Pública
Engenharia elétrica	SENAI CIMATEC	Privada

Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Quadro 14: Egressos do curso de Informática - Tipos de Cursos, Instituição de ensino de nível superior e tipo de instituição

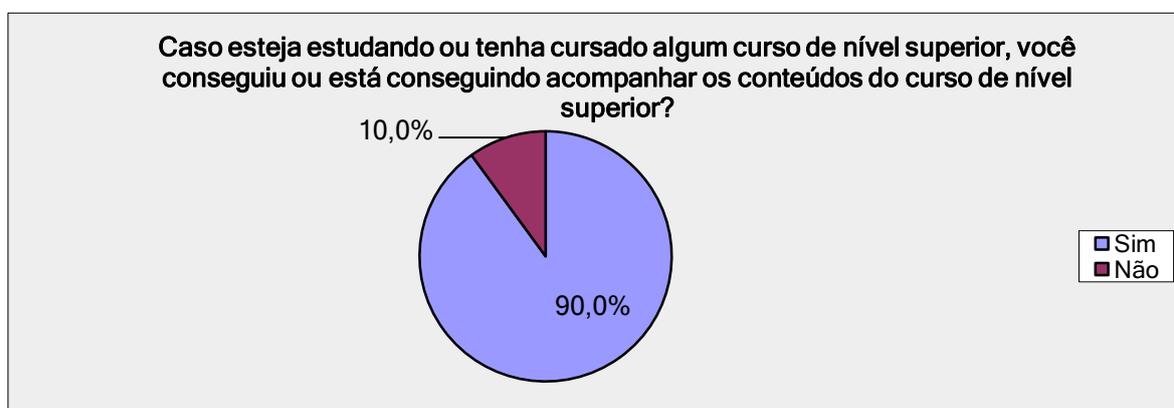
Categorias		
Curso	Instituição de ensino	Tipo de Instituição
Sistema da Informação	Universidade Federal Fluminense	Pública
Não informado	Faculdade de Ciência e Tecnologia - ÁREA1	Privada
Não informado	UFBA - Campus Salvador	Pública
Engenharia Mecânica	Universidade Federal da Bahia - UFBA	Pública
Geografia	UFBA	Pública
Bacharelado em Sistemas de Informação	UFBA	Pública
Direito	Faculdade Maurício de Nassau	Privada
Sistemas de informação	UFBA	Pública
Ciências Sociais	UFBA	Pública

Engenharia da Computação	Universidade Estadual de Feira de Santana	Pública
Sistemas de informação	UNEB	Pública
Bacharelado Interdisciplinar em Saúde	UFBA	Pública
Sistemas de Informação	UFBA - Universidade Federal da Bahia	Pública
CTS Logística	Unime	Privada
Ciências Sociais	UFBA	Pública
Engenharia da Computação	UNIFACS	Privada
Não informado	Universidade Federal da Bahia.	Pública
Engenharia química	UFBA	Pública

Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Buscou-se saber se os egressos que cursaram o nível superior conseguiram acompanhar os conteúdos do curso.

Gráfico 13: acompanhamento dos conteúdos do curso de nível superior



Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Nota-se que 90 % dos pesquisados dos dois cursos técnicos, que cursam ou cursaram o nível superior, afirmam que conseguiram acompanhar os conteúdos do curso de nível superior. Já 10% não conseguiram acompanhar os conteúdos do referido nível de ensino.

Indagou-se ainda dos sujeitos que afirmaram que conseguiram acompanhar os conteúdos do nível superior, qual a importância que os mesmos atribuíam ao curso técnico de nível médio.

O quadro a seguir mostra a opinião dos estudantes egressos acerca da importância que os mesmos atribuem ao curso técnico de nível médio para o acompanhamento dos conteúdos do nível superior.

Quadro 15: a opinião dos egressos acerca da importância do curso técnico de nível médio para o acompanhamento dos conteúdos do nível superior

Categorias	Unidades de registro	Nº
O curso ofereceu bases que preparam os estudantes para o ensino superior:	<ul style="list-style-type: none"> • A base • Me deu uma boa base. • (...) uma ótima preparação e embasamento para cursa o nível superior. • (...) base para a graduação • (...) base teórica digna e muito importante • (...) acredito que a formação do IFBA tenha sido decisiva na inserção e continuidade do ensino superior. • (...) me propicia a acompanhar de forma tranquila os conteúdos do meu curso 	7
Importância dos conteúdos e disciplinas do ensino médio:	<ul style="list-style-type: none"> • Em relação ao técnico, nada. Já o médio foi essencial para eu estar hoje no nível superior, e avançar no decorrer dos semestres. • Aprendi bastante com os conteúdos do ensino médio. • O ensino sobretudo das propedêuticas foram bastante importantes (...) 	5

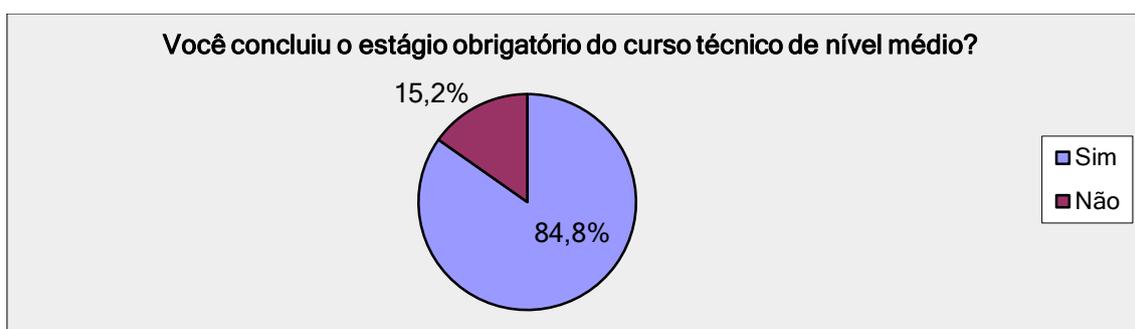
	<ul style="list-style-type: none"> • As disciplinas na area de exatas foram suficientes não sinto dificuldade na faculdade em nenhuma materia em relacao ao conteúdo do ensino medio • Quanto as matérias técnicas do curso eu diria que tem uma importância diminuta no curso superior que eu presto, e isso é natural já que minha área agora é diametralmente diferente da do curso anterior. Porém as matérias propedêuticas do curso foram de vital importância na minha formação (...) 	
Importância dos professores:	<ul style="list-style-type: none"> • (...) conteúdos ministrados com excelência pela maioria dos professores • (...) alguns professores de grande importância e didáticas diferentes (...) • grandes professores(...) • (...)a colaboração dos professores • Tive professores excelentes, que me prepararam bem. 	5
Importância das disciplinas técnicas para acompanhar o ensino superior:	<ul style="list-style-type: none"> • graças as disciplinas básicas, tomei a dianteira na faculdade, lógica de programação é vital(...) • A disciplina de Lógica de programação(...) • Pelo curso superior ser da mesma área (informática), o curso técnico foi de extrema importância para o desempenho no curso 	3
Capacidade de superação das dificuldades nos estudos:	<ul style="list-style-type: none"> • (...) . Fui do curso que foi realizado em 3 anos, logo tive que me dedicar muito para poder acompanhar as aulas. Hoje sinto-me capaz nos estudos, mesmo com alguma dificuldade sei que irei superá-la, pois já passei situações semelhantes no IFBA. • Senti muitas dificuldades no IFBA, mas agora 	2

	não sinto dificuldade alguma.	
Formação que proporcionou aprender a estudar:	<ul style="list-style-type: none"> (...) aprendi a estudar, a buscar informações além da sala 	1

Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Outro aspecto abordado na investigação foi à inserção no mercado de trabalho. Questionou-se aos egressos se os mesmos concluíram o estágio obrigatório do curso técnico de nível médio.

Gráfico 14: conclusão do estágio obrigatório do curso técnico de nível médio



Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Nota-se que 84,8 % dos respondentes (28 egressos) concluíram o estágio obrigatório dos cursos técnicos em Informática e Eletrotécnica. E 15,2% (5 egressos) não concluíram o estágio obrigatório.

Indagou-se ainda se os egressos tiveram dificuldade para conseguir o estágio obrigatório do curso técnico de nível médio.

Gráfico 15: dificuldade para conseguir o estágio obrigatório do curso técnico de nível médio



Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Constata-se que 51,5% dos respondentes da pesquisa (17 egressos) afirmaram que não houve dificuldade para conseguir o estágio. E 48,5 % (16 egressos) tiveram dificuldade para conseguir o estágio.

Ao filtrar as respostas relativas a questão acerca da dificuldade para conseguir o estágio por curso observa-se que:

Gráfico 16: dificuldade para conseguir o estágio na área de Eletrotécnica



Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Dos 14 egressos do curso de Eletrotécnica participantes da pesquisa 71,4% (10 egressos) afirmaram que tiveram dificuldades para conseguir estágio. E 28,6 % (4 egressos) não tiveram dificuldades para conseguir estágio.

Gráfico 17: dificuldade para conseguir o estágio na área de Informática



Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

No curso técnico em Informática 31,6% afirmam que tiveram dificuldade para conseguir estágio na área. E já 68,4% não tiveram dificuldade para conseguir estágio.

Nos quadros que seguem são expostos os fatores que dificultaram e os fatores que facilitaram o ingresso no estágio a partir das respostas dos egressos dos cursos de Eletrotécnica e Informática:

Quadro 16: fatores que dificultaram o ingresso no estágio na área de Informática

Categoria		
Fatores que dificultaram o ingresso no estágio na área de Informática		
Subcategoria	Unidade de registro	Nº
Falta de maturidade do aluno	<ul style="list-style-type: none"> • falta de maturidade 	1
Discriminação de gênero	<ul style="list-style-type: none"> • Além de ser mulher, visto que é um mercado ainda muito machista(...) 	1
Falta de uma maior preparação técnica	<ul style="list-style-type: none"> • (...) os assuntos cobrados ou não foram vistos durante o curso ou simplesmente ensinaram de forma muito resumida. 	1
Falta de suporte	<ul style="list-style-type: none"> • (...) o instituto não se prontifica a ajudar de forma alguma o estudante 	1

da instituição	na busca de oportunidades de estágio! muito menos buscar parceiros no mercado local de camaçari que não absorve o fluxo de estudantes que saem do instituto com o intuito de estagiar.	
-----------------------	--	--

Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Quadro 17: fatores que facilitaram o ingresso no estágio na área de Informática

Categoria		
Fatores que facilitaram o ingresso no estágio na área de Informática		
Subcategoria	Unidade de registro	Nº
Realização de estágio através de projeto desenvolvido no curso do IFBA:	<ul style="list-style-type: none"> • (...) o estagio foi um projeto do próprio curso • Particpei do Projeto ADA, que já funcionou como estagio • O primeiro estágio foi diretamente com o professor do IFBA 	3
Network	<ul style="list-style-type: none"> • Recebi uma indicação de trabalho através de uma amiga(...) • Indicação de professor (...) 	2
Domínio técnico do estudante	<ul style="list-style-type: none"> • (...) bom domínio técnico 	2
Crescimento da área de Informática	<ul style="list-style-type: none"> • A área de TI teve um crescimento vertiginoso nos últimos 5 anos,e a pressa do mercado em mão de obra especializada (acredito eu), que foram motivos relevantes para a relativa 	1

	facilidade que tive em estagiar(...)	
Mérito individual	<ul style="list-style-type: none"> (...) sem esquecer o meu próprio mérito e esforço. 	1
Realização de estágio no próprio IFBA	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhei no ifba 	1

Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Quadro 18: fatores que dificultaram o ingresso no estágio na área de Eletrotécnica

Categoria		
Fatores que dificultaram o ingresso no estágio na área de Eletrotécnica		
Subcategoria	Unidade de registro	Nº
Discriminação de gênero	<ul style="list-style-type: none"> Um dos fatores que mais influenciaram foi ser do sexo feminino (...)as empresas preferem contratar apenas homens, mesmo que para estágio Havia mais oportunidade para os homens nessa área 	3
Falta de preparação técnica	<ul style="list-style-type: none"> Falta de uma maior preparação técnica 	1
Falta de preparação para as seleções de estágio	<ul style="list-style-type: none"> Falta de preparação psicológica e socioprofissional nas seleções para programas de estágio 	1
Falta de suporte da instituição	<ul style="list-style-type: none"> Falta de um suporte da instituição de ensino 	3

	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de planejamento da instituição para a inserção dos seus estudantes na indústria. • eu mesmo corri atras do estagio a instituição não me ajudou em nada 	
--	---	--

Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

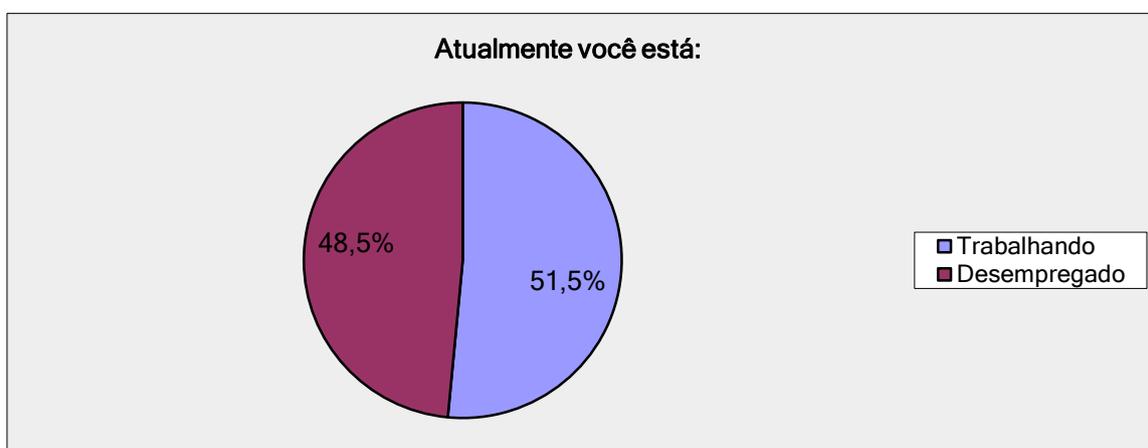
Quadro 19: fatores que facilitaram o ingresso no estágio na área de Eletrotécnica

Categoria		
Fatores que facilitaram o ingresso no estágio na área de Eletrotécnica		
Subcategoria	Unidade de registro	Nº
Network	<ul style="list-style-type: none"> • Porque tive contatos com amigos que trabalhavam na área(...) 	1
Inscrição em programas de estágio	<ul style="list-style-type: none"> • me inscrevi em programas de estágio; 	1

Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

O gráfico 18 apresenta informações acerca da inserção no mercado de trabalho dos estudantes egressos dos cursos técnicos em Informática e Eletrotécnica.

Gráfico 18: inserção no mercado de trabalho

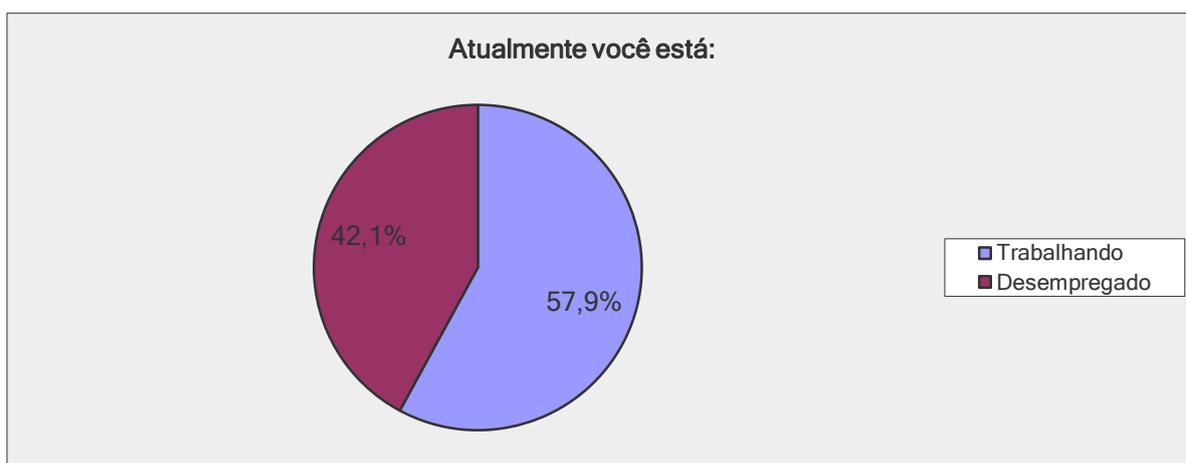


Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Constata-se que 51,5% dos respondentes (17 egressos) estão trabalhando e 48,5% (16 egressos) estão desempregados.

A seguir mostra-se a inserção no mercado de trabalho dos egressos por curso:

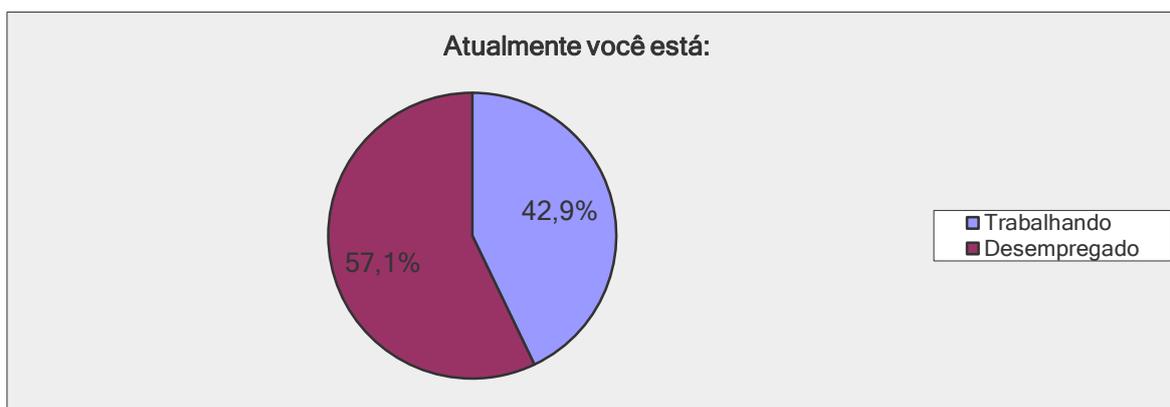
Gráfico 19: inserção no mercado de trabalho dos egressos do curso de informática



Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Verifica-se a partir do gráfico que 57,9% egressos (11 egressos) do curso de Informática estão trabalhando e 42,1% (8 egressos) estão desempregados.

Gráfico 20: inserção no mercado de trabalho dos egressos do curso de Eletrotécnica

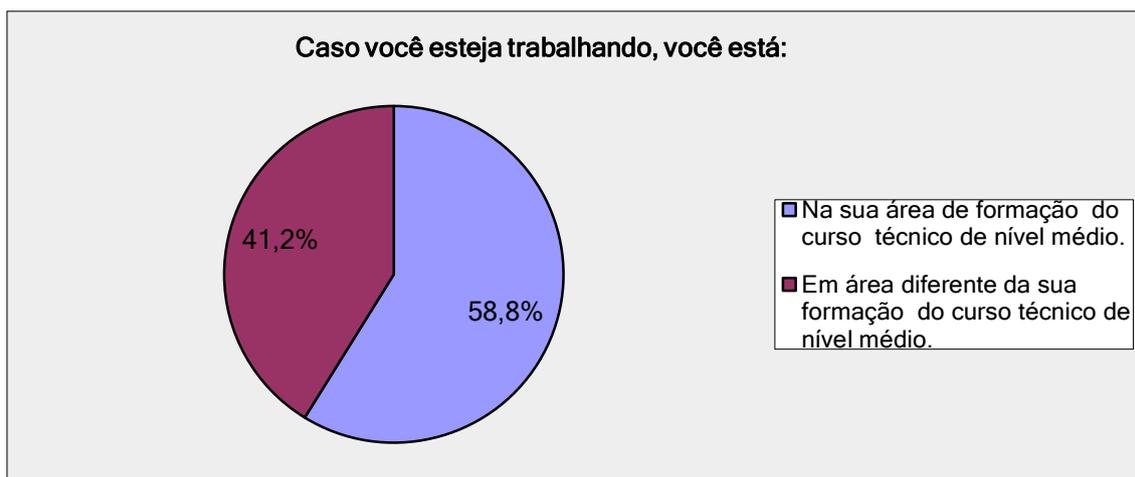


Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Quanto a inserção no mercado de trabalho dos egressos do curso técnico em Eletrotécnica, verifica-se que 42,9% dos egressos (6 egressos) estão trabalhando e 57,1% (8 egressos) estão desempregados.

A área de atuação profissional dos egressos, dos dois cursos técnicos, que estão trabalhando pode ser visualizada no gráfico 17 :

Gráfico 21: Área de atuação profissional dos egressos



Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Verifica-se que 58,8% dos respondentes que estão trabalhando (10 egressos) atuam na sua área de formação do curso técnico de nível médio. Já 41,2% (7 egressos) estão atuando em área diferente da sua formação do curso técnico.

As repostas acerca da área que egressos estão atuando por curso, pode ser visualizada nos gráficos a seguir:

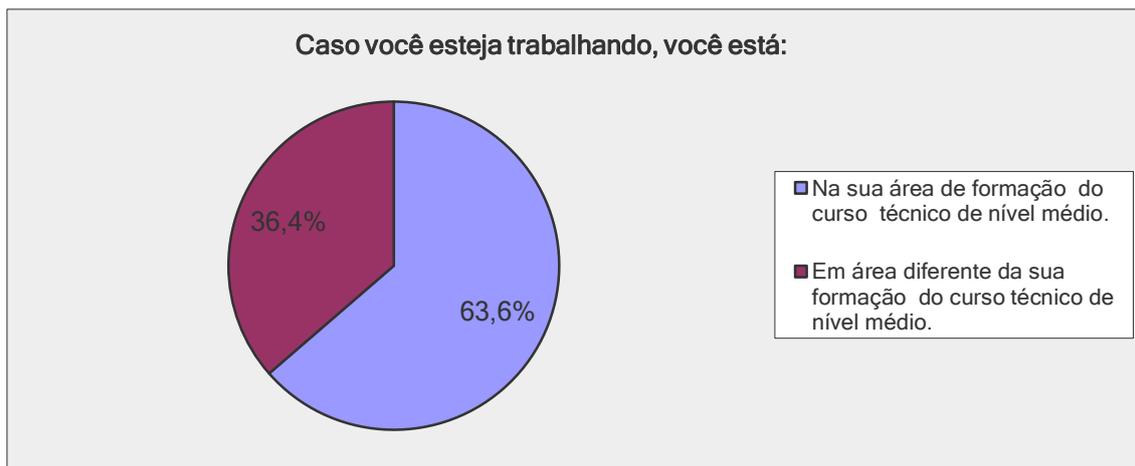
Gráfico 22: Área que egressos do curso Eletrotécnica de estão atuando



Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Observa-se que 50% dos egressos do curso de Eletrotécnica participantes da pesquisa, que estão trabalhando (3 egressos) estão atuando na área de formação do curso técnico de nível médio e outros 50% (3 egressos) estão atuando em área diferente da formação do curso técnico.

Gráfico 23: Área que egressos do curso de Informática estão atuando



Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Observa-se que dos egressos do curso de Informática participantes da pesquisa que estão trabalhando, 63,6% (7 egressos) estão atuando na sua área de formação do curso técnico. E 36, 4% (4 egressos) estão trabalhando em área diferente da formação do curso técnico.

Os egressos que não estão trabalhando na sua área de formação do curso técnico foram indagados sobre os motivos que os levaram a não atuar na sua área de formação, os motivos são expostos no quadro a seguir:

Quadro 20: motivos que levaram o egresso a não atuar na sua área de formação

Categoria		
Motivos explicitados		
Subcategorias	Unidade de registro	Nº
Motivos relacionados à falta de identificação com o curso:	<ul style="list-style-type: none"> • Por não me identificar muito com o curso (...) • Não me identifiquei com o curso, nem com a área técnica em geral(...) • Desinteresse pela área que foi desenvolvida durante o curso. • Não era à minha intenção seguir a área. • Porque não gostei da área, aprendi sim, 	6

	<p>mas não quero exercer isso na minha vida.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não conclui o ensino técnico, conclui meu ensino médio pelo ENEM. E mesmo que tivesse o diploma, não exerceria, não trabalharia com algo que não tenho aptidão 	
<p>Motivos relacionados à falta de estágio na área:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Por falta de estágio • Por que não consegui o estágio 	2
<p>Motivos relacionados à falta de tempo e a prioridade em dedicar-se aos estudos no nível superior:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • (...) horário que seja compatível com a minha universidade. • Estou aproveitando o meu tempo vago, e a possibilidade de apoio familiar, para focar na faculdade. • Estou estudando em período integral na UEFS. • tempo. • Não trabalho hoje na minha área de formação justamente por estar concentrando esforços no curso superior. • até o período em que me encontro na faculdade, os horários não possibilitam que eu trabalhe. • Porque eu estou estudando... 	7

Motivos relacionados a lacunas na formação:	<ul style="list-style-type: none"> • Não possuo CNH, nem curso de NR-10 • Insegurança na formação, acima de tudo. • Dificuldade de ver a pratica dos assuntos ensinados 	3
Motivos relacionados à incompatibilidade com o perfil que empresas exigem:	<ul style="list-style-type: none"> • Por que as empresas preferem pessoas com mais experiências 	1
Motivos relacionados a discriminação de gênero	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas opinam por um perfil masculino 	1

Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Investigou-se as cidades que os egressos dos dois cursos trabalham como mostram os quadros abaixo:

Quadro 21: Cidades que os egressos de Eletrotécnica trabalham

Camaçari
Camaçari
Salvador
Camaçari
Camaçari
Camaçari/Ba
Camaçari

Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Quadro 22: Cidades que os egressos de Informática trabalham

Angra dos Reis/ RJ
Salvador-BA
Camaçari
Salvador
Salvador
Salvador
Salvador, BA
Salvador
Mata de São João
Salvador - BA

Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Buscou-se saber a avaliação dos egressos sobre o mercado de trabalho na área do curso técnico de nível médio na região de Camaçari, demonstrada nos quadros a seguir:

Quadro 23: Avaliação acerca do mercado de trabalho na área de Eletrotécnica em Camaçari

Categoria		
Avaliação acerca do mercado de trabalho na área de Eletrotécnica em Camaçari		
Subcategoria	Unidade de registro	Nº
Mercado amplo	<ul style="list-style-type: none"> • Amplo • camaçari a um extenso mercado de trabalho para o técnico eletrotécnico, devido as diversas empresas, o pólo petroquímico. 	3

	<ul style="list-style-type: none"> • Como ponto positivo, existe o Pólo Petroquímico, que oferece oportunidades na área. 	
Mercado considerado bom:	<ul style="list-style-type: none"> • Boa • Bom • Bom para quem corre atras (...) 	3
Mercado em ascensão:	<ul style="list-style-type: none"> • Em ascensão 	1
Mercado restrito:	<ul style="list-style-type: none"> • Restritivo(...) • Muito restrito para o TÉCNICO. O que ocorre é que acaba-se trabalhando em postos abaixo no nível técnico apesar da formação técnica(...) 	2
Mercado restrito para pessoas sem experiência:	<ul style="list-style-type: none"> • E a maioria das vagas além de pedir certa experiência(...) 	1
Mercado restrito para as mulheres	<ul style="list-style-type: none"> • O mercado de trabalho tem poucas oportunidades para mulheres. (...) 	1
Mercado competitivo:	<ul style="list-style-type: none"> • Bastante concorrida devido a ter muitos profissionais qualificados da área. • Bastante competitivo 	2

Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Quadro 24: Avaliação acerca do mercado de trabalho na área de Informática em Camaçari

Categoria		
Avaliação acerca do mercado de trabalho na área de Informática em Camaçari		
Subcategoria	Unidade de registro	Nº
Oportunidades de trabalho escassas:	<ul style="list-style-type: none"> • Muito a desejar, não existem ofertas (...) • Muito vago e sem grandes oportunidades. • Pobre • Não vejo muita oferta de trabalho na cidade voltada a área • Têm algumas oportunidades, mas comparado com Salvador são bem poucas. • Extremamente fraco. O mercado de camaçari pra desenvolvimento de software praticamente não existe. • Péssimo. Em Camaçari, ser tecnico em informática se resume a consertar computadores.. Apenas problemas de hardware(...) • Escasso • Escasso. • Não muito aprazível. • Fraco, poucas oportunidades. O 	13

	<p>mercado que absorve normalmente é Salvador.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouco aberta. Em Salvador existem mais estágios a oferecer na área de TI. • Na cidade de Camaçari ainda é bem pequena, pouco encontra-se vagas disponíveis na cidade. No entanto, em Salvador a quantidade de vagas é bem alta. 	
Mercado promissor:	<ul style="list-style-type: none"> • Um mercado promissor não só para Camaçari, mas para o Nordeste em si. • (...) o mercado de TI cresceu muito nos últimos anos, apesar da taxa desse crescimento ter reduzido significativamente, e o fenômeno global da pressão da mão de obra faz da área de TI uma área vasta em duas aplicações e aquecida(...) 	2
Mercado exige profissionais experientes e com formação em nível superior:	<ul style="list-style-type: none"> • Duro, a vaga é para estagiário, mas pedem um programador sênior. • (...) as poucas que tem são de alto nível, ou seja, procuram pessoas com experiência e não dão oportunidade para quem já está começando. 	2
Falta de reconhecimento e valorização da área e dos profissionais de TI no país:	<ul style="list-style-type: none"> • (...) O Brasil porém ainda não dá o reconhecimento necessário à área e aos profissionais a exemplo disso é que somente agora se cogita a criação de um Conselho nacional, para deliberar sobre as necessidades dos 	1

	profissionais de TI. (...)	
--	----------------------------	--

Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

As mudanças ocorridas na vida pessoal e profissional dos egressos dos dois cursos técnicos, participantes da pesquisa, através da contribuição dos cursos técnicos de nível médio em Eletrotécnica e Informática – modalidade integrada- podem ser visualizadas no quadro abaixo:

Quadro 25: Mudanças ocorridas na vida pessoal e profissional

Categoria		
Mudanças ocorridas na vida pessoal e profissional		
Subcategoria	Unidade de registro	Nº
Mudanças relacionadas ao crescimento pessoal	<ul style="list-style-type: none"> • Foi de suma importância, pois cresci pessoal (...) • Maturidade • (...) o ensino do ifba contribuiu muito para me tornar a pessoa que sou hoje • Na vida pessoal, um limite que foi transposto. • Apesar de não ter seguido na área, o crescimento pessoal adquirido durante o período do curso é inegável • Mudanças de Carater, Relacionamento pessoal... • Na vida pessoal, crescimento e amadurecimento. • Muitas mudanças apenas na area pessoal, cresci demais em todos os aspectos. Sou mais forte, corajosa, não desisto fácil e tudo isso atribuo ao IFBA. • Na minha vida pessoal creio já ter falado 	12

	<p>anteriormente quando disse que me sinto mais capaz de estudar e superar problemas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Habilidade de ser auto-didata, lidar com pressão, oratória • Muitas, entrei com um pensamento e sai com outro totalmente diferente. • Entre as mudanças mais essenciais cito o amadurecimento pessoal, profissional, a criação de responsabilidade, o ritmo de estudos(...) 	
Ampliação do conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> • (...)e aprendi a lidar com a sociedade e com as pessoas ao redor. • Crescimento intelectual • Meu conhecimento aumentou. tenho mais segurança ao fazer um vestibular. • (...) conhecimento do que é área que estou inserido e gosto pela mesma. • Tenho maior facilidade de compreensão em determinados assuntos e áreas do que tive antes do curso no IFBA • base que recebi tenho boa capacidade ao desenvolver as atividades o trabalho e na faculdade • aperfeiçoamento técnico 	7
Formação crítica e cidadã	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do senso crítico • Posso afirmar que o antigo cefet foi fundamental para minha formação político social, enquanto mulher, líder e participante de movimentos sociais. • Me tornei mais útil socialmente • (...) tive oportunidade de desenvolver um senso crítico que me acompanha ate 	5

	<p>hoje(...)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acentuado pensamento político 	
Aprendizado de uma profissão:	<ul style="list-style-type: none"> • O curso me serviu para expor o AutoCad, cujo o mesmo me apresentou. Com a conclusão me especializei na área onde atuo até o momento. • Na minha área profissional me garante uma formação para o mercado de trabalho(...) • O ingresso no IFBA trouxe uma mudança considerável na minha vida. Não só pela profissão que aprendi(...) • É satisfatório saber que você possui uma profissão e é apto a trabalhar ou aplicar os conhecimentos mesmo que não esteja trabalhando. 	4
Mudanças relacionadas a inserção no mercado de trabalho:	<ul style="list-style-type: none"> • O curso me possibilitou ter uma melhor colocação no mercado de trabalho • Através do curso consegui me inserir de forma rápida ao mercado de trabalho (...) • Aquisição de novas oportunidades de trabalho(...) 	3
Nenhuma mudança:	<ul style="list-style-type: none"> • no momento nenhuma • Nenhuma • Nenhuma muito relevante 	3
Mudanças relacionadas as condições econômicas:	<ul style="list-style-type: none"> • Sobretudo emancipação financeira • só em caráter financeiro e profissional 	2
Mudanças relacionadas a formação acadêmica e	<ul style="list-style-type: none"> • Acadêmica: Cursando ensino superior em algo que tenho grande estima e tenho prazer em estudar e sou bolsista- 	

continuidade dos estudos:	<p>pesquisadora no grupo de pesquisa da Universidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> (...) condição de ingresso e continuidade no ensino superior. 	2
Crescimento profissional:	<ul style="list-style-type: none"> crescimento profissional No lado profissional o peso que o nome de um instituto federal carrega me abriu algumas portas na vida. 	2
Valorização:	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecimento 	1

Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

A seguir são apresentados os dados obtidos através das entrevistas com os administradores e coordenadores do IFBA campus Camaçari.

Buscou-se saber a opinião dos entrevistados sobre a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, na qual o campus Camaçari se insere neste cenário de expansão.

Quadro 26: Aspectos positivos e negativos da expansão da Rede Federal de Educação Profissional

Categoria:		
Aspectos positivos e negativos da expansão da Rede Federal de Educação Profissional		
Subcategorias	Unidade de registro	Nº
Interiorização dos institutos	<p>(...) por esse aspecto o governo federal realmente conseguiu atingir os estudantes que estão na aérea urbana, mais distante da central, e de municípios circunvizinhos a capital.</p> <p>A expansão eu acho importantíssima porque tá levando de fato a educação técnica e superior pra esse interiorzão do nosso país...</p> <p>(...) Melhorou assim da água pro vinho, eu diria, principalmente, foi basicamente no governo de Lula, foi</p>	4

	<p>a interiorização do ensino tecnológico (...)</p> <p>a gente tá ampliando e levando a municípios mais distantes uma educação pública e de qualidade. Isso é um ponto positivo (...)</p>	
Dificuldades na contratação de servidores	<p>(...) lança o concurso, não tem banco, como a gente não tem agora, banco de professores, nem de técnicos(...)</p> <p>(...) tá tendo concurso pra técnico agora, tem projeção de ter concurso pra professor de novo, muitas vezes não tem nas áreas que você solicitou professor qualificado pra aquilo, ou não atendeu o número de vagas de técnico, você fica defasado nesse ponto.</p> <p>(...) Eletromecânica, Eletrotécnica você tem muito isso. Porque é uma área lá fora que tá crescendo muito, tá desenvolvendo muito. Então muitas vezes eles preferem ficar lá fora, só vem pra cá no final da carreira.</p>	3
Defasagem na aprendizagem de conteúdos dos alunos que ingressam na instituição	<p>(...) os alunos oriundos de ensino que muitas vezes no interior na rede municipal o ensino tem ficado a desejar (...)</p>	1
Democratização do acesso a educação profissional	<p>os alunos, boa parte desses jovens está tendo acesso a uma educação que não tinha anos atrás(...)</p>	1
Necessidade de estudo de demanda dos cursos a serem ofertados na região	<p>O projeto é muito bom, muito lindo, mas quando chega na prática , na ponta , não existe uma pesquisa, não existe um apoio da comunidade, não existe uma busca da comunidade pra saber quais são os melhores cursos, melhores modalidades que a gente pode ter e acaba não refletindo no resultado esperado.(...)Eu acho que deveria ter uma pesquisa , ter um estudo.(...)</p>	1
Falta de incentivo do governo para interiorização	<p>(...) o instituto tem que ir e logo depois tem que também uma mobilização federal para incentivo as grandes empresas se regionalizarem também, se expandirem também para o interior (...) Além da</p>	1

das empresas	política de expansão educacional deveria ter uma política de expansão empresarial e por aí vai. Não adianta você expandir a educação técnica e superior pra o interior do país, pra regiões do país e centralizar todas as empresas e grandes indústrias no sudeste do país(...)	
Criação de novos campi	Então nós começamos até então, saímos do governo Fernando Henrique com se não me falha a memória com em torno de 140 escolas no Brasil. Hoje nós já estamos com mais de 550 escolas.(...)	1
Maior autonomia dos campi	Com a transformação de Cefet em Instituto Federal em 2008, através da lei 11892, que foi publicada em 29 de dezembro de 2008, nós passamos a ter uma autonomia administrativa , financeira e contábil (...)	1
Insuficiência de recursos para contratação de mão-de obra e compra de equipamentos	(...)O negativo que eu acho que muitas vezes o recurso pra isso de mão de obra e pra equipamento ele não corresponde a área física que eu vou ter com uma estrutura dessa montada no município (...) você tem que ter ainda um recurso pra mão de obra, que é professor que você tem que contratar, técnico administrativo que você tem que contratar e equipamentos. Qual o curso que vai dar? Cada curso tem sua especificidade. Então você precisa as vezes de laboratório específico e que você não tem o recurso suficiente pra montar.	1

Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Indagou-se dos entrevistados sobre os recursos financeiros disponíveis para o campus para atender os objetivos dos cursos técnicos de nível médio do campus.

Quadro 27: Opinião sobre os recursos financeiros

Categoria		
Opinião sobre os recursos financeiros		
Subcategorias	Unidade de registro	Nº
Suficiência dos recursos	(...) a questão é se você tiver um pouco de discernimento, de bom senso e pensar se você estivesse no outro lado enquanto aluno o que	1

financeiros	gostaria que sua escola tivesse, que é o que normalmente eu procuro fazer : é pensar como se eu estivesse sendo o aluno. Então se for assim, você tem condições plenas pra gerir os recursos sem deixar faltar nada pra que transcorra com normalidade a administração.(...)	
Papel do gestor na administração dos recursos	(...) O que deve ser feito pelo gestor é saber administrar e administrar bem os recursos para que não falte nada para o bom andamento do ensino(...)	1
Proporcionalidade na divisão dos recursos entre os campi pela quantidade de alunos	(...) temos que lembrar que nós estamos em fase de implantação no Brasil e esse recurso, esse bolo né, tem que ser dividido igualmente. Porque não é justo que uma escola com cinco mil alunos, por exemplo, venha ter o mesmo recurso que uma escola que esteja em implantação com seiscentos alunos. É proporcional, é justo essa proporcionalidade(...)	1
Entraves impostos pelo governo na liberação dos recursos financeiros	Já houve atraso na liberação dos recursos de quase um semestre. Tivemos em 2012-2013 a liberação dos recursos do orçamento do ano na segunda quinzena de abril, salvo engano, início até de maio. (...) (...) Então é difícil você administrar desse jeito, porque você tem que fazer um planejamento, quando chega em novembro o governo recolhe o dinheiro. Então tem que ser um corre- corre pra você poder efetivar uma compra, fazer uma licitação. Então, tem sempre alguns entraves que nós dependemos. Seguramente, essa atitude do governo de todo final de ano recolher o recurso é porque existe uma coisa chamada, que eles tem que prestar contas: superávit primário. (...)	3
Autonomia para administrar os recursos financeiros	(...)O que eu sei é que o dinheiro antes vinha da Reitoria e a Reitoria fazia as divisões. Com a criação dos Campis e do Instituto, eles tiveram uma certa autonomia. Então em função desse número de alunos já vem o montante pra cada campus, chega o dinheiro no campus e ele administra esse dinheiro	1

Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Através da pesquisa são apresentadas as condições de implantação do campus em termos de recursos humanos, materiais e infraestrutura.

Quadro 28: condições de implantação do campus em termos de recursos humanos, materiais e infraestrutura

Categoria		
Condições de implantação do campus em termos de recursos humanos, materiais e infraestrutura		
Subcategorias	Unidade de registro	Nº
Dificuldades na contratação de docentes para atender os cursos	(...)porque nós tínhamos, quando foi aberto o campus Camaçari não foi aberto concurso público para professores de Camaçari o que foi feito, os códigos de vaga para Camaçari foram contratados os professores concursados de outras unidades, ou seja , eu tive professor aqui que não tinha nada ver com os cursos que nós iríamos iniciar, então eu tive que sair negociando com outras unidades de ensino a troca desse profissional por um outro profissional a fim de atender os cursos de informática e eletrotécnica,(...) que dificulta eu acho que é o que eu acabei de falar, são as vezes a qualificação de determinados profissionais(...)	2
Dificuldades para montar laboratórios	(...) e de alguns laboratórios que a gente precisa pra tá compondo determinados cursos. E tem cursos, por exemplo, que esses laboratórios são muito mais caros. O de Mecatrônica, por exemplo, é um laboratório caro. Aí você acaba dificultando essas coisas também. Só gostaria de dizer que um dos problemas que nós ainda temos é a própria questão do protocolo no serviço público de um modo geral, nós para adquirirmos determinados equipamentos pra laboratórios, equipamentos, maquinários que as vezes dão defeito existe um tempo, que faz parte do próprio processo de licitação , de compras. Esse sistema de um modo geral que é o sistema do nosso governo ele ainda é um pouco lento(...)	2
Excelente espaço físico e	Eu acho que aqui a estrutura física, a estrutura de	1

estrutura de pessoal	pessoal é excelente.	
Espaço Físico limitado na sede provisória	Quanto a estrutura, quando nos chegamos, nos tivemos dificuldades, porque nos estávamos numa sede provisória e o que nos tínhamos , principalmente nosso espaço físico, era muito complicado para trabalhar(...) nós não podíamos nem comprar materiais, instrumentos, nós não tínhamos nem onde guardar	1
Ampliação do Espaço físico com a construção da sede própria	Quando nos mudamos e migramos pra nossa sede própria esse problema está sendo passo a passo resolvido e cada dia que passa melhora. Porque nós temos bastante espaço físico, estamos construindo, ampliando com a construção de um prédio anexo e com a possível implantação de uma terceira modalidade de um curso técnico	1

Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

O quadro a seguir apresenta os fatores apontados pelos entrevistados que contribuíram para a definição dos curso técnicos que seriam executados no IFBA campus Camaçari.

Quadro 29: Critérios para definição dos cursos técnicos de nível médio implantados no campus

Categoria		
Critérios para definição dos cursos técnicos de nível médio implantados no campus		
Subcategorias	Unidade de registro	
Audiências públicas com a participação de diferentes atores do município	(...) convidou pra participar de algumas audiências públicas aqui em Camaçari exatamente para a definição de quais seriam os cursos a serem implantados aqui. Eu estive então na prefeitura e nas salas de reuniões com vários segmentos da sociedade como ONGs, instituições daqui de ensino também, sindicatos(...) (...) foram várias oportunidades e várias reuniões até que nós chegamos a um nome de alguns cursos (...)	2
Otimização dos espaços físicos	(...) assim que foram definidos esses dois cursos mediante audiências públicas e depois de uma análise	2

e do corpo docente como critérios para escolha dos cursos implantados	<p>sobre espaços físicos. Porque pra você fazer uma implantação de cursos se você tem um número limitado estabelecido pelo MEC de docentes e também estabelecido um limite de áreas físicas de laboratório, você tem que escolher cursos onde você possa maximizar a utilização desses espaços físicos e também do corpo docente.</p> <p>(...) Não dava pra ficar criando vários cursos pulverizando docentes, se depois não ia ter mais código de vaga pra contratar outros docentes, o curso ia ficar pela metade(...)</p>	
---	--	--

Fonte: Resultado da Pesquisa (2014)

Buscou-se saber a opinião dos entrevistados sobre a meta prevista no Termo de Acordos de Metas e Compromissos celebrado entre o IFBA e o MEC que diz respeito ao alcance do índice de eficácia da Instituição, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas. Como mostra o quadro a seguir:

Quadro 30: alcance da meta prevista pelo MEC de conclusão dos cursos

Categoria		
Alcance da meta prevista pelo MEC de conclusão dos cursos		
Subcategorias	Unidade de registro	Nº
Inviabilidade do alcance da meta estipulada pelo MEC	<p>Olha eu pra mim esse acordo de metas é uma utopia (...)</p> <p>Então, tem que ser revisto esse termo de acordo de metas tá, não é possível dessa forma atender.</p>	2
Dificuldades relacionadas à contratação de servidores	Porque da mesma forma que o governo estabeleceu esse acordo de metas ele dificultou a contratação de servidores (...)	1
Dificuldades relacionadas à vulnerabilidade social dos	A outra coisa é mais na ordem econômica social, então vulnerabilidade social deles é muito grande, às vezes ele mora distante do município também, é transporte, tem essa bolsa, mas que não ajuda totalmente. O curso é integrado então tem	1

estudantes	disciplinas no turno oposto, duas vezes na semana ele é obrigado a ficar o dia todo na escola. Isso significa alimentação. Então isso tudo dificulta muito.	
Dificuldades relacionadas a evasão e retenção dos alunos	<p>(...) ele criou o ENEM, quer dizer o aluno chega no terceiro ano faz o ENEM, passou, e agora com o SISU ele vai abandonar o ensino técnico. E aí esse acordo de metas foi por água abaixo.</p> <p>(...) Nós temos um problema sério com os alunos que entram (...) nós estamos percebendo que os alunos estão vindo sem base e por conta disso muita repetência tem ocorrido, ou seja, no meu entendimento, eu acho que deveria haver a federalização do ensino fundamental</p> <p>(...) Ninguém consegue nessas condições que acabei de apresentar cumprir esse termo de metas. Fora esses fatores de falta de bagagem, falta de conhecimento do aluno que ingressa na instituição, o Enem, tem situações de alunos que vem pra cá fazer um curso técnico porque os pais querem que ele faça um curso técnico, porque aqui é um ensino de qualidade é gratuito. E eles quando percebem que não é a praia deles, terminam por perder por abandonar, então outro fato desmotivador para que ele continue estudar. Então, enquanto isso não for resolvido, enquanto não tiver uma formação sólida de primeiro grau, é difícil(...)Mas tem esses fatores que influenciam diretamente, seja na retenção do aluno, seja na evasão do aluno.</p> <p>(...)foi questionado inclusive em todos os campi nessa reunião e que ficou de fazer primeiro esse trabalho de estudo de evasão, o que a gente vai fazer primeiro pra fortalecer esse aluno que tá entrando, porque o que a gente tava verificando foi isso, que o número de vagas tava diminuindo em função dos repetentes, porque primeiro você tem duas turmas: por exemplo uma quarenta, quarenta, dá oitenta, mas eu tenho vinte repetentes, eu não vou ofertar mais oitenta, eu vou ofertar 60. E isso tá acontecendo direto, não</p>	4

	só no campus Camaçari, mas em todos os campi.	
Dificuldades relacionadas à redução do orçamento da assistência estudantil	<p>(...) como é que ele vem e determina 70, 80% dessa taxa de conclusão se nem sequer ele estimulou ou procurou fazer um trabalho que você fortaleça esse menino pra ficar na escola, dê condições a esse menino pra ficar na escola. Em contrapartida nesse mesmo ano que chegou esse plano de metas ele reduziu 30%, por exemplo, do orçamento da assistência social, e aí como é que você vai corresponder a essa meta. É muito difícil(...)</p> <p>(...) E aí em contrapartida ele vem e tira 30% da assistência social. E aí você vai estimular esse aluno com transporte, com alimentação, tá ajudando ele com um pouco mais de transporte alimentação pra ele vir pra escola, você vem e tira esses 30%, reflete diretamente nessa permanência dele.</p>	2
Ações do campus para combater a retenção e evasão dos estudantes e promover a permanência dos discentes	<p>(...) nós estamos agora inclusive já recebemos o material de didático para o reforço dos alunos que estão ingressando na instituição, reforço de matemática , português e cidadania, curso semipresencial(...)</p> <p>(...)Uma conscientização nós temos feito em todo ano nos temos visitado as escolas de primeiro grau, falado a respeito dos nossos cursos, inclusive nós convidamos as escolas a virem conhecer de perto(...)</p> <p>(...) curso de nivelamento por parte dos professores da área técnica, de matemática inicialmente e depois português. Ta vindo agora o em EAD pela PROEN, que acho que vai aumentar a oferta de nivelamento. (...)</p> <p>Temos as pedagogas e assistentes sociais que dão também o apoio familiar, que você reeduca esses pais pra tentar ajudar a gente a manter este aluno e estimular pra que ele continue aqui.</p> <p>A instituição ela na sua parte de organização didática ela já fala sobre as ATAS, os</p>	5

	<p>atendimentos aos alunos, isso é um ganho muito grande, onde os alunos poderão fazer revisões e tirar dúvidas com o próprio professor da disciplina. Isso já é um ganho muito importante. A questão também de cursos de reforço que tem sido oferecidos aos alunos, as vezes no final de semana os interessados comparecem para fazer essas aulas de reforço, principalmente nas áreas de exatas e também alguns casos cursos de férias, cursos de extensão que tem sido oferecidos e os professores as vezes alguns se propõe a também dar aulas em turnos opostos. (...)</p>	
--	--	--

Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Buscou-se investigar quais fatores que facilitam e dificultam a implantação do campus e o funcionamento dos cursos técnicos de nível médio.

Quadro 31: fatores que facilitam e dificultam a implantação do campus a execução dos cursos técnicos

<p align="center">Categoria</p> <p align="center">Fatores que facilitam e dificultam a implantação do campus a execução dos cursos técnicos</p>		
Subcategorias	Unidade de registro	Nº
<p>Fatores que dificultam relacionados ao currículo e carga horária dos cursos</p>	<p>O outro ponto é a carga horária, a carga horária hoje no curso das disciplinas(...)hoje você tem tínhamos 2400 horas, depois veio a obrigatoriedade de Sociologia e Filosofia todos os anos, então tem que ter nos quatro anos, agora tem a segunda língua, que é optativa, que é no caso espanhol e agora vai ter parece que música, obrigatório, ou seja , ou o aluno vai ter que ficar aqui cinco anos pra fazer um curso técnico ou tem que ser revisto isso aí(...)</p> <p>(..). Então a gente teve dificuldade no início, porque a proposta era um plano piloto que a gente ia fazer o curso em três anos. Aí eu acho que teve dificuldade, foi uma dificuldade maior, inclusive a gente viu que essa evasão ficou maior, porque o aluno ficava o dia inteiro na escola e não tinha</p>	<p>5</p>

	<p>como ser diferente pra atender a carga horária, a carga horária mínima exigida pro curso médio integrado pelo próprio MEC .</p> <p>Acho que o importante que eu falei é que poderia remodelar essa modalidade. E isso foi conversa com os próprios alunos que eu tive, eu acharia interessante de fato remodelar o currículo. Onde os dois primeiros anos fossem de fato disciplinas do ensino médio e aí com uma maturidade maior eles pudessem escolher, no nosso campus especialmente temos dois cursos, então ele poderia escolher lá no terceiro o ano o curso que ele queria seguir(...)</p> <p>Tanto TI quanto Eletrotécnica ,os coordenadores de curso, já sinalizaram a necessidade de fazer alguma alteração na grade em função inclusive desses problemas que a gente já identificou: a chegada desses meninos as vezes sem saber exatamente qual o curso, pra que veio e chegam com a defasagem muito grande em Matemática e Português. Então a gente tá vendo essa possibilidade</p>	
Fatores que dificultam relacionas a falta de interação entre as áreas do conhecimento	(...) o que falta é o entrosamento dessa área propedêutica com a área técnica, eu acho que precisa ter um trabalho aí pra você estimular essa interdisciplinaridade (...)	1
Fatores que facilitam relacionados a estrutura física	Estrutura física facilita muito. Então 100% das aulas técnicas acontecem em laboratório. Isso é muito importante pra um curso técnico.(...)	1
Fatores que facilitam relacionados a assistência estudantil	apoio pra os alunos, as bolsas que eles recebem, os projetos que tem	1
Fatores que dificultam relacionados a	o que mais dificulta é a base de conhecimento . Os alunos tão chegando aqui com um conhecimento zero, e os professores tem que de	3

<p>falta de base dos alunos</p>	<p>alguma forma tirar essas lacunas que trazem de lá de fora do ensino fundamental.</p> <p>novamente a gente frisa , a evasão ela se dá principalmente pela fragilidade dos alunos, alguns alunos chegam e começam a ter sérios problemas com a área de exatas, no curso específico de eletrotécnica eles precisam de uma base de matemática aí o aluno chega de uma instituição externa com bastante problemas com matemática e isso reflete também nas disciplinas técnicas(...)</p> <p>Eu volto a frisar aquela questão da base, os alunos de um modo em geral quando eles chegam em curso técnico e isso também aconteceu comigo , os que não conhecem nada da área técnica, existe um tempo pra eles se adaptarem. Então muitas vezes eles chegam lá e depois que descobrem de fato o que é as disciplinas técnicas específicas, as vezes eles sofrem uma certa desilusão “ ah ! não era bem isso o que eu queria” e alguns desistem e isso torna essa taxa de evasão um pouco elevada</p>	
<p>Fatores que dificultam relacionados a evasão</p>	<p>No integrado tá ocorrendo muita evasão nos últimos anos por conta do vestibular, os alunos estão passando no Enem, estão passando no vestibular e estão abandonando de fato o curso. (...)</p>	1
<p>Fatores que dificultam relacionados a falta de maturidade do aluno que ingressa muito jovem no curso</p>	<p>Por não ter uma maturidade de ter consciência do que é curso técnico mesmo. Entram mais pra ter um ensino médio de qualidade e escolhem outras áreas, é natural</p> <p>Primeiro, a idade , hoje você tem alunos que vem aqui pro curso ainda com treze , quatorze anos que não tem ainda um amadurecimento, um discernimento até mesmo do que é o curso técnico e o que ele vai aprender, que aquilo vai ser uma profissão pra ele (...).</p> <p>(...) Eu acho que um aluno de quatorze anos não tem maturidade suficiente pra decidir uma profissão, um curso que ele queira seguir(...)</p>	3

Dificuldades para montar laboratórios	(...) outro aspecto a ser avaliado e ponderado é a questão da necessidade de laboratórios, existem algumas áreas específicas que a instalação de laboratórios é extremamente caro, então nem sempre os recursos chegam com tanta facilidade, a questão da licitação , o tempo pra que esses equipamentos cheguem isso as vezes dificulta	1
Dificuldades relacionadas a falta de estudo de demanda que identifique a vocação da região	(...) e também a pesquisa que tem que ser feita na região para que esse curso técnico seja um curso que atenda a vocação daquela região, o que aquela região faz. Então o principal, as vezes alguns cursos não tem dado certo porque essa pesquisa não tem tido essa preocupação, os pesquisadores quem dirige, de saber de fato qual a vocação da região. Uma vez isso sendo identificado com precisão, com exatidão, o curso tem tudo pra ser sucesso naquela determinada região.	1
Realização de estudo de demanda dos cursos como fator facilitador	O que facilita, geralmente quando a gente faz esses cursos a gente faz um estudo de demanda nos municípios (...)	1
Falta de espaço físico próprio	(...) dificuldade inicial da divisão do espaço físico que não era nosso, da prefeitura (...)	1
Atrasos na construção da sede própria	(...) nós tivemos também um problema no que diz respeito a construção da nossa sede própria, porque para termos ela pronta, de fato pra uso, ou pelo menos parcialmente pronta pra uso, foram três construtoras que começavam a obra depois paravam , aí tinha outro edital, e essa obra se atrasou(...)	1

Fonte: Resultados da Pesquisa (2014)

Questionou-se acerca do apoio da instituição no que tange a inserção profissional dos estudantes:

Quadro 32: apoio da instituição no que tange a inserção profissional dos estudantes

Categoria: apoio da instituição no que tange a inserção profissional dos estudantes

Subcategorias	Unidade de registro	Nº
Necessidade de uma maior aproximação e divulgação dos cursos oferecidos no campus para as empresas	Esse é um ponto que deve ser mais visto, porque, aqui pelo nosso campus, porque a ideia é ir até a empresa, até porque nós somos uma instituição recém implantada, (...), se nos não formos até a empresa pra dizer nos estamos aqui, nosso profissional é esse, temos profissional na área de eletrotécnica, na área de informática e com essa formação deem a eles a oportunidade de mostrar o seu conhecimento.(...) E a gente tá querendo fazer agora tipo um workshop. A gente vai convidar algumas empresas pra virem aqui no campus. E aí a gente vai fazer palestras. (...)	2
Papel da Coordenação de estágio na orientação para o estágio	E a gente tem a coordenação de estágios por curso, que esses profissionais mantem contato com algumas empresas e a gente tenta facilitar esse mercado. Ele não faz esse link, não faz essa ligação, ele facilita pra isso. A gente tem a orientação por parte dos coordenadores(...)	1
Parcerias com Centros de integração empresa e escola	Essa semana, por exemplo, a gente conseguiu colocar o balcão do CIEE, que é o Centro integrado de estágio educacionais. Foi muito positivo. E os meninos se inscreveram todos. (...)	1

Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

Indagou-se acerca do alinhamento dos cursos técnicos com as demandas das empresas da região:

Quadro 33: alinhamento dos cursos técnicos com as demandas das empresas da região

Categoria		
Alinhamento dos cursos técnicos com as demandas das empresas da região		
Subcategoria	Unidade de registro	Nº
Problemas relacionados ao mercado de trabalho no município na área	Da região não, essa é a expansão errada que eu lhe falei(...) Fora isso eu acho que TI tem um leque de opções que você pode trabalhar com programação,	3

de Informática	<p>softwares, manutenção, é uma área muito grande e o curso da gente é voltado pra programação. Que é uma área aí fora muito concorrida. Outra coisa que a gente acha que prejudica aqui : os estágios em Camaçari, nessa área de programação é muito pouco, a maioria você encontra em Salvador (...)</p> <p>Mas o problema de TI grande é estágio aqui em Camaçari , a maioria é fora. (...)</p>	
<p>Alinhamento do curso de Eletrotécnica com as demandas das empresas da região</p>	<p>(...) Já Eletrotécnica e gente tem o polo todo com essa proximidade. (...)</p> <p>(...) a área de Eletrotécnica especificamente, com a ampliação que tá acontecendo no Polo, o nosso polo ele não pode mais ser considerado somente um polo petroquímico, é um polo com um área de diversidade muito ampla e também na área petroquímica nos também temos tido empresas que estão se implantando nessa região e elas estão a cada dia procurando os estudantes que se formam (...)</p> <p>(...) a área de eletrotécnica é uma área bastante ampla e versátil, onde o aluno ele poderá trabalhar desde instalações até instalações residenciais , prediais com o mercado da construção em alta, construção civil, esses alunos tem esse espaço, a parte de projetos, iluminoteca, a parte das concessionárias de energia, na parte de geração, de distribuição de energia, tanto nas concessionarias que absorvem esses alunos como as empresas terceirizadas junto a essas concessionárias, no nosso caso, na nossa região, Chesf e Coelba e aí essa absorção se expande mais quando ela vai pras industrias(...)</p>	3

Fonte: Resultados da pesquisa (2014)

7. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção busca-se analisar os resultados da pesquisa obtidos através da aplicação das entrevistas e questionários, e apresentados no capítulo anterior. O propósito desse estudo é avaliar, sob o ponto de vista da efetividade e eficácia das ações voltadas para a formação técnica, o processo e o resultado da implantação da política pública de educação profissional no IFBA campus Camaçari. Neste sentido, opta-se por analisar os dados a partir de três aspectos: 1) A implantação dos cursos técnicos do IFBA campus Camaçari no contexto da Expansão; 2) Metas; 3) Inserção acadêmica e profissional dos estudantes egressos dos cursos técnicos de nível médio – modalidade integrada.

7.1 A implantação dos cursos técnicos do IFBA campus Camaçari no contexto da Expansão

A implantação do IFBA campus Camaçari faz parte do plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, expansão que de acordo com o MEC tem o objetivo de interiorizar e ampliar o acesso à educação profissional no país. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

Com o objetivo de expandir, ampliar, interiorizar e consolidar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, democratizando e ampliando o acesso a vagas na educação profissional, no ano de 2005, ocorre a 1ª fase do plano de Expansão. Com a criação das unidades de Santo Amaro, Porto Seguro, Simões Filho e Camaçari. (PPI- Projeto Pedagógico Institucional do IFBA, 2013)

Tanto as informações divulgadas pelo MEC quanto o PPI do IFBA afirmam que o objetivo do plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional é o de interiorizar e ampliar o acesso à educação profissional, nesse contexto o IFBA campus Camaçari é inaugurado em 2007, na época unidade do CEFET.

Os depoimentos dos membros da administração e coordenação de cursos do IFBA campus Camaçari apontam pontos positivos e negativos da expansão. A interiorização do Instituto é colocada como um ponto positivo:

(...) por esse aspecto o governo federal realmente conseguiu atingir os estudantes que estão na aérea urbana, mais distante da central, e de municípios circunvizinhos a capital.

A expansão eu acho importantíssima porque tá levando de fato a educação técnica e superior pra esse interiorzão do nosso país(...)

(...) Melhorou assim da água pro vinho, eu diria, principalmente, foi basicamente no governo de Lula, foi a interiorização do ensino tecnológico (...)

A gente tá ampliando e levando a municípios mais distantes uma educação pública e de qualidade. Isso é um ponto positivo (...)

Outros fatores positivos apontados foram à criação e autonomia dos novos campi:

Então nós começamos até então, saímos do governo Fernando Henrique com se não me falha a memória com em torno de 140 escolas no Brasil. Hoje nós já estamos com mais de 550 escolas.(...) Com a transformação de Cefet em Instituto Federal em 2008, através da lei 11892, que foi publicada em 29 de dezembro de 2008, nós passamos a ter uma autonomia administrativa , financeira e contábil (...)

Por meio das entrevistas é possível verificar também as fragilidades do processo de expansão a partir do contexto de implantação do IFBA campus Camaçari, como mostram os depoimentos a seguir:

O projeto é muito bom, muito lindo, mas quando chega na prática , na ponta , não existe uma pesquisa, não existe um apoio da comunidade, não existe uma busca da comunidade pra saber quais são os melhores cursos, melhores modalidades que a gente pode ter e acaba não refletindo no resultado esperado.(...)Eu acho que deveria ter uma pesquisa , ter um estudo.(...)

(...) e também a pesquisa que tem que ser feita na região para que esse curso técnico seja um curso que atenda a vocação daquela região, o que aquela região faz. Então o principal, as vezes alguns cursos não tem dado certo porque essa pesquisa não tem tido essa preocupação, os pesquisadores quem dirige, de saber de fato qual a vocação da região. Uma vez isso sendo identificado com precisão, com exatidão, o curso tem tudo pra ser sucesso naquela determinada região.

Vidor et. al (2009) trazem que a Rede Federal, através dos Institutos Federais, tem o papel de contribuir para o desenvolvimento educacional e socioeconômico de diversas regiões do país a fim de responder as demandas por educação profissional.

No entanto, os depoimentos acima apontam a necessidade de um estudo de demanda dos cursos a serem ofertados a fim de que sejam atingidos os propósitos da política pública.

Verifica-se a partir dos dados das entrevistas que os critérios adotados para definição dos cursos implantados foram à realização de audiências públicas com a participação de diferentes atores do município e a otimização dos espaços físicos e do corpo docente:

(...) convidou pra participar de algumas audiências públicas aqui em Camaçari exatamente para a definição de quais seriam os cursos a serem implantados aqui. Eu estive então na prefeitura e nas salas de reuniões com vários segmentos da sociedade como ONGs, instituições daqui de ensino também, sindicatos (...)

(...) assim que foram definidos esses dois cursos mediante audiências públicas e depois de uma análise sobre espaços físicos. Porque pra você fazer uma implantação de cursos se você tem um número limitado estabelecido pelo MEC de docentes e também estabelecido um limite de áreas físicas de laboratório, você tem que escolher cursos onde você possa maximizar a utilização desses espaços físicos e também do corpo docente.

Outro ponto negativo apontado pelos administradores no que tange a expansão foi à dificuldade de contratação de servidores para atender os cursos técnicos:

(...) lança o concurso, não tem banco, como a gente não tem agora, banco de professores, nem de técnicos (...)

(...) tá tendo concurso pra técnico agora, tem projeção de ter concurso pra professor de novo, muitas vezes não tem nas áreas que você solicitou professor qualificado pra aquilo, ou não atendeu o número de vagas de técnico, você fica defasado nesse ponto.

(...) Eletromecânica, Eletrotécnica você tem muito isso. Porque é uma área lá fora que tá crescendo muito, tá desenvolvendo muito. Então muitas vezes eles preferem ficar lá fora, só vem pra cá no final da carreira.

Alinhadas com os depoimentos dos administradores, as respostas dos estudantes também apontam a dificuldade de contratação dos profissionais:

Houve problemas com a contratação de professores
 (...) infelizmente o processo burocrático de contratação de professores era muito demorador (...)
 (...) faltavam professores por questões burocráticas inclusive.

Os estudantes egressos apontam para falta de servidores docentes para atender as demandas dos cursos:

(...) Falta de professor, que na sua maioria chegaram no ifba no meio do ano.
 (...) falta de professor que não perdurou por muito tempo.
 Não foram raras as vezes que ficamos sem professor de disciplinas importantes (...)
 Faltava alguns professores na época
 Faltaram professores em vários períodos (...)
 faltavam professores pra da conta da quantidade de alunos (...)
 Tivemos alguns problemas com algumas matérias por falta de professor(...)
 (...) algumas épocas faltavam professores (...)

Os estudantes apontam ainda para a falta de servidores técnico- administrativos:

O número de demandas e alunos cresceu em ritmo contrário ao de funcionários.
 Faltava ainda muitos profissionais de acompanhamento ao aluno (...)

Além da falta de professores os estudantes apontam para a sobrecarga de trabalho dos docentes:

Na maior parte do curso, tínhamos na casa apenas 1 professor de cada matéria, que se desdobrava(...)
 Alguns professores ficaram sobrecarregados de carga horária de trabalho(...)
 Havia sobrecarga sobre diversos professores

Verificou-se ainda a opinião dos administradores e coordenadores do campus sobre as condições em termos de recursos físicos, humanos e materiais para a

implantação dos cursos. Foram apontados como principais dificuldades a contratação de docentes para atender os cursos, já citado anteriormente, além das dificuldades para montar laboratórios:

(...) e de alguns laboratórios que a gente precisa pra tá compondo determinados cursos. E tem cursos, por exemplo, que esses laboratórios são muito mais caros. O de Mecatrônica, por exemplo, é um laboratório caro. Aí você acaba dificultando essas coisas também.

Só gostaria de dizer que um dos problemas que nós ainda temos é a própria questão do protocolo no serviço público de um modo geral, nós para adquirirmos determinados equipamentos pra laboratórios, equipamentos, maquinários que as vezes dão defeito existe um tempo, que faz parte do próprio processo de licitação, de compras. Esse sistema de um modo geral que é o sistema do nosso governo ele ainda é um pouco lento (...)

Outro fator destacado por coordenadores e administradores é a questão do espaço físico limitado quando na sede provisória do campus e ampliação do espaço físico com a construção da sede própria:

Quanto a estrutura, quando nos chegamos, nos tivemos dificuldades, porque nos estávamos numa sede provisória e o que nos tínhamos, principalmente nosso espaço físico, era muito complicado para trabalhar(...) nós não podíamos nem comprar materiais, instrumentos, nós não tínhamos nem onde guardar (...)Quando nos mudamos e migramos pra nossa sede própria esse problema está sendo passo a passo resolvido e cada dia que passa melhora. Porque nós temos bastante espaço físico, estamos construindo, ampliando com a construção de um prédio anexo e com a possível implantação de uma terceira modalidade de um curso técnico.

(...) dificuldade inicial da divisão do espaço físico que não era nosso, da prefeitura (...) nós tivemos também um problema no que diz respeito a construção da nossa sede própria, porque para termos ela pronta, de fato pra uso, ou pelo menos parcialmente pronta pra uso, foram três construtoras que começavam a obra depois paravam, aí tinha outro edital, e essa obra se atrasou(...)

O projeto do Curso técnico de Informática, do ano de 2010, apresenta que o campus Camaçari ocupava na época as instalações cedidas pela Prefeitura Municipal de Camaçari, em caráter provisório, até a conclusão das obras de construção de sua sede própria. No referido projeto de curso são apresentados bens patrimoniais adquiridos e necessários para instalação do curso e o quadro de

pessoal (docentes e técnicos administrativos) necessário. Ressalta-se no referido projeto que o preenchimento total das vagas iria requerer a contratação de novos docentes e técnicos através de concurso público. (PROJETO DO CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA, 2010)

Em convergência com o depoimento dos administradores e coordenadores dos cursos, os estudantes egressos apontam para uma infraestrutura provisória e improvisada no espaço concedido pela prefeitura no início das atividades do campus:

(...) sede provisória

Fiz parte da primeira turma do IFBA e tudo ainda era muito primário e provisório.(...)

fiz parte da primeira turma de TI as aulas ocorriam sem menor infraestrutura num local cedido pelo prefeito de Camaçari

No inicio as instalações eram provisórias e muitas das vezes as aulas de laboratório foram realizadas na base do improvisado

Fiz o curso técnico no periodo em que estavamos ainda em sede provisória. Mesmo sabendo ser pouco adequada, muitas adaptações foram feitas para que tivéssemos laboratorios e etc.

Uma estrutura um tanto quanto improvisada e com obras constantes e intermináveis

(...)na época que fiz o curso o ifba estava começando então estava faltando muita coisas ainda

Com a construção da sede própria os estudantes egressos relatam melhorias na infraestrutura do campus:

Ainda faltam ser cumpridas outras tantas obras que o IFBA promete(...) mas para o que ja foi esta bem melhor

No inicio a estrutura era bem precária, pois utilizávamos espaços "emprestados". Depois que adquirirmos o próprio campus, as coisas melhoraram.

Eu conheci as instalações que se encontravam no prédio do Ceteb(...) em caminhos de infraestrutura não era dos melhores, o novo campus porém é excepcional em nível estrutural

Na época em que cursei, a sede ainda era a provisória e portanto não havia toda a infraestrutura atual

Em termos de recursos materiais alocados na implantação do campus e tendo em vista o funcionamento dos cursos os depoimentos dos administradores e

coordenadores sinalizam dificuldades para montar laboratórios necessários a execução dos cursos técnicos:

(...) e de alguns laboratórios que a gente precisa pra tá compondo determinados cursos. E tem cursos, por exemplo, que esses laboratórios são muito mais caros.(...) Aí você acaba dificultando essas coisas também.

Só gostaria de dizer que um dos problemas que nós ainda temos é a própria questão do protocolo no serviço público de um modo geral, nós para adquirirmos determinados equipamentos pra laboratórios, equipamentos, maquinários que as vezes dão defeito existe um tempo, que faz parte do próprio processo de licitação , de compras. Esse sistema de um modo geral que é o sistema do nosso governo ele ainda é um pouco lento(...)

(...) outro aspecto a ser avaliado e ponderado é a questão da necessidade de laboratórios, existem algumas áreas específicas que a instalação de laboratórios é extremamente caro, então nem sempre os recursos chegam com tanta facilidade, a questão da licitação, o tempo pra que esses equipamentos cheguem isso as vezes dificulta.

As respostas dos estudantes também apontam para limitações quanto a disponibilidade e adequação de laboratórios, equipamentos e materiais específicos para os cursos:

Falta de equipamentos nos laboratórios e práticas com instrumentos da área(...)

Laboratórios Incompletos, Sem Equipamentos(...)

(...) o laboratório utilizava de ferramentas desatualizadas, faltava diversos materiais e espaço para diversas práticas, como a disciplina de Redes 2, arquitetura de computadores, Sistemas Operacionais

Faltando alguns laboratórios

Nao tinha laboratorio.de quimica e um precario de física

(...) poucos laboratórios(...)

laboratórios disponíveis, embora com algumas falhas no início

A única queixa que tenho é dos laboratórios. Os de eletrotécnica não eram adequados e faltaram muitos equipamentos(...)

As limitações quanto à disponibilidade e adequação de laboratórios, equipamentos e materiais específicos para o curso refletem na formação dos

estudantes para atuação enquanto técnicos nas empresas. Os estudantes evidenciaram em suas respostas o problema relacionado ao currículo com ênfase na teoria e poucas aulas práticas:

O que foi passado durante o curso foi teoria, o que na pratica é muito diferente(...)
 tivemos poucas aulas práticas
 houve uma grande limitação ao campo da teoria(...)
 Porque falta mais aulas práticas
 (...) faltou um pouco mais de prática dentro do IFBA (...)

No que tange aos recursos financeiros disponíveis para o campus a fim de atender os objetivos dos cursos técnicos de nível médio. O depoimento do administrador revela a suficiência dos recursos e a importância do papel do administrador na administração desses recursos:

(...) a questão é se você tiver um pouco de discernimento, de bom senso e pensar se você estivesse no outro lado enquanto aluno o que gostaria que sua escola tivesse, que é o que normalmente eu procuro fazer : é pensar como se eu estivesse sendo o aluno. Então se for assim, você tem condições plenas pra gerir os recursos sem deixar faltar nada pra que transcorra com normalidade a administração.(...) (...) O que deve ser feito pelo gestor é saber administrar e administrar bem os recursos para que não falte nada para o bom andamento do ensino(...)

No entanto, o depoimento do administrador revela os entraves na liberação dos recursos destinados ao campus:

Já houve atraso na liberação dos recursos de quase um semestre. Tivemos em 2012-2013 a liberação dos recursos do orçamento do ano na segunda quinzena de abril, salvo engano, início até de maio. (...) Então é difícil você administrar desse jeito, porque você tem que fazer um planejamento, quando chega em novembro o governo recolhe o dinheiro. Então tem que ser um corre- corre pra você poder efetivar uma compra, fazer uma licitação.

Foram identificados outros fatores que dificultam, ao longo da implantação do campus a execução dos cursos técnicos de nível médio, para que tais cursos, no âmbito da política pública de educação profissional, atinjam os seus resultados.

Com base nos depoimentos dos administradores e coordenadores entrevistados, evidenciaram-se como fatores que dificultam a implantação do campus e a

execução dos cursos técnicos: o currículo e a carga horária dos cursos, a falta de base do ensino fundamental dos estudantes que ingressam nos cursos técnicos, a evasão, falta de maturidade do aluno que ingressa muito jovem no curso para escolha de uma profissão.

No que diz respeito ao currículo e a carga horária dos cursos, os entrevistados apontam para a carga horária elevada, já que no curso técnico de nível médio integrado é preciso atender as exigências do MEC para o ensino médio e para a habilitação profissional. Neste aspecto evidenciam a necessidade de mudanças no currículo:

O outro ponto é a carga horária, a carga horária hoje no curso das disciplinas(...) hoje você tem tínhamos 2400 horas, depois veio a obrigatoriedade de Sociologia e Filosofia todos os anos, então tem que ter nos quatro anos, agora tem a segunda língua, que é optativa, que é no caso espanhol e agora vai ter parece que música, obrigatório, ou seja, ou o aluno vai ter que ficar aqui cinco anos pra fazer um curso técnico ou tem que ser revisto isso aí(...)

(..). Então a gente teve dificuldade no início, porque a proposta era um plano piloto que a gente ia fazer o curso em três anos. Aí eu acho que teve dificuldade, foi uma dificuldade maior, inclusive a gente viu que essa evasão ficou maior, porque o aluno ficava o dia inteiro na escola e não tinha como ser diferente pra atender a carga horária, a carga horária mínima exigida pro curso médio integrado pelo próprio MEC.

Acho que o importante que eu falei é que poderia remodelar essa modalidade. E isso foi conversa com os próprios alunos que eu tive, eu acharia interessante de fato remodelar o currículo. Onde os dois primeiros anos fossem de fato disciplinas do ensino médio e aí com uma maturidade maior eles pudessem escolher, no nosso campus especialmente temos dois cursos, então ele poderia escolher lá no terceiro o ano o curso que ele queria seguir(...)

Tanto TI quanto Eletrotécnica, os coordenadores de curso, já sinalizaram a necessidade de fazer alguma alteração na grade em função inclusive desses problemas que a gente já identificou: a chegada desses meninos as vezes sem saber exatamente qual o curso, pra que veio e chegam com a defasagem muito grande em Matemática e Português. Então a gente tá vendo essa possibilidade.

A resposta de estudante também evidencia dificuldades para acompanhar os cursos relacionadas os currículo:

(...) Quando estudei no IFBA, fiz o curso técnico + ens. médio em 3 anos, o que dificultou e muito meu aprendizado, visto que em um ano, para que fosse cumprida toda a grade curricular, eu tinha aula de pelo menos 18 matérias.

Quanto à falta de base do ensino fundamental dos alunos que ingressam nos cursos técnicos os depoimentos dos coordenadores revelam que:

(...) o que mais dificulta é a base de conhecimento. Os alunos tão chegando aqui com um conhecimento zero, e os professores tem que de alguma forma tirar essas lacunas que trazem de lá de fora do ensino fundamental.

(...) novamente a gente frisa, a evasão ela se dá principalmente pela fragilidade dos alunos, alguns alunos chegam e começam a ter sérios problemas com a área de exatas, no curso específico de eletrotécnica eles precisam de uma base de matemática a o aluno chega de uma instituição externa com bastante problemas com matemática e isso reflete também nas disciplinas técnicas(...)

Outro fator apontado pela coordenação como entrave está relacionado à evasão por conta do ingresso no ensino superior através do Exame Nacional do Ensino médio - ENEM:

No integrado tá ocorrendo muita evasão nos últimos anos por conta do vestibular, os alunos estão passando no Enem, estão passando no vestibular e estão abandonando de fato o curso. (...)

Os entrevistados apontam também a falta de maturidade do aluno que ingressa para escolha de uma profissão:

Por não ter uma maturidade de ter consciência do que é curso técnico mesmo. Entram mais pra ter um ensino médio de qualidade e escolhem outras áreas, é natural.

Primeiro, a idade, hoje você tem alunos que vem aqui pro curso ainda com treze, quatorze anos que não tem ainda um amadurecimento, um discernimento até mesmo do que é o curso

técnico e o que ele vai aprender, que aquilo vai ser uma profissão pra ele (...).

Constatam-se fragilidades na implantação do campus e na execução dos cursos técnicos, na modalidade integrada, relacionados à estrutura física inicial do campus, que foi instalado em uma estrutura provisória cedida pela prefeitura, dificuldades na montagem de laboratórios, na contratação de servidores, atrasos na liberação das verbas, a necessidade de um estudo de demanda dos cursos para que os cursos implantados estejam alinhados com a vocação da região, ou seja, de acordo com as demandas locais.

Otranto (2010), em pesquisa realizada sobre a implantação dos Institutos Federais, já apontava que é importante considerar que é necessário acompanhar a expansão, investigando se os novos cursos são realmente os mais necessários àquela sociedade; se eles vêm associados à equivalente ampliação do quadro de docentes e técnicos; se a estrutura física está adequada; se os laboratórios estão equipados, etc. De acordo com a autora é necessário investigar se as promessas estão sendo cumpridas, para que se possa avaliar se, realmente, a atual política tem condições de contribuir para a expansão, com qualidade socialmente referenciada, da educação profissional brasileira. (OTRANTO, 2010)

De acordo com Ciavatta e Ramos (2011) estudos sobre a formação integrada evidenciam as dificuldades, mas não a impossibilidade de sua implantação, desde que apoiados por um projeto firme e coerente para sua realização, que supõe: transformação dos vínculos precários de trabalho para proporcionar todos os professores condições materiais (instalações, laboratórios etc.) e condições dignas de trabalho, salariais, de carreira e compromisso com as instituições. (Ciavatta e Ramos, 2011)

Neste sentido, Frigotto (2007) aponta que pela importância estratégica, também, da rede de Centros Federais de Educação Tecnológica é fundamental que as mesmas tenham a possibilidade de restauração plena do nível médio de ensino e se constituam numa referência efetiva de suas condições físicas, materiais, formação e condições do trabalho docente. (FRIGOTTO, 2007)

Frigotto (2007) mostra que a Rede Federal de Educação profissional dada a sua importância estratégica precisa ser uma referência em termos de condições físicas, materiais e condições de trabalho docente. O IFBA campus Camaçari faz parte do

plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, esta política tem o objetivo de interiorizar e ampliar o acesso à educação profissional. Com a implantação do campus Camaçari foram ofertadas vagas para os cursos técnicos de nível médio na modalidade integrada no município. No entanto, lacunas marcam a implantação do campus e o funcionamento dos cursos técnicos na modalidade integrada.

7.2 Metas previstas e alcançadas em relação a conclusão dos cursos

Durante o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional foi lançado o Termo de Acordo de Metas e Compromissos celebrado entre o Ministério da Educação (MEC) e os Institutos Federais com fins de estruturação, organização e atuação dos IFs no país. Destaca-se para fins desse estudo a meta referente ao alcance do índice de eficácia dos IFs com o alcance da meta mínima de 80% de eficácia da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 70% no ano de 2013. (BRASIL, 2009)

O quadro abaixo mostra o quantitativo de alunos ingressantes nos anos de 2008 e 2009 dos cursos técnicos de nível médio modalidade integrada, referente às turmas que concluíram os cursos:

Quadro 34: alunos ingressantes nos cursos técnicos modalidade integrada

Cursos Técnicos modalidade integrada / alunos ingressantes	Ano 2008	Ano 2009
Informática	80	40
Eletrotécnica	80	40

Fonte: Relatório de Gestão Institucional (2010)

A seguir o quantitativo de alunos concluintes dos cursos técnicos de nível médio modalidade integrada:

Quadro 35: alunos concluintes nos cursos técnicos modalidade integrada

Cursos Técnicos modalidade integrada / alunos concluintes	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
Informática	30	29	10
Eletrotécnica	19	29	

Fonte: Cores/ Campus Camaçari

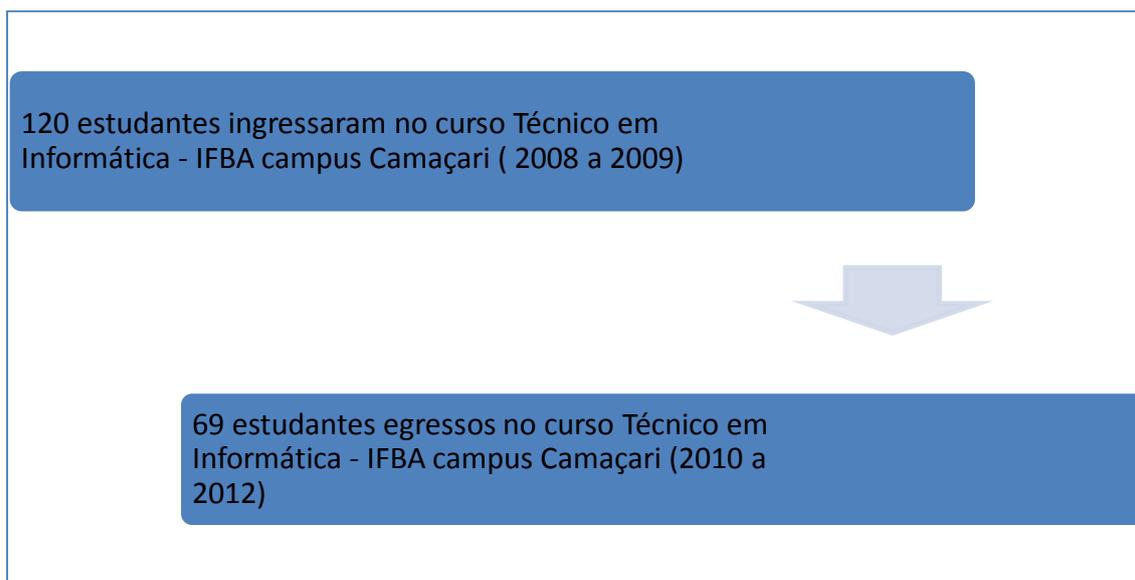


Figura 4: Ingressantes x egressos do curso técnico em Informática do IFBA campus Camaçari
Fonte: Elaboração própria a partir de Relatório de Gestão Institucional (2010) e CORES

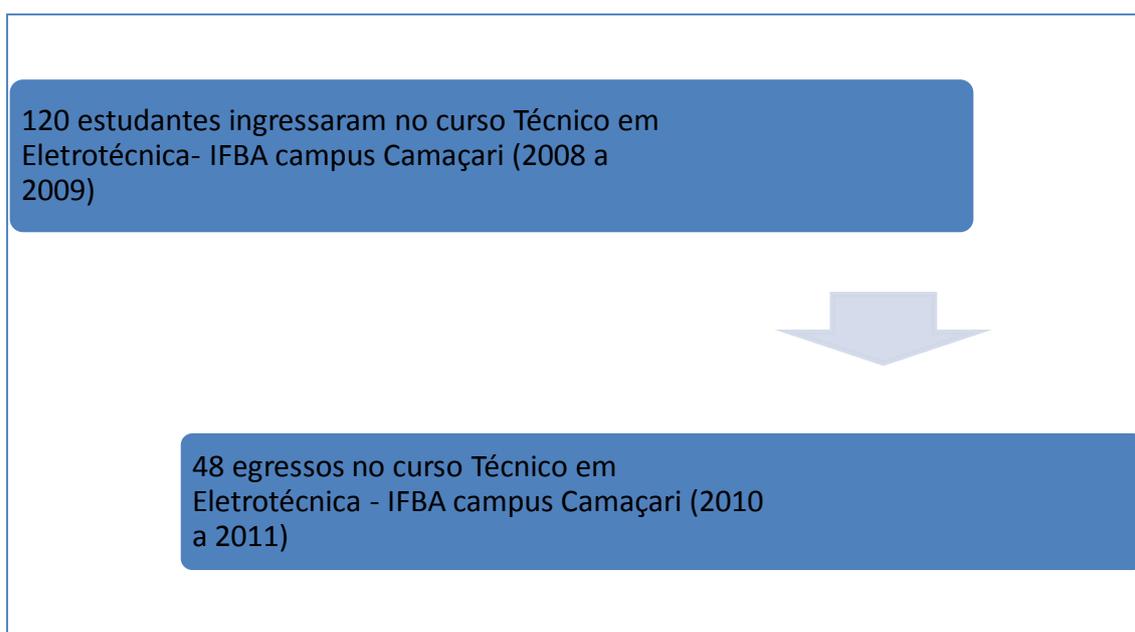


Figura 5: Estudantes ingressantes x egressos do curso técnico em Eletrotécnica do IFBA campus Camaçari
Fonte: Elaboração própria a partir de Relatório de Gestão Institucional (2010) e CORES

Um total de 120 estudantes ingressou no curso técnico em Informática- modalidade integrada- nos anos de 2008 e 2009, sendo que apenas 69 estudantes concluíram o curso nos anos de 2010, 2011 e 2012, ou seja, 57,5% dos estudantes que ingressaram concluíram o curso e 42,5% não concluíram o curso técnico em Informática. Em relação ao curso técnico em Eletrotécnica- modalidade integrada - foram 120 discentes ingressantes entre anos de 2008 e 2009 para um total de 48 discentes concluintes nos anos de 2010 e 2011, desse modo, 40% dos estudantes ingressantes concluíram o curso e 60% não concluíram o curso técnico em Eletrotécnica.

Ao Instituto Federal cabe executar o Plano, conforme acordado com o MEC/SETEC, zelando pela boa qualidade as ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade em suas atividades. (BRASIL, 2009)

No entanto, o Termo de Acordo de Metas e Compromissos prevê como responsabilidades do MEC:

- a) Prover as instituições dos recursos necessários para custear as despesas com a execução do termo;
- b) Prover as instituições dos cargos e das funções necessários, visando a implementação e o cumprimento do plano de metas estabelecido no acordo, respeitados os limites de autorização e provisão determinados pelo Ministério do Planejamento;
- c) Prover recursos específicos para acréscimo a matriz orçamentaria (OCC) no montante de dez por cento, para custear programas de apoio a projetos de assistência estudantil como mecanismos que promovam à adoção de políticas afirmativas, democratização do acesso, a permanência e êxito no percurso formativo e a inserção sócio profissional, tendo como pressuposto a inclusão de grupos em desvantagem social. (BRASIL, 2009)

Os entrevistados foram questionados sobre a meta prevista pelo MEC em relação ao índice de eficácia, ou seja, em relação à taxa de conclusão dos cursos. Os relatos abaixo demonstram as repostas:

Olha eu pra mim esse acordo de metas é uma utopia (...)
Então, tem que ser revisto esse termo de acordo de metas tá, não é possível dessa forma atender. (...) Porque da mesma forma que o governo estabeleceu esse acordo de metas ele dificultou a contratação de servidores.
(...) ele criou o ENEM, quer dizer o aluno chega no terceiro ano faz o ENEM, passou, e agora com o SISU ele vai

abandona o ensino técnico. E aí esse acordo de metas foi por água abaixo.

(...)Ninguém consegue nessas condições que acabei de apresentar cumprir esse termo de metas. Fora esses fatores de falta de bagagem, falta de conhecimento do aluno que ingressa na instituição, o Enem, tem situações de alunos que vem pra cá fazer um curso técnico porque os pais querem que ele faça um curso técnico, porque aqui é um ensino de qualidade é gratuito.

Nós temos um problema seríssimo com os alunos que entram (...) nós estamos percebendo que os alunos estão vindo sem base e por conta disso muita repetência tem ocorrido, ou seja, no meu entendimento, eu acho que deveria haver a federalização do ensino fundamental(...)Então, enquanto isso não for resolvido, enquanto não tiver uma formação sólida de primeiro grau, é difícil(...)Mas tem esses fatores que influenciam diretamente, seja na retenção do aluno, seja na evasão do aluno.

(...) foi questionado inclusive em todos os campi nessa reunião e que ficou de fazer primeiro esse trabalho de estudo de evasão, o que a gente vai fazer primeiro pra fortalecer esse aluno que tá entrando, porque o que a gente tava verificando foi isso, que o número de vagas tava diminuindo em função dos repetentes, porque primeiro você tem duas turmas: por exemplo uma quarenta, quarenta, dá oitenta, mas eu tenho vinte repetentes, eu não vou ofertar mais oitenta, eu vou ofertar 60. E isso tá acontecendo direto, não só no campus Camaçari, mas em todos os campi.

As respostas mostram que não está sendo possível alcançar a meta estipulada devido a fatores como a dificuldade de contratar servidores. Apesar do Termo de Acordo de Metas indicar como responsabilidade do MEC prover as instituições dos cargos e das funções necessários, visando a implementação e o cumprimento do plano de metas. Outro fator em destaque é o problema da base do ensino fundamental, ou seja, a defasagem no aprendizado conteúdos do ensino fundamental dos alunos que ingressam no Instituto Federal o que por consequência influencia na evasão e repetência. O aluno ao ingressar no ensino técnico de nível médio deveria ter essa base do ensino fundamental a fim de acompanhar os conteúdos do curso técnico.

Aponta-se também a evasão dos alunos devido ao Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM. Já que de acordo com dados do INEP, se o estudante possuir no mínimo 18 anos completos e atingir o mínimo de 450 pontos em cada uma das áreas de conhecimento do exame e o mínimo de 500 pontos na redação do ENEM, pode obter o certificado de conclusão do Ensino Médio. Esta situação de acordo com as falas dos entrevistados tem provocado a evasão nos cursos técnicos.

Então, o aluno pode ainda não ter concluído o ensino médio no Instituto Federal e obter o certificado de conclusão através do ENEM. Segundo dados do INEP, no ano de 2013, o total de 207.514 estudantes foram certificados no ensino médio, através do ENEM, na região nordeste. (INEP, 2013)

Nos depoimentos de membro da administração aponta-se também dificuldades relacionadas à vulnerabilidade social dos estudantes:

A outra coisa é mais na ordem econômica social, então vulnerabilidade social deles é muito grande, as vezes ele mora distante do município também, é transporte, tem essa bolsa mas que não ajuda totalmente. O curso é integrado então tem disciplinas no turno oposto, duas vezes na semana ele é obrigado a ficar o dia todo na escola. Isso significa alimentação. Então isso tudo dificulta muito.

As respostas dos estudantes egressos participantes da pesquisa indicam que para 33,3 % dos respondentes a principal dificuldade para a realização do curso foi a financeira. Já 36,4% apontam a aprendizagem, ou seja, a dificuldade em acompanhar os conteúdos do curso como principal dificuldade. Na sequência, 18,2% consideram os problemas familiares como principal dificuldade. E para 42,4% a questão da dificuldade para realização do curso não se aplica.

O Projeto Pedagógico Institucional do IFBA reconhece a competência do Instituto Federal em viabilizar políticas de acesso dos jovens e adultos à educação pública de qualidade, bem como possibilitar condições adequadas para a permanência e o êxito dos estudantes. Devido às situações de vulnerabilidade pessoal, social e econômica, oriundas das condições socioeconômicas dos estudantes, identificadas como possíveis causas de evasão e retenção, devido à dificuldade de permanecer na instituição, custeando transporte, hospedagem, alimentação, material escolar, entre outros. Através da Política de Assistência Estudantil do IFBA, a instituição desenvolve ações a fim de possibilitar a inserção e a permanência desses

estudantes no IFBA, por meio de concessão de bolsas e auxílios, dentre outras ações, como forma de atenuar a situação de vulnerabilidade social vivenciada pelos estudantes. (Projeto Pedagógico Institucional do IFBA, 2013)

No entanto, o depoimento de um dos membros da administração do campus revela a redução do orçamento dos recursos da assistência estudantil por parte do governo federal:

(...) como é que ele vem e determina 70, 80% dessa taxa de conclusão se nem sequer ele estimulou ou procurou fazer um trabalho que você fortaleça esse menino pra ficar na escola, dê condições a esse menino pra ficar na escola. Em contrapartida nesse mesmo ano que chegou esse plano de metas ele reduziu 30%, por exemplo, do orçamento da assistência social, e aí como é que você vai corresponder a essa meta. É muito difícil(...) E aí em contrapartida ele vem e tira 30% da assistência social. E aí você vai estimular esse aluno com transporte, com alimentação, tá ajudando ele com um pouco mais de transporte alimentação pra ele vir pra escola, você vem e tira esses 30%, reflete diretamente nessa permanência dele.

Silva (2010) aponta que o Brasil apresenta um quadro de pobreza decorrente de contexto de desigualdade, marcado pela profunda concentração de renda, o que coloca o Brasil entre os países de maior concentração de renda do mundo. (SILVA, 2010). Dessa forma, a política de educação profissional no país precisa estar alinhada as demais políticas sociais. A ação do Estado por meio das políticas públicas de corte social torna-se um imperativo.

No entanto, Santos et al. (2007) consideram que as políticas sociais, em especial na periferia do sistema capitalista, tem funcionado como um paliativo. Neste sentido, em geral o Estado tem atuado através de políticas compensatórias e assistencialistas. Santos et. al (2007) consideram que as políticas públicas no Estado capitalista estão ficando mais distantes dos seus objetivos, se tornando mais particulares e menos universais.

Foram identificadas, a partir das respostas dos membros da administração e coordenações, algumas ações no Campus Camaçari a fim de atenuar a evasão e repetência dos estudantes no intuito de contribuir para que os discentes concluam o curso.

(...) nós estamos agora inclusive já recebemos o material de didático para o reforço dos alunos que estão ingressando na

instituição, reforço de matemática, português e cidadania, curso semipresencial(...)Uma conscientização nós temos feito em todo ano nos temos visitado as escolas de primeiro grau, falado a respeito dos nossos cursos, inclusive nós convidamos as escolas a virem conhecer de perto(...)

(...) curso de nivelamento por parte dos professores da área técnica, de matemática inicialmente e depois português. Ta vindo agora o em EAD pela PROEN, que acho que vai aumentar a oferta de nivelamento. (...)Temos as pedagogas e assistentes sociais que dão também o apoio familiar, que você reeduca esses pais pra tentar ajudar a gente a manter este aluno e estimular pra que ele continue aqui.

A instituição ela na sua parte de organização didática ela já fala sobre as ATAS, os atendimentos aos alunos, isso é um ganho muito grande, onde os alunos poderão fazer revisões e tirar dúvidas com o próprio professor da disciplina. Isso já é um ganho muito importante. A questão também de cursos de reforço que tem sido oferecidos aos alunos(...)

A partir das falas pode-se constatar que a evasão e a repetência dos estudantes no campus diminuem a taxa de conclusão dos cursos técnicos de nível médio, na modalidade integrada. Verifica-se que a evasão e repetência estão associadas a fatores como a precária base do ensino fundamental dos estudantes que ingressam e que precisam dessa base para acompanhar os conteúdos do curso técnico de nível médio, a vulnerabilidade social dos estudantes, o corte nos recursos da assistência estudantil, orçamento esse necessário para atender as demandas dos alunos em situação de vulnerabilidade social que precisam das bolsas e auxílio para permanecer nos cursos.

Internamente, o campus IFBA Camaçari tem adotado iniciativas a fim de diminuir a evasão e repetência na tentativa de promover a permanência e êxito do estudante para a conclusão do curso. Tais como cursos de nivelamento, cursos de reforço, horário do professor para atendimento ao aluno e o acompanhamento por parte dos setores de apoio ao estudante, tais como a Pedagogia e Serviço Social.

Percebe-se, no entanto, a necessidade de articulação entre a política de educação profissional e demais políticas sociais. A Educação profissional precisa está atrelada a melhoria da qualidade da educação básica, como é citado nos depoimentos à importância da melhoria do ensino fundamental, além da articulação com políticas de distribuição de renda.

Neste sentido, Santos (2002) expressa que no contexto brasileiro o que se vem caracterizando como política social não tem passado de ações isoladas e

implementadas em razão de se evitar um colapso social. Ressaltando ainda a desarticulação entre as ações. Dessa forma, Santos (2002) propõe uma política social como um sistema que reúne vários programas interdependentes.

7.3 Cursos Técnicos de Nível Médio na Modalidade Integrada e a Inserção Acadêmica e profissional dos egressos

Ao longo da trajetória da educação profissional no Brasil percebe-se a desigualdade no processo educacional. De um lado, a formação profissional, com o objetivo de preparar a população pobre para o trabalho imediato. De outro, a formação geral ou propedêutica para a elite, a fim de preparar para o ensino superior.

A proposta dos cursos técnicos de nível médio na modalidade integrada traz uma concepção que busca superar essa dualidade entre a formação geral e a profissional. Ciavatta e Ramos (2011) apontam como necessária uma política consistente de profissionalização do ensino médio que esteja alinhada a concepção de integração entre trabalho, ciência e cultura.

Outro ponto que merece destaque na formação no curso técnico na modalidade integrada é a proposta de uma formação crítica. O próprio IFBA traz como parte da sua missão a de promover a formação do cidadão histórico-crítico. O projeto pedagógico institucional –PPI- do IFBA apresenta a importância da formação integral dos estudantes, no qual esteja presente uma formação que possibilite a análise crítica dos estudantes para intervenção na realidade.

No que diz respeito à formação cidadã, verifica-se que 87,9% dos respondentes (29 estudantes egressos) consideram que os conteúdos ministrados ao longo do curso técnico de nível médio contribuíram para uma formação crítica e cidadã.

Destacam-se como fatores que contribuíram para essa formação, segundo a opinião dos respondentes, a contribuição das disciplinas propedêuticas e de Humanidades. Como mostram as seguintes respostas dos estudantes:

As matérias propedêuticas foram as que contribuíram na minha formação cidadã (...)

ótimos professores relacionado a área de humanidade, isso me propiciou uma visão diferenciada um olhar mais crítico
 O corpo da área de humanas influenciaram positivamente minha formação política e social
 ótimo, inesquecíveis professores de humanas
 os professores das áreas de humanidades contribuíram para a minha formação cidadã(...)

Em seguida os estudantes egressos trazem a importância da qualificação dos professores para a formação crítica e cidadã:

Os professores são qualificados, muitos deles já estavam fazendo mestrado, outros já estavam no doutorado.
 A maioria dos professores deram ótimas aulas e todos eles são muito bem qualificados.

Em relação à continuidade dos estudos no nível superior, verifica-se que 84,8% dos egressos dos cursos técnicos em Informática e Eletrotécnica (28 egressos) ingressaram no nível superior durante ou após a conclusão do curso técnico de nível médio. E 15,2% (5 egressos) não ingressaram em curso de nível superior.

Dos egressos que cursam ou cursaram o nível superior, 90 % dos pesquisados dos dois cursos técnicos, afirmam que conseguiram acompanhar os conteúdos do curso de nível superior. Já 10% não conseguiram acompanhar os conteúdos do referido nível de ensino.

Verificou-se a opinião dos estudantes egressos acerca da importância que os mesmos atribuem ao curso técnico de nível médio para o acompanhamento dos conteúdos do nível superior. A partir das respostas dos pesquisados foi possível formular as seguintes categorias:

- O curso ofereceu bases que preparam os estudantes para o ensino superior (7 respostas);
- Importância dos conteúdos e disciplinas do ensino médio (5 respostas);
- Importância dos professores (5 respostas);
- Importância das disciplinas técnicas para acompanhar o ensino superior (3 respostas);
- Capacidade de superação das dificuldades nos estudos (2 respostas);

- Formação que proporcionou aprender a estudar (1 resposta).

Como pode ser observado, 7 respostas afirmam que o curso técnico ofereceu bases que prepararam os estudantes para o ensino superior. Percebe-se por meio dessas assertivas que os conteúdos aprendidos no curso possibilitaram que os estudantes pudessem acompanhar e aprender os conteúdos do nível superior. Em seguida com 5 respostas cada os estudantes destacam a importância dos conteúdos do ensino médio e a importância dos professores na preparação dos estudantes. Há de se considerar também as respostas relativas a importância das disciplinas técnicas (3 respostas) , a capacidade de superação das dificuldades (2 respostas) e a formação que proporcionou aprender a estudar (1 resposta)

Nota-se que os estudantes, de modo geral, atribuem ao curso técnico de nível médio uma importância significativa para o acompanhamento dos conteúdos no nível superior.

Outro aspecto abordado na investigação foi à inserção no mercado de trabalho. Constatou-se que, 84,8 % dos respondentes (28 egressos) concluíram o estágio obrigatório dos cursos técnicos em Informática e Eletrotécnica. E 15,2% (5 egressos) não concluíram o estágio obrigatório. Ao filtrar as respostas relativas à questão acerca da dificuldade para conseguir o estágio por curso observa-se que:

Dos 14 egressos do curso de Eletrotécnica participantes da pesquisa 71,4%(10 egressos) afirmaram que tiveram dificuldades para conseguir estágio. E 28,6 % (4 egressos) não tiveram dificuldades para conseguir estágio.

No curso técnico em Informática 31,6% afirmam que tiveram dificuldade para conseguir estágio na área. E já 68,4% não tiveram dificuldade para conseguir estágio.

Em relação às dificuldades para o ingresso no estágio, os motivos explicitados pelos estudantes na área de Informática foram:

- Falta de maturidade do aluno (1 resposta)
- Discriminação de gênero (1 resposta)
- Falta de uma maior preparação técnica (1 resposta)
- Falta de suporte da instituição (1 resposta)

Na área de Eletrotécnica, os motivos explicitados pelos estudantes em relação a dificuldade de obtenção de vaga de estágio foram:

- Discriminação de gênero (3 respostas)
- Falta de suporte da instituição (2 respostas)
- Falta de preparação técnica (1 resposta)
- Falta de preparação para as seleções de estágio (1 resposta)

Observa-se que a discriminação de gênero é fator com mais respostas no que tange a dificuldades para ingresso no estágio no curso de Eletrotécnica, seguida da falta de suporte da instituição. Os estudantes egressos de Informática, bem como os de Eletrotécnica apontam a falta de suporte da instituição como um fator que dificulta o ingresso no estágio.

As falas dos administradores do campus revelam que a instituição possui uma coordenação de estágios que atua na orientação quanto aos estágios, porém os administradores percebem a necessidade de outras ações que contribuam para a inserção desses estudantes no estágio:

Esse é um ponto que deve ser mais visto, porque, aqui pelo nosso campus, porque a ideia é ir até a empresa, até porque nós somos uma instituição recém implantada, (...), se nos não formos até a empresa pra dizer nos estamos aqui, nosso profissional é esse, temos profissional na área de eletrotécnica, na área de informática e com essa formação deem a eles a oportunidade de mostrar o seu conhecimento.(...)

E a gente tá querendo fazer agora tipo um workshop. A gente vai convidar algumas empresas pra virem aqui no campus. E aí a gente vai fazer palestras. (...)

Essa semana, por exemplo, a gente conseguiu colocar o balcão do CIEE, que é o Centro integrado de estágio educacionais. Foi muito positivo. E os meninos se inscreveram todos. (...)

A administração do campus percebe a necessidade de uma maior aproximação e divulgação dos cursos oferecidos no campus para as empresas da região e está promovendo parcerias com Centros de integração empresa e escola.

Quanto aos fatores que facilitaram o ingresso no estágio na área de Eletrotécnica, na opinião dos egressos, nota-se uma resposta que indica como fator facilitador o Network e uma resposta que indica a inscrição em programas de estágio.

No curso de informática, percebe-se como fatores facilitadores:

- Realização de estágio através de projeto desenvolvido no curso do IFBA (3 respostas);
- Network (2 respostas)
- Domínio Técnico (1 resposta)
- Crescimento da área de Informática (1 resposta)
- Mérito individual (1 resposta)
- Realização de estágio no próprio IFBA (1 resposta)

Torna-se importante destacar, para o curso de Informática as respostas dos egressos atribuídas a realização de estágio dentro de um projeto do próprio curso, como um fator facilitador na obtenção do estágio.

Quanto a inserção no mercado de trabalho, constata-se que 51,5% dos respondentes (17 egressos) estão trabalhando e 48,5% (16 egressos) estão desempregados. Ao analisar a inserção profissional dos estudantes egressos por cursos, verifica-se que 57,9% egressos (11 egressos) do curso de Informática estão trabalhando e 42,1% (8 egressos) estão desempregados. Quanto a inserção no mercado de trabalho dos egressos do curso técnico em Eletrotécnica, verifica-se que 42, 9% dos egressos (6 egressos) estão trabalhando e 57,1% (8 egressos) estão desempregados. Observa-se que 50% dos egressos do curso de Eletrotécnica participantes da pesquisa, que estão trabalhando (3 egressos) estão atuando na área de formação do curso técnico de nível médio e outros 50% (3 egressos) estão atuando em área diferente da formação do curso técnico.

Verifica-se que dos egressos do curso de Informática participantes da pesquisa que estão trabalhando, 63,6% (7 egressos) estão atuando na sua área de formação do curso técnico. E 36, 4% (4 egressos) estão trabalhando em área diferente da formação do curso técnico.

Os egressos que não estão trabalhando na sua área de formação do curso técnico foram indagados sobre os motivos que os levaram a não atuar na sua área de formação, os motivos são:

- Motivos relacionados à falta de tempo e a prioridade em dedicar-se aos estudos no nível superior (7 respostas)
- Motivos relacionados à falta de identificação com o curso (6 respostas)

- Motivos relacionados a lacunas na formação (3 resposta)
- Motivos relacionados à falta de estágio na área (2 respostas)
- Motivos relacionados à incompatibilidade com o perfil que empresas exigem (1 resposta)
- Motivos relacionados a discriminação de gênero (1 resposta)

Nota-se como principais motivos para a não atuação dos estudantes na sua área de formação a falta de tempo e a prioridade em dar continuidade aos estudos. Seguida da falta de identificação com o curso.

Retomando os dados sobre as motivações dos estudantes a cursarem o ensino técnico de nível médio na modalidade integrada verifica-se que a qualidade dos cursos oferecidos no IFBA foi a opção mais escolhida pelos respondentes como motivo para fazer um curso técnico de nível médio, modalidade integrada no IFBA campus Camaçari, com 72,7%. Seguida pela preparação para o vestibular com 57,6%. Ficando a preparação para o mercado de trabalho na última posição com 51,5%. A soma dos percentuais ultrapassa os 100% porque cada respondente pode escolher mais de uma opção.

Ao cruzar os dados referentes aos principais motivos para a não atuação dos estudantes na sua área de formação, com os dados sobre os motivos que levaram os estudantes a optarem por um curso técnico de nível médio modalidade integrada, percebe-se que os motivos para a não atuação dos estudantes na sua área de formação estão alinhados com os motivos que levaram os estudantes a optarem por um curso técnico de nível médio modalidade integrada. Pode-se inferir que os estudantes buscam os cursos técnicos na modalidade integrada no instituto federal – campus Camaçari, prioritariamente, em busca de uma formação de qualidade que possibilite uma preparação para o vestibular e assim o ingresso no ensino superior.

Ciavatta e Ramos (2011) mostram que os segmentos da sociedade que veem positivamente o ensino médio integrado à educação profissional tendem a coincidir com aqueles que dependem da oferta pública da educação básica. Diante da baixa qualidade da oferta, a educação profissional não deixa de ser uma alternativa de funcionalidade do ensino.

Desse modo, é possível perceber que o ensino médio integrado à educação profissional no Instituto Federal, de um modo geral, é visto pelos estudantes como um curso de qualidade que facilitará o acesso ao nível superior.

Investigou-se as cidades que os egressos dos dois cursos trabalham: nota-se que seis egressos do curso de Eletrotécnica trabalham no município de Camaçari e apenas um egresso, desse mesmo curso, trabalha na cidade de Salvador. No curso de informática a situação se inverte, com seis egressos trabalhando em Salvador, um egresso trabalhando em Angra dos Reis e um egresso trabalhando no município Mata de São João, ou seja, os egressos do curso de informática trabalham fora do município de Camaçari.

A avaliação dos egressos sobre o mercado de trabalho na área do curso técnico de nível médio na região de Camaçari, para a área técnica de Informática demonstra que:

- As oportunidades de trabalho são escassas (13 respostas)
- Mercado exige profissionais experientes e com formação em nível superior (2 respostas)
- Mercado é promissor (2 respostas)
- Falta de reconhecimento e valorização da área e dos profissionais (1 resposta)

Já no curso de Eletrotécnica, a avaliação dos egressos sobre o mercado de trabalho na área do curso técnico de nível médio na, região de Camaçari, aponta que:

- O mercado de trabalho é amplo (3 respostas)
- O mercado de trabalho é considerado bom (3 respostas)
- O mercado está em ascensão (1 resposta)
- Mercado competitivo (2 respostas)
- Mercado restrito (2 respostas)
- Mercado restrito para pessoas sem experiência (1 resposta)
- Mercado restrito para as mulheres (1 resposta)

Constata-se que, na avaliação dos egressos participantes da pesquisa, o mercado de trabalho em Camaçari na área técnica em informática é escasso para a maioria dos respondentes. Já na avaliação dos egressos sobre o mercado de trabalho na área do curso técnico de Eletrotécnica na, região de Camaçari, a maior parte das respostas aponta para um mercado amplo, bom e em ascensão.

Os relatos dos administradores e coordenadores do campus Camaçari apresentam a opinião sobre o alinhamento dos cursos técnicos com as demandas das empresas da região. A partir das falas desses entrevistados, evidenciam-se problemas relacionados ao mercado de trabalho na área de técnica em Informática no município de Camaçari, enquanto na área de Eletrotécnica existe a referência de um alinhamento do curso com as demandas das empresas da região:

Fora isso eu acho que TI tem um leque de opções que você pode trabalhar com programação, softwares, manutenção, é uma área muito grande e o curso da gente é voltado pra programação. Que é uma área aí fora muito concorrida. Outra coisa que a gente acha que prejudica aqui: os estágios em Camaçari, nessa área de programação é muito pouco, a maioria você encontra em Salvador (...)

Mas o problema de TI grande é estágio aqui em Camaçari, a maioria é fora.

(...) Já Eletrotécnica e gente tem o polo todo com essa proximidade. (...)

(...) a área de Eletrotécnica especificamente, com a ampliação que tá acontecendo no Polo, o nosso polo ele não pode mais ser considerado somente um polo petroquímico, é um polo com um área de diversidade muito ampla e também na área petroquímica nos também temos tido empresas que estão se implantando nessa região e elas estão a cada dia procurando os estudantes que se formam (...)

Assim, verifica-se a falta de alinhamento do curso de Informática com as demandas do município de Camaçari. Tal situação remete aos depoimentos anteriores dos coordenadores do campus quanto à necessidade de estudos de demanda para definição dos cursos que irão ser implantados:

(...) e também a pesquisa que tem que ser feita na região para que esse curso técnico seja um curso que atenda a vocação daquela região, o que aquela região faz. Então o principal, as vezes alguns cursos não tem dado certo porque essa pesquisa

não tem tido essa preocupação, os pesquisadores quem dirige, de saber de fato qual a vocação da região. Uma vez isso sendo identificado com precisão, com exatidão, o curso tem tudo pra ser sucesso naquela determinada região.

Contudo, nota-se que a decisão quanto a quais cursos seriam implantados no campus Camaçari baseou-se nas informações das audiências públicas e também na otimização dos espaços físicos e do corpo docente, como mostra o depoimento a seguir de membro da administração:

(...) assim que foram definidos esses dois cursos mediante audiências públicas e depois de uma análise sobre espaços físicos. Porque pra você fazer uma implantação de cursos se você tem um número limitado estabelecido pelo MEC de docentes e também estabelecido um limite de áreas físicas de laboratório, você tem que escolher cursos onde você possa maximizar a utilização desses espaços físicos e também do corpo docente. (...) Não dava pra ficar criando vários cursos pulverizando docentes, se depois não ia ter mais código de vaga pra contratar outros docentes, o curso ia ficar pela metade (...)

O depoimento mostra que o MEC prevê limites para a contratação de docentes e também para as áreas de laboratório. O que foi levado em conta pela administração na escolha dos cursos a fim de garantir o funcionamento dos mesmos. O depoimento mostra a preocupação com o quadro docente que iria compor os cursos, no sentido de não faltar professores para ministrarem as aulas.

Desse modo, o depoimento da administração mostra a escolha dos cursos de Informática e Eletrotécnica teve como critério a otimização do quadro de docentes e laboratórios, já que se trata de cursos que possuem laboratórios em comum e poder otimizar o quadro docente:

Então foi assim que foi tomado esse critério, ponto chave, ponto primordial, não só por ter sido feita a consulta pública, mas também os cursos de eletrotécnica e de informática eles tem laboratórios em comum, como por exemplo , informática precisa porque tem uma disciplina de eletroeletrônica , então precisa usar o laboratório de eletrônica , laboratório esse que é do curso de eletrotécnica, da mesma forma que o curso de eletrotécnica precisa usar laboratório de informática. E assim foi feito. Então, o primeiro pensamento que teve foi esse,

vamos maximizar os espaços físicos e o corpo docente, a fim de poder atender esses dois cursos.

A política de expansão da rede de educação profissional propõe que os cursos implantados devem estar alinhados com as potencialidades econômicas da região. Como aponta Pacheco e Rezende (2009), ao afirmarem que os novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia geram e fortalecem condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico brasileiro, já que tais instituições devem responder às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais. (PACHECO E REZENDE, 2009).

A lei 11.892/2008 prevê a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão. Pode-se destacar também a necessidade de promover processos formativos alinhados com o desenvolvimento local e regional e o desenvolvimento da educação profissional alinhado as demandas sociais e locais. (BRASIL, 2008)

Nota-se que, de um lado, a política de expansão de rede de educação profissional tem o intuito de promover processos formativos alinhados com o desenvolvimento local e regional e o desenvolvimento da educação profissional alinhado as demandas sociais e locais. Por outro, prevê a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão. O MEC impõe limites na contratação de docentes e limites para os laboratórios, o que influenciou na definição dos cursos técnicos implantados no IFBA campus Camaçari e culminou na opção por um curso técnico que demonstra problemas relacionados as demandas do mercado de trabalho no município de Camaçari.

Investigaram-se as mudanças ocorridas na vida dos estudantes a partir da contribuição da participação nos cursos técnicos em nível médio na modalidade integrada, a partir das respostas dos estudantes egressos foram constatadas as seguintes mudanças:

- Mudanças relacionadas ao crescimento pessoal (12 respostas)
- Ampliação do conhecimento (7 respostas)
- Formação crítica e cidadã (5 respostas)

- Aprendizado de uma profissão (4 respostas)
- inserção no mercado de trabalho (3 respostas)
- Nenhuma mudança relacionada a participação no curso (3 respostas)
- Mudanças relacionadas as condições econômicas (2 respostas)
- Mudanças relacionadas a formação acadêmica e continuidade dos estudos (2 respostas)
- Crescimento profissional (2 respostas)
- Valorização (1 resposta)

Na perspectiva desses egressos, suas vidas foram modificadas pelos cursos técnicos de nível médio, na modalidade integrada, do IFBA campus Camaçari, por meio do crescimento pessoal, em primeiro lugar, com doze respostas. Seguida da ampliação do conhecimento, com sete respostas e da formação crítica e cidadã com cinco respostas. As mudanças relacionadas ao campo profissional somam nove respostas, subdivididas em três respostas relacionadas à contribuição do curso para o aprendizado de uma profissão, quatro respostas relacionadas à inserção no mercado de trabalho e duas respostas relacionadas à contribuição do curso para o crescimento profissional. Quanto à contribuição para continuidade dos estudos são apresentadas duas respostas. Além de uma resposta acerca da contribuição do curso para a valorização do estudante.

Em suma, em sua maioria, os estudantes pesquisados reconhecem a contribuição do curso técnico de nível médio, modalidade integrada, para as mudanças em suas vidas. Apenas três casos apontam não ter ocorrido nenhuma mudança relacionada à participação nos cursos.

8. CONCLUSÕES

Ao longo desse estudo, por meio da análise dos dados coletados através da pesquisa empírica, foram obtidas evidências de como a administração e coordenação de cursos do IFBA campus Camaçari percebem o processo de implantação da política de educação profissional e como interpretam as questões relativas aos principais fatores que contribuem ou dificultam o alcance da eficácia e da efetividade das ações voltadas para a formação técnica. Além de verificar a avaliação da formação nos cursos técnicos, sob a ótica dos estudantes egressos, evidenciando se a política cumpre com os objetivos de oferecer oportunidades de formação profissional e geral que possibilitem a inserção no mundo do trabalho e a inserção acadêmica através da continuidade dos estudos.

Constatou-se que existem fragilidades na implantação do campus e na execução dos cursos técnicos na modalidade integrada, relacionados à estrutura física inicial do campus, que foi instalado em uma estrutura provisória cedida pela prefeitura, dificuldades na montagem de laboratórios, dificuldades na contratação de servidores, atrasos na liberação das verbas, a necessidade de um estudo de demanda dos cursos implantados para que estejam alinhados com a vocação da região, ou seja, de acordo com as demandas locais.

Constatou-se ainda a dificuldade relacionada à taxa de conclusão dos cursos técnicos de nível médio, modalidade integrada, no campus Camaçari. No IFBA campus Camaçari verificou-se que a evasão e a repetência diminuem a taxa de conclusão dos cursos técnicos de nível médio, na modalidade integrada. Foi possível constatar que a evasão e repetência estão associadas a fatores como a precária base do ensino fundamental dos estudantes que ingressam e que precisam dessa base para acompanhar os conteúdos do curso técnico de nível médio, a vulnerabilidade social dos estudantes, o corte nos recursos da assistência estudantil, orçamento esse necessário para atender as demandas dos alunos em situação de vulnerabilidade social que precisam das bolsas e auxílio para permanecer nos cursos.

Cabe destacar que além desses fatores que dificultam o aumento do número de concluintes dos cursos, é apontada ainda a evasão dos discentes devido ao Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM.

Salienta-se que o campus IFBA Camaçari tem adotado iniciativas a fim de diminuir a evasão e repetência na tentativa de promover a permanência e êxito dos estudantes para a conclusão dos cursos técnicos. Tais como cursos de nivelamento, cursos de extensão, cursos de reforço, horário do professor para atendimento ao aluno e o acompanhamento por parte dos setores de apoio ao estudante, tais como a Pedagogia e Serviço Social.

Nota-se ainda que os coordenadores e administradores do campus percebem a necessidade de mudanças no currículo, diante das dificuldades de base do ensino fundamental dos estudantes que ingressam nos cursos técnicos e da falta de maturidade dos discentes que ingressam ainda muito jovens nos cursos e que já ao ingressarem nos cursos técnicos precisam optar por uma profissão.

Contudo, para além das ações internas do IFBA campus Camaçari são necessárias outras iniciativas, de caráter mais amplo, por parte do governo federal a fim de contribuir para o sucesso da política de educação profissional. Diante das dificuldades constatadas no estudo, no que tange a falta de base do ensino fundamental dos discentes e a vulnerabilidade social, enquanto fatores que influenciam na evasão e repetência nos cursos técnicos de nível médio na modalidade integrada. Tornam-se urgentes políticas que atuem na melhoria da qualidade do ensino fundamental e políticas de distribuição de renda.

Outros fatores apontados como dificuldades para implantação do campus e funcionamento dos cursos, também precisam ser reavaliados pelo governo federal. Nota-se que o campus Camaçari começou a funcionar em uma sede provisória emprestada pela prefeitura, outra dificuldade apontada foi à dificuldade para montar laboratórios e para contratação de docentes. A expansão da rede federal precisa ser pautada não apenas na criação de novos campi no interior e abertura de vagas, é preciso proporcionar condições adequadas no que tange a infraestrutura física, equipamentos, laboratórios e quadro de servidores.

Como tem mostrado os pressupostos administração política, apontados anteriormente como referência nesse estudo, as políticas públicas no Brasil tem se apresentado como improvisadas, desarticuladas e inconclusas.

Na análise da inserção acadêmica dos estudantes egressos verificou-se que a maioria dos respondentes, egressos dos cursos técnicos em Informática e Eletrotécnica, deram continuidade aos estudos no nível superior durante ou após a conclusão do curso técnico de nível médio. Constatou-se ainda que os egressos, de

modo geral, atribuem ao curso técnico de nível médio uma importância significativa para o acompanhamento dos conteúdos no nível superior.

É preciso salientar que os dados sobre as motivações dos estudantes em cursarem o ensino técnico de nível médio na modalidade integrada mostraram que a qualidade dos cursos oferecidos no IFBA foi a opção mais escolhida pelos respondentes como motivo para fazer um curso técnico de nível médio, modalidade integrada no IFBA campus Camaçari.

Pode-se inferir que os estudantes buscam os cursos técnicos na modalidade integrada no instituto federal – campus Camaçari, prioritariamente, em busca de uma formação de qualidade que possibilite uma preparação para o vestibular e conseqüentemente o ingresso no ensino superior.

A respeito da inserção profissional dos estudantes egressos dos cursos em Informática e Eletrotécnica, foi verificado que 51,5% dos respondentes participantes da pesquisa (17 egressos) estão trabalhando e 48,5% (16 egressos) estão desempregados. Mesmos os que estão trabalhando, nem todos estão atuando na sua área de formação do curso técnico. Nota-se como principais motivos para a não atuação dos estudantes na sua área de formação a falta de tempo para conciliar os estudos com o trabalho e a prioridade em dar continuidade aos estudos. Seguida da falta de identificação com o curso. Nota-se, portanto, fragilidades quanto a inserção dos egressos no mercado de trabalho.

Na avaliação dos egressos participantes da pesquisa, o mercado de trabalho em Camaçari na área técnica em Informática é escasso para a maioria dos respondentes. Já na avaliação dos egressos sobre o mercado de trabalho na área do curso técnico de Eletrotécnica, na região de Camaçari, a maior parte das respostas aponta para um mercado amplo, bom e em ascensão.

Constataram-se, ainda, a partir das falas dos administradores e coordenadores do campus, problemas relacionados ao mercado de trabalho na área de técnica em Informática no município de Camaçari, enquanto na área de Eletrotécnica existe a referência de um alinhamento do curso com as demandas das empresas da região.

Conclui-se que, diante de todos os fatores explicitados que dificultam a obtenção dos resultados previstos para o curso técnico, que o campus não está conseguindo atingir a meta de eficácia estipulada pelo MEC. Observa-se um número maior de evadidos do que de concluintes.

Conclui-se que, os cursos técnicos contribuem para inserção acadêmica no ensino superior dos egressos, já que a maior parte dos egressos dos cursos técnicos em Informática e Eletrotécnica, participantes da pesquisa, ingressaram no nível superior. E que os estudantes, de modo geral, atribuem ao curso técnico de nível médio uma importância significativa para o acompanhamento dos conteúdos no nível superior. Foram identificadas categorias que apontam que o curso ofereceu bases que preparam os estudantes para o ensino superior, a importância dos conteúdos e disciplinas do ensino médio, a importância dos professores, a importância das disciplinas técnicas para acompanhar o ensino superior, a capacidade de superação das dificuldades nos estudos e a formação que proporcionou aprender a estudar como contribuições do curso técnico do IFBA campus Camaçari para a continuidade dos estudos no ensino superior.

Em relação a inserção profissional dos egressos, concluiu-se que o curso de Informática apresenta fragilidades quanto ao alinhamento do curso com as demandas da região, constatou-se que os egressos que atuam na área de informática, na sua maioria atuam fora do município de Camaçari e avaliam de modo geral o mercado na cidade de Camaçari como escasso em oportunidades para área. Em relação à situação do curso de Eletrotécnica os egressos, administradores e coordenadores no geral avaliam como um mercado de trabalho em ascensão no município de Camaçari, e a maioria dos egressos que atuam na área técnica em Eletrotécnica trabalham em Camaçari. O que mostra o alinhamento do curso de Eletrotécnica com as demandas da região.

Cabe destacar, que para os alunos que não estão trabalhando na área de atuação dos cursos, os principais motivos para tal situação são a falta de tempo e a prioridade em dar continuidade aos estudos. Seguida da falta de identificação com o curso.

Evidencia-se que os estudantes, de um modo geral, buscam os cursos técnicos na modalidade integrada no Instituto Federal – campus Camaçari, prioritariamente, com o propósito de uma formação de qualidade que possibilite uma preparação para o vestibular e conseqüentemente o ingresso no ensino superior.

Diante dos resultados da pesquisa, recomenda-se ao poder público, em especial a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, a correção das fragilidades identificadas na proposta de expansão da rede federal de educação profissional e de implantação dos cursos técnicos na modalidade integrada, tendo

em vista o aprimoramento das ações de formação dos cursos técnicos de nível médio modalidade integrada, diante das dificuldades observadas. Para além da ampliação do número de campi e vagas nos cursos técnicos ou da interiorização dos Institutos Federais é preciso garantir condições estruturais que garantam para além do acesso dos estudantes ao ensino técnico, a permanência e o êxito desses estudantes, condições adequadas para implantação dos campi em termo de infraestrutura, laboratórios, quadro de servidores técnicos administrativos e docentes, aporte de recursos financeiros para assistência estudantil que atendam as demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, realização de estudos de demanda ou pesquisas de mercado para a identificação do tipo de oferta de cursos técnicos, definição dos cursos alinhados com a vocação da região onde os cursos são implantados. E no âmbito mais macro pode-se afirmar que a política de educação profissional precisa estar alinhada com as políticas universais de melhoria da educação básica, em especial no ensino fundamental, e de distribuição de renda.

No âmbito interno do IFBA percebem-se iniciativas para superar os fatores que dificultam os resultados dos cursos, ações como a promoção de cursos de nivelamento, cursos de extensão, acompanhamento por parte dos setores pedagógico e de serviço social. No entanto, são apontadas necessidades de mudanças no currículo e maior divulgação dos cursos para as empresas da região, ou seja, a necessidade de atualizar os currículos tendo em vista as dificuldades apresentadas e o aprimoramento da relação do campus com as empresas da região, tendo em vista a ampliação das iniciativas que contribuam para a inserção dos estudantes nos estágios e no mercado de trabalho. Observou-se no curso de Informática que um projeto realizado dentro curso para a realização do estágio foi apontado pelos estudantes como fator facilitador ao acesso ao estágio. Dentro da perspectiva de ampliação do apoio da instituição a inserção profissional dos estudantes, acrescenta-se a necessidade de continuidade e ampliação de tais projetos que incentivem e promovam estratégias para inserção profissional dos estudantes.

Recomenda-se ainda a realização de estudos avaliativos com relação à evasão e a repetência dos estudantes nos cursos técnicos de nível médio, na modalidade integrada, visando aprofundar o mapeamento dos fatores que motivam os referidos

fenômenos, tendo em vista o desenvolvimento de novas estratégias que visem à permanência e o êxito dos estudantes nos cursos.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Estado, políticas educacionais e obsessão avaliativa. **Revista Contrapontos**. V. 7, N. 1. p. 11-22. 2007.

ARAÚJO, Rhoberta Santana de. **A implantação do REUNI na Universidade Federal do Pará: um estudo de caso do campus universitário de Altamira**. 2011. 277f. Dissertação (Mestrado em Educação)—Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará. Belém (PA), 2011.

ARRATCHE, Marta T. S. **Tendências no Estudo sobre Avaliação**. In Avaliação de políticas sociais: uma questão de debate/ Elisabeth Melo Rico (Org.)- 6 ed. – São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009.

ARRUDA, Maria da Conceição Calmon. Escolas técnicas federais: escolas de elite ou instituições que formam para o trabalho. **RETTA**, Vol. I, nº 01, p.125-141, jan. / jun. - 2010.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como Política Pública**. 3. Ed. – Campinas. SP: Autores Associados, 2004. – (Coleção polêmicas do nosso tempo; vol. 56)

BONETI, L. W. **Políticas Públicas por Dentro**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

BRANCO, Noemi Nascimento. **O desafio de avaliar políticas públicas- conhecer, julgar, publicar e aprimorar**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas. Fortaleza; UFC, 2005. 173 p.

BRANDÃO, Daniel Braga; SILVA, Rogério Renato; PALOS, Cássia Maria Carraco. Avaliação de Política Pública. **EDUC**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 48, p. 361-374, jul/set. de 2005.

BRASIL, Portal do Ministério da Educação, PRONATEC, 2014. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/>. Acesso em 03 de fev. de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Termo de Acordo de Metas e Compromissos MEC/Institutos Federais**. 2009. Disponível: www.ifba.edu.br/component/option,com_p_hocadownload/Itemid,196/id,13/view/category/.

_____. Decreto nº 5154, de 23 de julho de 2004 . **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências**. 2004.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. 2008.

_____. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. **Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)**. 2011.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

CASSIOLATO, Maria Martha M. C; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Pronatec: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso a educação profissional.** IPEA. Rio de Janeiro. 2014.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. **A institucionalização da política de avaliação da educação básica no Brasil.** In Nos bastidores da educação brasileira: a gestão vista por dentro/ Sônia Simões Colombo, Paulo A. Gomes Cardim e colaboradores. Porto Alegre. Artmed. 2010.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Políticas públicas: conceitos básicos.** In: CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Análise de políticas públicas: o estudo do Estado em ação.** Salvador: Eduneb, 2012.

COSTA, João Bosco Araújo da; MACEDO, Neyber Auridéia Wanderley Pipolo de. **Poder público local e políticas públicas: algumas considerações sobre avaliação.** In: II Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2005, São Luís. Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: <www.joinpp.ufma.br>. Acesso em: 04 de set. 2013.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em debate no Conselho Nacional de Educação. MEC, 2012.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas.** In Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais/ Orgs. Marília Cecília Roxo Nobre Barreira. Maria do Carmo Brant de Carvalho. São Paulo. IEE/ PUC-SP, 2001.

FAGUNDES, Helenara; MOURA, Alessandra Balinhas. Avaliação de programas e políticas públicas. **Revistas Textos e Contextos.** Porto Alegre, v.8 , n.1, p. 89-103, jan./jun. 2009.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **RBCS.** Vol.20.Nº 59. Outubro. 2005.

FERREIRA, Rosilda Arruda; COELHO, Leilson Antônio de Almeida. **Contribuições da avaliação para a tomada de decisão em políticas públicas: mediações entre decisores, gestores e avaliadores.** In Avaliação e decisão: teorias, modelos e usos/ Robson Tenório, Rosilda Arruda Ferreira, organizadores. Salvador- EDUFBA, 2011.

FERREIRA, Rosilda Arruda; TENÓRIO, Robinson Moreira. **Avaliação educacional e indicadores de qualidade: um enfoque epistemológico e metodológico.** In Avaliação e gestão: teorias e práticas. Robinson Moreira Tenório, Uaçai de Magalhães Lopes (organizadores) – Salvador: EDUFBA, 2010.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de Conteúdo.** Brasília. , 4ª edição. Liber Livro, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A Política de Educação Profissional no Governo Lula. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial Out. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

GALLINDO, Jussara. **Formação para o trabalho e profissionalização no Brasil**. In A educação profissional no Brasil: história, desafios e perspectivas para o século XXI/ orgs. Eraldo Leme Batista e Meire Terezinha Muller. Campinas. SP. Editora Alínea, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. -São Paulo. Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 5. Ed. São Paulo. Atlas, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt. **Estudo de Caso Qualitativo**. In: SILVA, A. B. Da; GODOI, C; BANDEIRADE-MELLO, R. Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais. São Paulo: Saraiva, 2008.

GUBA, Egon G; LINCOLN, Yvonna S. **Avaliação de quarta geração/** tradução Beth Honorato- Campinas- SP: Editora Unicamp, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA- INEP. **Censo Escolar**, 2012.

KIPNIS, Bernardo. **Análise de políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica: uma aproximação conceitual na perspectiva da policy network**. In Avaliação de políticas públicas de educação/ Célio da Cunha; José Vieira de Souza; Maria Abádia da Silva (organizadores)- Brasília: Faculdade de Educação/ Universidade de Brasília; Líber Livros, 2012.

KUZEN, Nádia Cuiabano. **O surgimento da Rede Federal de Educação Profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro**. In Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, v.2, n.2, (nov. de 2009) Brasília: MEC, SETEC, 2009.

MATTOS, Marilucia dos Santos. **Educação e projetos de desenvolvimento no Brasil: a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica no início do século XXI**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação. 2013.

MELO, Nara Poliana de Souza Bandeira de. **Políticas públicas, financiamento e democratização da educação superior: avaliação do REUNI da Universidade Federal do Tocantins** / Nara Poliana de Souza Bandeira de Melo. – 2011. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Importância da Avaliação Qualitativa combinada

com outras modalidades de Avaliação. **Sau. & Transf. Soc.**, ISSN 2178-7085, Florianópolis, v.1, n.3, p.02-11, 2011.

OTRANTO, Célia Regina. **A política de educação profissional do governo Lula**. Trabalho apresentado na 34ª reunião anual da ANPED. Natal- RN, 2011. Disponível <www.ia.ufrj.br/ppgea/.../A_Politica_Ed_Profissional_Gov_Lula1.doc > Acesso em 05 de set. de 2013.

OTRANTO, Célia Regina. Criação e implantação dos Institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. **Revista RETTA** (PPGEA/UFRRJ), Rio de Janeiro, ano I, nº1, p. 89-110, jan-jun. 2010.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Ed. Moderna. Brasília. 2011.

PACHECO, Eliezer; REZENDE, Caetana. **Institutos Federais: um futuro por armar. In Institutos Federais lei 11892, de 29 /11/2008: comentários e reflexões/ organização Caetana Juracy Resende Silva**. Natal: IFRN, 2009.

Projeto do Curso Técnico em Informática. IFBA Campus Camaçari. 2010

Projeto Pedagógico Institucional. IFBA. 2013

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Leticia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista Adm. Pública**. Rio de Janeiro 46(5): 1271-294, set/out 2012.

RAMOS, Marise ; CIAVATTA, Maria. Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.5 , n.8, p. 27-41, jan./ jun. 2011. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em 27 de jan. de 2014.

RELATÓRIO DE GESTÃO INSTITUCIONAL. Salvador- Ba. IFBA, 2010.

RIPPEL, Valderice Cecília Limberge. **Avaliação de política pública: o itinerário dos egressos do projeto correção de fluxo escolar**. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas - SP. 2007.

RUA, M. G. **Avaliação de políticas, programas e projetos: notas introdutórias**. 2000. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fUFAMMariadasGraAvaliaPol.pdf>. Acesso em 14 de mar. 2014.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis – Departamento de Ciências da Administração/ UFSC; [Brasília]:CAPES: UAB, 2009.

SALDANHA, Leticia de Luca Wollmann. **O Pronatec e relação ensino médio e educação profissional**. IX ANPED Sul : Seminário de Pesquisa em Educação da região Sul. 2012. Disponível em <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1713/141> > Acesso em 12 de fev. de 2014.

SAMPAIO, Romilson Lopes; ALMEIDA, Ana Rita Silva. **Da Escola de Aprendizizes e Artífices ao Instituto Federal da Bahia: uma revisão histórica da educação profissional**. In Cem anos de educação profissional no Brasil: História e memória do Instituto Federal da Bahia(1909-2009)/ Vera Lúcia Bueno Fartes, Virleene Cardoso Moreira, organizadoras. Salvador: EDUFBA, 2009.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Keynes e a proposta da administração política para o capitalismo: uma crítica aos pressupostos da externalidade do Estado e da crise fiscal**. São Paulo: Hucitec, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. Notas metodológicas para a concepção de uma nova política social para o Brasil. **RAP**. Rio de Janeiro 36 (6); 933-57, Nov. /Dez. 2002.

SANTOS, Reginaldo Souza; RIBEIRO, Elizabeth Matos; et. All. Compreendendo a natureza das políticas públicas do Estado capitalista. **RAP**, Rio de Janeiro 41(5): 813-1010, Set./Out., 2007.

SANTOS, Reginaldo Souza, Elizabeth Matos; et. All. Bases teórico-metodológicas da administração política. **RAP**. Rio de Janeiro. 43(4) 919-41. JUL/ AGO. 2009.

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC . **Um Novo Modelo de Educação Profissional e Tecnológica: concepções e diretrizes**. MEC. 2010.

SILVA, Angela Carrancho da. **Entrevista**. In Instrumentos de avaliação e pesquisa: caminhos para construção e validação. Ligia Gomes Elliot (org.)- Rio de Janeiro. Wak Editora, 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010

SILVA, Pedro Luiz Barros; MELO, Marcus André Barreto de. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos**. Caderno nº 48. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. Unicamp. 2000.

SOUZA, Antônia de Abreu. **Política Pública para a educação profissional e tecnológica no Brasil**. Antônia Abreu Souza, Claudio Ricardo Gomes de Lima e Elenilce Gomes de Oliveira. Fortaleza. Edições UFC, 2011.

SOUZA, Celina e CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Reforma do Estado, Descentralização e Desigualdades. **Lua Nova** ; 48, 1999, pp. 187-212.

SOUZA, Lanara Guimarães de. **Avaliação de políticas educacionais contexto e conceitos em busca da avaliação pública**. In Lordêlo, JAC.,e DAZZANI, MV., orgs. Avaliação educacional: desatando e reatando nós. Salvador: EDUFBA, 2009. 349 p.

TEIXEIRA, Elinaldo. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Salvador: AATR, 2002.

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael Van. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública -RAP** - Rio de Janeiro 42(3):529-50, maio/jun. 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de coleta de dados no campo**. 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

WITTACZIK, Lidiane Soares. Educação Profissional no Brasil: histórico. **E-Tech: Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, 1º. sem., 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**/ Robert K. Yin; tradução Ana Thorell; revisão técnica Cláudio Damascena. – 4 ed.- Porto Alegre; Bookman, 2010.

Apêndice A- Questionário para estudantes egressos dos cursos técnicos de nível médio – modalidade integrada

Prezado Ex-aluno,

Eu, pedagoga Suzete Viana, estou realizando uma pesquisa de mestrado que pretende avaliar, sob o ponto de vista da efetividade e eficácia das ações voltadas para a formação técnica, o processo de implantação da política pública de educação profissional no IFBA- Campus Camaçari. Dessa forma, gostaria de saber de você, que já fez o curso técnico de nível médio integrado no IFBA campus Camaçari, sobre a sua inserção profissional no mercado de trabalho e como anda a sua vida acadêmica, além da sua avaliação sobre o curso técnico ofertado pelo IFBA- Campus Camaçari. Por isso, solicito a sua colaboração para responder o questionário abaixo.

Desde já agradeço a sua colaboração,

Suzete Viana

Pedagoga

TERMO DE CONSENTIMENTO

Você está sendo convidado a participar da Pesquisa Avaliação da Política Pública de Educação Profissional: Eficácia e Efetividade dos Cursos Técnicos no Instituto Federal da Bahia –Campus Camaçari, a qual pretende avaliar, sob o ponto de vista da efetividade e eficácia das ações voltadas para a formação técnica, o processo de implantação da política pública de educação profissional no IFBA- campus Camaçari, visando contribuir para aprimorar as políticas de educação profissional no IFBA- Campus Camaçari, através avaliação das ações desenvolvidas no que tange a formação técnica de nível médio. O estudo trará também contribuições para melhorar as respostas na formação dos estudantes dos cursos técnicos. Sua participação é voluntária e se dará por meio de questionário.

Sua identidade será protegida pelo anonimato. Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa poderão estar relacionados ao constrangimento bem como à inibição ao responder as questões propostas no instrumento de coleta de dados (questionário). Participando da pesquisa você estará contribuindo para o desenvolvimento de um estudo avaliativo sobre a Política Pública de Educação Profissional implantada no IFBA Campus Camaçari para aperfeiçoar as ações desenvolvidas no que diz respeito aos cursos técnicos que são oferecidos no Campus Camaçari.

Se depois de consentir sua participação você desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. Você não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Através do contato da pesquisadora (e-mail: suzetevia10@yahoo.com.br) você pode tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Fui informado sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser.

Você concorda com o termo de consentimento descrito acima?

Sim

Não

I. ASPECTOS GERAIS

1. Sexo:

Feminino Masculino

2. Em qual cidade você reside?

3. Em que tipo de escola você concluiu o ensino fundamental?

Pública

Privada

Confessional

4. Caso tenha concluído o ensino fundamental em escola privada, você obteve bolsa de estudos?

Sim

Não

5. Qual o Curso Técnico de Nível Médio -modalidade integrada- que você cursou no IFBA campus Camaçari?

Curso Técnico em Informática

Curso Técnico em Eletrotécnica

6. Quais foram os motivos que levaram você a optar por fazer um curso técnico de nível médio no IFBA- Campus Camaçari?

- Qualidade dos cursos oferecidos no IFBA
- Preparação para o vestibular/ ingresso no ensino superior
- Preparação para o mercado de trabalho
- Outro - especifique _____

II. CAPACITAÇÃO DOS ESTUDANTES / QUALIDADE DO CURSO

7. Em sua opinião, os conteúdos ministrados ao longo do curso técnico de nível médio atendem ao que é solicitado pelas empresas no que diz respeito à atuação profissional do técnico?

- Sim
- Não

Por quê?

8. Em sua opinião, os conteúdos ministrados ao longo do curso técnico de nível médio contribuíram para uma formação crítica e cidadã?

- Sim
- Não

Por quê?

9. Como você avalia a didática adotada pelos professores, durante o curso técnico de nível médio?

- Bastante adequada
- Adequada
- Parcialmente adequada
- Pouco adequada
- Inadequada

Justifique sua resposta:

10. Como você avalia a infraestrutura (espaço físico, laboratórios, equipamentos e materiais necessários para a realização do curso) do IFBA- Campus Camaçari durante o período em que você realizou o curso técnico de nível médio?

- Bastante adequada
- Adequada
- Parcialmente adequada
- Pouco adequada
- Inadequada

Justifique sua resposta:

11. Em sua opinião, durante o período em que você realizou o curso técnico de nível médio o quadro de funcionários do IFBA Campus Camaçari (professores e técnicos administrativos) era suficiente para atender a necessidade do curso?

- Sim
- Não

Por quê?

12. Quais foram os principais limites ou dificuldades para a realização do curso técnico de nível médio, modalidade integrada?

- Financeira
- Aprendizagem (dificuldades para acompanhar os conteúdos)
- Problemas familiares
- Não se aplica
- Outros – especifique_____

III. CONTINUIDADE DOS ESTUDOS

13. Você ingressou em algum curso de nível superior durante o curso técnico ou após a conclusão do curso técnico?

Se sim, em qual instituição e em qual curso?

14. Caso esteja estudando ou tenha cursado algum curso de nível superior, você conseguiu ou está conseguindo acompanhar os conteúdos do curso de nível superior?

Sim

Não

15. Em caso positivo (sim) qual importância que você atribui ao curso técnico de nível médio?

IV. INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

16. Você concluiu o estágio obrigatório do curso técnico de nível médio, modalidade integrada?

Sim

Não

Por quê?

17. Você teve dificuldade para conseguir o estágio obrigatório do curso técnico de nível médio?

Sim

Não

Por quê?

18. Atualmente você está:

Trabalhando

Desempregado

19. Caso você esteja trabalhando, você está:

Na sua área de formação do curso técnico de nível médio.

Em área diferente da sua formação do curso técnico de nível médio.

20. Caso você não esteja trabalhando na sua área de formação do curso técnico de nível médio, quais os motivos pelos quais você não exerce atividade profissional na sua área de formação?

21. Caso você esteja trabalhando, em qual cidade você trabalha:

22. Como você avalia o mercado de trabalho na sua área de formação do curso técnico na região de Camaçari?

23. Quais foram as mudanças ocorridas na sua vida pessoal e profissional com a contribuição do curso técnico de nível médio?

Apêndice B- Roteiros de entrevista

Roteiro de entrevista para administradores do Campus

1. Dados do Entrevistado:

Entrevistado:

Formação:

Cargo/Função:

Tempo de atuação na instituição:

Tempo de atuação na função de direção:

Descrição das atividades que desempenha:

2. O IFBA Campus Camaçari faz parte do plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. O que você pensa a respeito dessa expansão?
3. Em sua opinião, quais são os aspectos positivos e negativos dessa expansão?
4. Quais são as formas de financiamento do Instituto Federal?
5. Em sua opinião, os recursos financeiros disponíveis para o campus são suficientes para atender os seus objetivos? Em que sentido?
6. Quais foram as principais dificuldades para implantação do IFBA campus Camaçari?
7. Quais fatores contribuíram ou facilitaram a implantação do IFBA campus Camaçari?
8. Como você avalia as condições para implantação dos cursos técnicos no campus, ou seja, a qualidade da infraestrutura, os recursos humanos e os recursos materiais alocados para execução desses cursos?
9. Como você avalia a política para o pessoal docente e técnico-administrativo do Instituto Federal?
10. Como foram definidos os curso técnicos que seriam executados, no IFBA campus Camaçari?
11. Quais fatores facilitam a execução dos cursos técnicos, no IFBA campus Camaçari?
12. Quais fatores dificultam a execução dos cursos técnicos no campus no IFBA, campus Camaçari?

13. Como você avalia o gerenciamento desses cursos, ou seja, as normas e procedimentos que visam o funcionamento e organização dos cursos técnicos na modalidade integrada?
14. O IFBA celebrou junto ao MEC o Termo de Acordos de Metas e Compromissos. O que você pensa sobre esse acordo e as suas metas?
15. Entre as metas estabelecidas no referido termo está a de manter pelo menos 50% das matrículas nos cursos técnicos. O campus tem conseguido alcançar esta meta? Se não, por quê?
16. Outra meta prevista no Termo de Acordos de Metas e Compromissos diz respeito ao alcance do índice de eficácia da Instituição, que é calculado pela média aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas, com meta de no mínimo 70 % para 2013. O campus tem conseguido alcançar esta meta? Se não, por quê?
17. Quais são as taxas de evasão dos cursos técnicos de nível médio integrado, no IFBA campus Camaçari
18. Que fatores você atribui como causas dessas taxas de evasão?
19. Quais são as taxas de conclusão dos cursos técnicos de nível médio, modalidade integrada, no IFBA campus Camaçari?
20. Que fatores você atribui como causas dessas taxas de conclusão?
21. Como você avalia os cursos técnicos de nível médio na modalidade integrada que são ofertados no campus?
22. Os cursos técnicos de nível médio, na modalidade integrada, têm o propósito de articular o ensino médio com a educação profissional. Quais ações e estratégias o IFBA campus Camaçari realiza para atender esse objetivo?
23. Quais as dificuldades em atender o objetivo traçado pelo MEC para os cursos técnicos de nível médio, na modalidade integrada, de articular o ensino médio com a educação profissional ?

24. Em sua opinião, os cursos estão alinhados às demandas das empresas da região? Em que sentido?
25. Os cursos têm contribuído para a inserção dos jovens no mercado de trabalho na região? Em que sentido?
26. Como a instituição apoia a inserção profissional dos estudantes?
27. Os cursos tem contribuído para a continuidade dos estudos dos estudantes egressos ? Em que sentido?
28. Os cursos têm contribuído para a formação crítica e cidadã dos estudantes? Em que sentido?
29. Como você pensa os resultados da implantação desses cursos. A partir desses resultados são formuladas mudanças de estratégias?
30. Você gostaria de complementar alguma questão ou acrescentar algo ao que já foi dito?

Roteiro de entrevista para coordenadores dos cursos técnicos

01. Dados do Entrevistado:

Entrevistado:

Formação:

Cargo/Função:

Tempo de atuação na instituição:

Tempo de atuação na função de coordenador de curso:

Descrição das atividades que desempenha:

02. O IFBA campus Camaçari faz parte do plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. O que você pensa a respeito dessa expansão?

03. Em sua opinião, quais são os aspectos positivos e negativos dessa expansão?

04. Quais os objetivos do curso técnico de nível médio na modalidade integrada?
05. Como você avalia as condições para implantação dos cursos técnicos no campus, ou seja, a qualidade da infraestrutura, os recursos humanos e recursos materiais alocados para execução desses cursos?
06. Quais fatores facilitam a execução dos cursos técnicos no IFBA campus Camaçari ?
07. Quais fatores dificultam a execução dos cursos técnicos no campus no IFBA campus Camaçari?
08. Quais são as taxas de evasão dos cursos técnicos de nível médio integrado no IFBA campus Camaçari
09. Que fatores você atribui como causas dessas taxas de evasão?
10. Quais são as taxas de conclusão dos cursos técnicos de nível médio, modalidade integrada, no IFBA campus Camaçari?
11. Que fatores você atribui como causas dessas taxas de conclusão?
12. Como você avalia os cursos técnicos de nível médio na modalidade integrada que são ofertados no campus?
13. Os cursos técnicos de nível médio , na modalidade integrada, tem o propósito de articular o ensino médio a educação profissional. Quais ações e estratégias o IFBA campus Camaçari realiza para atender este objetivo?
14. Quais as dificuldades em atender o objetivo traçado pelo MEC para os cursos técnicos de nível médio na modalidade integrada de articular o ensino médio a educação profissional ?
15. Em sua opinião, o currículo dos cursos estão alinhados a demandas das empresas da região? Em que sentido?

16. Os cursos tem contribuído para a inserção dos jovens no mercado de trabalho na região? Em que sentido?
17. Como a instituição apoia a inserção profissional dos estudantes?
18. Os cursos tem contribuído para a continuidade dos estudos dos estudantes egressos? Em que sentido?
19. Os cursos têm contribuído para a formação crítica e cidadã dos estudantes? Em que sentido?
20. Você gostaria de complementar alguma questão ou acrescentar algo ao que já foi dito?

Apêndice C- Termo de consentimento livre e esclarecido



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DA UFBA - EAUFBA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - NPGA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da Pesquisa **Avaliação da Política Pública de Educação Profissional: Eficácia e Efetividade dos Cursos Técnicos no Instituto Federal da Bahia –Campus Camaçari**, a qual pretende avaliar, sob o ponto de vista da efetividade e eficácia das ações voltadas para a formação técnica, o processo de implantação da política pública de educação profissional no IFBA- campus Camaçari, visando contribuir para aprimorar as políticas de educação profissional no IFBA- Campus Camaçari, através avaliação das ações desenvolvidas no que tange a formação técnica de nível médio. O estudo pretende ainda contribuir para a atuação dos gestores do campus Camaçari, pois os resultados obtidos através da pesquisa possibilitarão um maior conhecimento da política desenvolvida, o que trará subsídios para a tomada de decisões. O estudo trará também contribuições para melhorar as respostas na formação dos estudantes dos cursos técnicos. Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista.

Sua identidade será protegida pelo anonimato. Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa poderão estar relacionados ao constrangimento bem como à inibição ao responder as questões propostas no instrumento de coleta de dados (entrevista). Participando da pesquisa você estará contribuindo para o desenvolvimento de um estudo avaliativo sobre a Política Pública de Educação Profissional implantada no IFBA Campus Camaçari para aperfeiçoar as ações desenvolvidas no que diz respeito aos cursos técnicos que são oferecidos no Campus Camaçari.

Se depois de consentir sua participação você desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. Você não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Você receberá uma cópia deste termo onde constam o contato da pesquisadora e do Comitê de Ética da Pesquisa do IFBA, podendo tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Suzete Viana Nascimento

Pesquisadora

E-mail: suzete@ifba.edu.br

Telefone: (71) 3621-8600

Endereço: IFBA/Campus Camaçari – Loteamento Espaço Alpha – Limoeiro – Camaçari-Ba

Comitê de Ética em Pesquisa – IFBA/Reitoria

Endereço: Av. Araújo Pinho, nº39 - Canela - Salvador – Ba
Telefones: (71)-3221-0333 / 3321-0337.

Eu, _____, fui informado sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do participante

Data: ___/___/___

Assinatura da pesquisadora responsável